



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS

PROJETO PEDAGÓGICO DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Versão aprovada em Reunião do
Conselho Universitário realizada em 14 de
outubro de 2020.

ITABUNA
2020

Reitora da UFSB

Profa. Dra. Joana Angélica Guimarães da Luz

Pró-Reitora de Gestão Acadêmica

Profa. Dra. Janaina Zito Losada

Decana do Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais

Profa. Dra. Silvia Kimo Costa

Equipe de Trabalho

Prof. Dr. Márcio Augusto Vicente de Carvalho

Prof. Dr. Guilherme Fóscolo de Moura Gomes

Prof. Dr. Paulo Tiago Paulos Bento

Técnica em Assuntos Educacionais Ma. Lívia Gozzer Costa

Sumário

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	5
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
3 BASES LEGAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	7
4 CONTEXTO E JUSTIFICATIVA	10
5. PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	14
6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	17
7. PERFIL DO CURSO	19
7.1 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	20
7.2 OBJETIVOS DO CURSO	28
7.2.1 <i>Objetivo geral</i>	28
7.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	28
8. PERFIL DA/O EGRESSA/O E MATRIZ DE COMPETÊNCIAS	29
9. PROPOSTA PEDAGÓGICA	32
10. ARQUITETURA CURRICULAR	34
10.1 FORMAÇÃO GERAL	36
10.2 FORMAÇÃO ESPECÍFICA	37
10.3 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	37
10.4 SEGUNDO CICLO DE FORMAÇÃO	37
10.5 ATIVIDADES DE EXTENSÃO	38
10.6 MATRIZ CURRICULAR E REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE FORMAÇÃO	40
11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	45
12 ESTÁGIO CURRICULAR	46
13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	47
14 SISTEMA DE CREDITAÇÃO	48
15 ACESSO AO CURSO, MOBILIDADE E APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	49
15.1 ACESSIBILIDADE E DIVERSIDADE	49
15.2 FORMA DE ACESSO AO CURSO	49
15.3 MOBILIDADE E APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	50
16. REGIME DE MATRÍCULA E INSCRIÇÕES EM CCS	52
17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	53
17.1. COMPOSIÇÃO DA NOTA	55
18 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	56
19 GESTÃO DO CURSO	57
19.1 CORPO DOCENTE	57
19.2 COLEGIADO DO CURSO	57
19.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	58
20. INFRAESTRUTURA	60
20.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA	60
20.1.1 <i>Recursos Tecnológicos</i>	67
20.1.2 <i>Acervo Bibliográfico</i>	67
20.1.3 <i>Comitê de Ética em Pesquisa</i>	67

21 CATÁLOGO DE EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES	68
21.1 COMPONENTES CURRICULARES DE FORMAÇÃO GERAL	68
21.2 COMPONENTES CURRICULARES DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO BI-HUMANIDADES	68
21.2.1 Componentes Curriculares Obrigatórios da Formação Específica do BI-Humanidades	68
21.2.2 Componentes Curriculares Optativos da Formação Específica do BI-Humanidades	77
21.2.2 Componentes Curriculares de Livre Escolha	89
21.3 COMPONENTES CURRICULARES DE DO SEGUNDO CICLO DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	89
21.3.1 Componentes Curriculares Obrigatórios do Bacharelado em Políticas Públicas	89
21.3.2 Componentes Curriculares de Livre Escolha	100
22 REFERÊNCIAS	101
24 ANEXOS	102
ANEXO 1 - REGIMENTO DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	102
ANEXO 2 - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	105
ANEXO 3 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	108
ANEXO 4 - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	111
ANEXO 4.1 - ANEXO AO REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	114

Índice de Quadros

Quadro 1: Indicadores populacionais, espaciais e de ensino	11
Quadro 2: Calendário anual da UFSB	15
Quadro 3: IDHM x IFDM, por município sede da UFSB	24
Quadro 4: Oferta de Cursos do Campo das Públicas no estado da Bahia	28
Quadro 5: CCs Obrigatórios para o BPP - Formação Geral	34
Quadro 6: CCs Obrigatórios para o BPP - Formação Específica - BI-Humanidades	34
Quadro 7: CCs Obrigatórios para o BPP - Formação Específica - BI-H e 2º Ciclo	35
Quadro 8: CCs Optativos para o BPP	36
Quadro 9: CCs de Atividades Extensionistas do 2º Ciclo do BPP	36
Quadro 10: Matriz Curricular do Bacharelado em Políticas Públicas	41
Quadro 11: Avaliação da Aprendizagem: notas, conceitos e resultados	55
Quadro 12: Corpo Docente	57
Quadro 13: Ambientes e áreas do Bloco Pedagógico.....	64
Quadro 14: Ambientes e áreas do NVGA	67

Índice de Figuras

Figura 1: Diagrama Ilustrativo do Campo de Públicas na Carta de Balneário Camboriú	20
Figura 2: Composição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por dimensões e indicadores	21
Figura 3: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil	21
Figura 4: Mapa do Brasil, com IDH por município	22
Figura 5: Mapa da Bahia, com IDH por município	23
Figura 6: Composição do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), por dimensões e indicadores	23
Figura 7: Evolução do IFDM - Itabuna/BA	25
Figura 8: Evolução do Ranking Nacional IFDM - Itabuna/BA.....	25
Figura 9: Mapa das microrregiões Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro - Bahia, com IDH por município	26
Figura 10: IFDM dos municípios da microrregião Ilhéus-Itabuna - Bahia.....	26
Figura 11: Matriz Curricular do Primeiro Ciclo (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades - percurso ideal)	42
Figura 12: Matriz Curricular do Segundo Ciclo (Bacharelado em Políticas Públicas - percurso ideal).....	43
Figura 13: Matriz Curricular Completa do Bacharelado em Políticas Públicas - percurso ideal	44
Figura 14: Planta de Implantação ilustrativa do IHAC - Campus Jorge Amado UFSB	60
Figura 15: Maquete 3D do IHAC CJA UFSB	61
Figura 16: Perfil ilustrativo mostrando a via para veículos, ciclovias, calçada e canteiros com arborização. 61	
Figura 17 Planta Baixa do pavimento térreo do Núcleo Pedagógico CJA UFSB.....	62
Figura 18: Planta Baixa do 1º pavimento do Núcleo Pedagógico CJA UFSB	62
Figura 19: Planta Baixa do 2º pavimento do Núcleo Pedagógico CJA UFSB	63
Figura 20: Vista 3D do Núcleo Pedagógico IHAC CJA UFSB	63
Concepção arquitetônica em execução.....	63
Figura 21: Planta Baixa do Núcleo de Gestão Acadêmica e Vivência CJA UFSB	65
Figura 22: Vista em 3D do Núcleo de Gestão Acadêmica e Vivência CJA UFSB.....	65
Figura 23: Vista em 3D do Núcleo de Gestão Acadêmica e Vivência CJA UFSB.....	66

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

IES: Universidade Federal do Sul da Bahia

Sigla: UFSC

CNPJ: 18.560.547/0001-07

Categoria Administrativa: Pública Federal

Organização Acadêmica: Universidade

Lei de Criação: Lei 12.818, de 05 de junho de 2013

Endereço do site: <http://www.ufsb.edu.br>

Para operação institucional da oferta diversificada dos cursos em Regime de Ciclos, a estrutura institucional da UFSC compreende três esferas de organização, respeitando a ampla cobertura regional da instituição, com a seguinte distribuição de unidades acadêmicas:

Campus Jorge Amado - Itabuna

Endereço: Rod. Ilhéus-Vitória da Conquista, BR415, km39, Itabuna, BA, CEP: 45600-000

Centro de Formação em Tecno-Ciências e Inovação (CFCTI)

Centro de Formação em Ciências Agroflorestais (CFCAf)

Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais (CFPPTS)

Instituto Jorge Amado de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)

Rede CUNI Litoral Sul [Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus e Itabuna]

Campus Sosígenes Costa - Porto Seguro

Endereço: Rodovia Porto Seguro-Eunápolis, BR367, km10, Porto Seguro, BA, CEP: 45810-000

Centro de Formação em Artes (CFAr)

Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS)

Centro de Formação em Ciências Ambientais (CFCAm)

Instituto Sosígenes Costa de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)

Rede CUNI Costa do Descobrimento [Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia]

Campus Paulo Freire - Teixeira de Freitas

Endereço: Pça. Joana Angélica, 250, Bairro São José, Teixeira de Freitas, BA, CEP: 45996-115

Centro de Formação em Saúde (CFS)

Centro de Formação em Ciências e Desenvolvimento Territorial (CFCDT)

Instituto Paulo Freire de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)

Rede CUNI Extremo Sul [Itamaraju, Posto da Mata e Teixeira de Freitas]

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Bacharelado em Políticas Públicas

Diplomação: Bacharel/Ia em Políticas Públicas

Carga horária total do curso: 3.000h (três mil horas)

Tempo mínimo e máximo para integralização:

Período mínimo para integralização do curso:

14 quadrimestres letivos

Primeiro Ciclo: 9 quadrimestres

Segundo Ciclo: 5 quadrimestres

Período máximo para a integralização do curso:

28 quadrimestres letivos

Primeiro Ciclo: 18 quadrimestres

Segundo Ciclo: 10 quadrimestres

Estágio: Não há previsão de estágio obrigatório.

Turno de oferta: noturno

Número de vagas por turno: 40 vagas anuais

Campus de oferta: Campus Jorge Amado - Itabuna

3 BASES LEGAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) de Administração Pública, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação na Resolução no. 1 de 13 de janeiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. 2010. Disponível em:

http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasil.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 266, de 6 jul. 2011. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8907-pces266-11&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 003, de 10 mar. 2004. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em:

<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port40.pdf>

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº 1, de 17

de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf

4 CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.818, de 05 de junho de 2013¹, dispõe sobre a criação da UFSB, cancelando um trabalho que vinha sendo realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) desde 2011. Após 16 de agosto de 2011, data em que foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 2207/2011, foi criada na instituição tutora uma comissão interna cujo propósito era construir o projeto da nova universidade, realizando visitas a cidades da região sul do estado - território onde a nova instituição deveria ser instalada. As audiências públicas tiveram início em novembro do mesmo ano, estendendo-se pelos anos seguintes até sua criação.

A Portaria SESu/MEC nº. 108/2012 designou a Comissão de Implantação da UFSB, que seguiu com o trabalho. Os resultados das audiências públicas realizadas nas sedes municipais onde se previa a instalação dos *campi* proveram informações a respeito de contexto e demanda, dando origem à primeira versão do Plano Orientador da UFSB, em dezembro de 2012. O documento foi então submetido à consulta pública junto às comunidades acadêmicas das instituições parceiras, às organizações sociais e entidades representativas da sociedade civil, às administrações municipais da Região Sul da Bahia e aos órgãos e secretarias dos governos estadual e federal que apoiaram o processo de implantação da universidade.

Em 28 de junho de 2013 foram nomeados os cargos de Reitor e Vice-Reitora pro tempore (Portaria Ministerial nº. 571), compondo a equipe dirigente inicial que em 20 de agosto fora empossada como Conselho Universitário Matriz. Na data foi aprovada a Carta de Fundação, documento de base filosófico-conceitual sobre o qual foi proposto o Plano Orientador. Em reunião plenária do Conselho Universitário ocorrida em 14 de fevereiro de 2014 foi aprovado por unanimidade o Plano Orientador institucional, estabelecendo as diretrizes organizacionais e acadêmicas da universidade.

A Carta de Fundação² estabelece os princípios fundantes, estruturados com base no que o documento se refere como “razões de ser”: produzir e compartilhar conhecimentos e técnicas, saberes e práticas; formar, educar e habilitar sujeitos nos diferentes campos e níveis; promover extensão universitária, em cooperação com instituições, empresas, organizações e movimentos da sociedade; e, fomentar a paz, equidade e solidariedade entre gerações, povos, culturas e nações. Os valores afirmados pela universidade são: eficiência acadêmica, em todos os aspectos da ação institucional; equidade, ampliando o acesso à educação e ao conhecimento, utilizando as melhores tecnologias de informação e comunicação; compromisso com a educação básica na superação da imensa dívida social em relação à educação pública brasileira; e, engajamento na transformação das realidades econômica, social e política da região, do país e do mundo, na perspectiva de uma cidadania planetária.

Tais princípios permeiam as políticas institucionais em todas as suas instâncias, influenciando diretamente as estratégias de ensino-aprendizagem, as diretrizes de

¹ O documento pode ser consultado na íntegra [aqui](#). A Lei de Criação utiliza o acrônimo UFESBA em referência à universidade, designação em voga junto ao MEC até dezembro de 2019, quando o registro institucional no Sistema E-MEC foi alterado, passando a universidade a ser reconhecida pelas instâncias de registro pelo acrônimo UFSB. É importante ressaltar, contudo, a marca UFSB é reconhecida oficialmente desde 2014.

² [Carta de Fundação e Estatuto da UFSB](#).

programas de pesquisa e extensão, as políticas de permanência estudantil, as formas de acesso. Além de democratizar o ensino superior público, a UFSB traz consigo o compromisso de atuar efetivamente na região onde está situada, contribuindo na busca pelo desenvolvimento sustentável, humano, social, cultural, econômico mais equilibrado e justo, que permita aos indivíduos alcançarem suas potencialidades enquanto cidadãos.

Um dos diversos exemplos da aplicação desses princípios e valores é a ampliação do espaço institucional universitário para as escolas da rede estadual de ensino médio, compondo a Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (Rede CUNI), implantada em pequenas cidades na área de abrangência dos *campi*, nos municípios de Coaraci, Eunápolis, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itamaraju, Porto Seguro, Posto da Mata, Santa Cruz Cabralia e Teixeira de Freitas, alcançando as regiões Sul e Extremo Sul do estado.

Ao considerar as 13 cidades onde a instituição marca presença, percebe-se a dimensão que as atividades relacionadas ao ensino superior podem atingir e o potencial de transformação regional por ela fomentado. O quadro abaixo (Quadro 1) evidencia o cenário em termos populacionais relacionados ao contexto do Ensino Básico (Médio) no recorte espacial indicado.

Cidade	N. Hab.	Área (km ²)	Mat. Ensino Médio	Ensino Médio
Coaraci	20.964	274.500	685	3
Eunápolis	100.196	1.425,970	4.335	11
Ibicaraí	24.272	230.953	794	3
Ilhéus	184.236	1.588,555	6.848	26
Itabuna	204.667	401.028	7.623	22
Itamaraju	63.069	2.360,289	2.349	6
Nova Viçosa*	38.556	1.316,380	1.535	3
Porto Seguro	126.929	2.285,764	6.485	16
Santa Cruz Cabralia	26.264	1.462,942	1.132	2
Teixeira de Freitas	138.341	1.165,622	5.286	12
Total	927.494	15.812,003	37.072	104

Bahia	14.016,906	564.722,61	566.952	1.577
--------------	------------	------------	---------	-------

*Referência para o distrito de Posto da Mata

Quadro 1: Indicadores populacionais, espaciais e de ensino

Fonte: dados do IBGE Cidades (2010)

Merece destaque a relação entre a área dos municípios e o número de escolas de Ensino Médio, indicando que as/os estudantes têm de se deslocar para finalizarem os estudos. Por se tratar de território imerso no bioma Mata Atlântica, normalmente os centros urbanos são de médio e pequeno porte, distantes entre si e muitas vezes de difícil acesso para quem reside nas áreas rurais. Finalizar o Ensino Médio, nesse contexto, implica a necessidade de planejamento econômico das famílias na manutenção das/os estudantes nas escolas (gastos extras com transporte, eventualmente estadia em outro município). A presença de uma universidade federal nesse cenário é importante especialmente porque possibilita que as/os estudantes acessem o Ensino Superior sem ter de se

deslocarem para a capital, podendo ter acesso à formação profissional gratuita e de qualidade na região na qual residem. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de cursar uma universidade próximo de casa, sem grandes impactos econômicos para a família.

O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e o Edital de Ingresso nos CUNI, formas de acesso à universidade, são também responsáveis pela democratização dos bancos universitários para os jovens da região. Em 2020 foram ofertadas 841 vagas em 30 cursos de graduação (20 de Primeiro Ciclo e 10 de Segundo Ciclo) via SiSU, tendo o processo alcançado uma das maiores procuras desde a criação da universidade. O Edital dos CUNI, por sua vez, disponibiliza 812 vagas nos Cursos de Primeiro Ciclo (Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares) nos 10 Colégios da Rede Anísio Teixeira, possibilitando que as/os estudantes permaneçam em suas cidades nos primeiros quadrimestres da graduação (período no qual as/os estudantes cursam a Formação Geral).

Contudo, a área de abrangência das atividades e programas de ensino, pesquisa e extensão promovidos pela UFSB vai além, estendendo-se por cerca de 48 municípios, ocupando uma área de mais de 40 mil Km², com uma população que supera os 1,5 milhões de habitantes. A Região Sul da Bahia, conforme classificação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do estado (SEI/BA), é dividida em três Territórios de Identidade: Litoral Sul, Costa do Descobrimento e Extremo Sul, espaço no qual se localizam os *campi* da UFSB.

Em termos econômicos, o Litoral Sul concentrou, até fins da década de 1980, a maior produção de cacau e uma das principais *commodities* agrícolas de exportação do país. Até esse período “o cultivo do cacau, a comercialização e a exportação do produto foram responsáveis pela modelagem de uma região onde se desenvolveu uma burguesia cacauzeira” (ROCHA, 2014, p. 42). Em período posterior, devido à infestação das lavouras pelo fungo *Monillioptora pernicioso*, submetendo os cacauais aos danos irreparáveis da vassoura-de-bruxa, a cacauicultura entrou em declínio, travando não apenas o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento social da região. A conhecida “região do cacau” teve de diversificar suas atividades econômicas - atualmente as cidades mais populosas (Ilhéus e Itabuna) estão recebendo mais investimento no setor terciário (prestação de serviço e comércio). Ilhéus é uma reconhecida cidade turística, e Itabuna é reconhecida como polo de saúde e educação.

O Território Costa do Descobrimento, por sua vez, tem visto expandir-se nas últimas décadas a atividade de turismo (nacional e internacional), impulsionando o crescimento econômico sazonal na mesma medida que se intensificam os problemas sociais e o impacto ambiental. A região compartilha com o Extremo Sul plantações de eucalipto para produção de celulose visando especialmente o mercado externo. Dado o fato de o território localizar-se numa das áreas mais biodiversas do planeta, o Corredor Central da Mata Atlântica, compreendendo parques nacionais e áreas de preservação ambiental reconhecidas internacionalmente.

O Extremo Sul também está assentado sobre a Mata Atlântica, com áreas desmatadas pela silvicultura de eucalipto e pecuária extensiva. O setor industrial e a prestação de serviços têm grande influência no PIB da região, com polo na cidade de Teixeira de Freitas como município melhor localizado (margens da rodovia BR 101), favorecendo o escoamento da produção.

Nas últimas décadas o bioma mais rico do país tem sido sistematicamente dizimado, afetando não apenas o ambiente, mas também a população, exigindo ações estratégicas e investimentos dos governos federal e estadual para a melhoria das condições de vida e para o desenvolvimento dos territórios, conforme suas especificidades. Os projetos de

desenvolvimento regional e outras possibilidades deles decorrentes demandarão recursos humanos qualificados para sua implantação e consolidação e, posteriormente, para a manutenção dos empreendimentos e iniciativas. Para isso, será imprescindível a formação, urgente e em larga escala, de mão de obra qualificada em nível universitário, nas áreas acadêmicas e em carreiras profissionais e tecnológicas pertinentes. Nesse sentido é fundamental que a UFSB continue a expandir suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo capaz de oferecer à comunidade mais oportunidades de qualificação.

5. PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Os princípios norteadores da UFSB, designados como “razão de ser institucional” são concatenados no Art. 2º do Estatuto³ da seguinte forma:

- I. gerar, difundir e compartilhar conhecimentos e técnicas nos campos das ciências, humanidades, artes, culturas e tecnologias, promovendo a eficiência acadêmica e o pensamento crítico-reflexivo nos diversos saberes e práticas;
- II. oferecer formação acadêmica, educação continuada e habilitação profissional nos diferentes campos de conhecimento e atuação, nos níveis de graduação e pós-graduação, educando para a responsabilidade social e ambiental, visando ao desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça;
- III. promover a extensão universitária, gerando e compartilhando inovações, avanços, perspectivas, propostas, conquistas e benefícios resultantes da criação e da pesquisa, mediante amplo e diversificado intercâmbio com instituições, empresas, organizações e movimentos da sociedade, para o processo de desenvolvimento local, regional, nacional e global;
- IV. fomentar paz, equidade, solidariedade e aproximação entre gerações, povos, culturas e nações, contrapondo-se a toda e qualquer forma de violência, preconceito, intolerância e segregação.

Entende-se que o Bacharelado em Políticas Públicas deve tomar também para si tal missão, contribuindo para o cumprimento do compromisso público da universidade vinculado ao interesse coletivo, em constante diálogo com a sociedade e contato com o poder público. O curso tem como meta permanente o desenvolvimento intelectual da/o estudante, possibilitando que analise, critique e efetue mudanças sociais no seu campo de trabalho, com respeito constante aos princípios democráticos, às ações solidárias e à defesa dos direitos humanos.

Conforme definido no Art. 30º de seu Estatuto, a UFSB realiza suas atividades em conformidade aos princípios de:

- I. eficiência acadêmica, traduzida na exigência de qualidade e relevância na produção de saberes e práticas, com uso otimizado de recursos públicos, coletivos e naturais.
- II. integração social, compreendida como a defesa da equidade no acesso à educação e ao conhecimento, para a construção de uma sociedade mais justa e feliz, buscando implantar medidas eficazes que promovam o acolhimento e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social, adotando políticas e ações afirmativas para eliminar desigualdades sociais ou segregação de qualquer natureza;
- III. compromisso com a Educação Pública, entendido como colaboração com a educação básica na superação da imensa dívida social brasileira;
- IV. compromisso com o Desenvolvimento Regional, nos aspectos individual, social, político, ambiental e econômico, articulando-se com instâncias representativas dos diversos setores da sociedade, mediante um padrão equilibrado de relação com a natureza, em perspectivas local e global.

Este PPC foi elaborado a partir dos valores institucionais da UFSB, tanto em relação aos seus princípios como em se tratando dos objetivos do Curso. A intenção é formar um profissional que perceba seu trabalho como extensão dessas convicções, executando suas atividades com noção sistêmica (relação local-global-local). Para que tais princípios sejam co-construídos de forma dialógica, horizontalizada e participativa, é importante

³ O documento pode ser consultado na íntegra [aqui](#).

considerar o modelo pedagógico a ser implementado.

O modelo pedagógico preconiza a arquitetura curricular em Ciclos de Formação, de modularidade progressiva. O Primeiro Ciclo de Formação⁴ corresponde às modalidades de Bacharelado Interdisciplinar (BI) e Licenciatura Interdisciplinar (LI), em quatro grandes áreas de formação e com no mínimo três anos de duração. A principal maneira de ingressar na UFSB dá-se via BIs (Artes, Ciências, Humanidades e Saúde) ou Lis. (Artes, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Naturais, Linguagens e Matemática e Computação). O Segundo e o Terceiro Ciclos de Formação compreendem, respectivamente, graduação profissional e Pós-Graduação⁵.

Os ciclos são ofertados no regime letivo quadrimestral variando entre 72 e 75 dias (quadro 2, abaixo) e um total de 224 dias letivos no ano, permite que os cursos sejam mais rápidos, intensivos e focalizados, maior flexibilidade para projetos acadêmicos e de formação profissional das/os estudantes, docentes e técnicos, a otimização de recursos (equipamentos, instalações e recursos financeiros) para a eficiência acadêmica, e o intercâmbio com importantes universidades internacionais que têm implantado regimes letivos similares há décadas.

Quadrimestre	Duração	Período
Outono	74 dias	Fevereiro-Maio
Recesso	22 dias	Maio
Inverno	75 dias	Junho-Agosto
Recesso	22 dias	Setembro
Primavera	75 dias	Setembro-Dezembro
Férias	39 dias	Férias

Quadro 2: Calendário anual da UFSB

Fonte: Calendário acadêmico UFSB 2020

Um dos elementos característicos na Universidade é o intenso uso de tecnologias digitais de ensino-aprendizagem. A UFSB utiliza conteúdos de conhecimento e experiências pedagógicas em espaços não-físicos e situações não-presenciais através dos chamados Recursos Educacionais Abertos, que incluem dispositivos e ambientes virtuais de aprendizagem compreendendo novas tecnologias de interface digital (games, sites, blogs, redes sociais, dispositivos multimídia, entre outros) e meios interativos de comunicação por redes digitais ligadas em tempo real; esses ambientes potencializam e permitem a superação dos limites físicos e institucionais do ambiente escolar tradicional. A metapresencialidade (aulas mediadas por sistema de computador, em tempo real) é bastante usada durante a Formação Geral, nos Colégios Universitários. A metapresencialidade permite que um docente possa ministrar uma aula “ao vivo” para um ou mais locais distantes da sede dos campi, otimizando assim tempo e o uso de recursos institucionais.

As práticas pedagógicas empregadas no ensino são, por consequência, plurais, e consistem principalmente nos seguintes elementos: aprendizagem por problematização, em especial a aprendizagem baseada em problemas concretos; equipes de aprendizagem ativa, com co-elaboração do conhecimento interpares; estratégias de

⁴ O Plano Orientador institucional menciona como integrantes do Primeiro Ciclo os Cursos Superiores de Tecnologia (CT), que ainda não foram implantados.

⁵ Recentemente alguns cursos de Segundo Ciclo têm oferta de vagas via SiSU. O ingresso nas pós-graduações acontece via edital próprio dos PPGs.

aprendizagem compartilhada, com compartilhamento da vivência pedagógica de sínteses de conhecimentos mediante corresponsabilização das/os estudantes; articulação interciclos de processos de ensino-aprendizagem através das equipes; competências socialmente referenciadas, onde as atividades acadêmicas têm aplicação direta em problemas concretos vivenciados pela comunidade; e conselhos consultivos, formados com participação de membros representativos da comunidade.

Para implementar de modo adequado o modelo pedagógico da UFSB, a estrutura institucional da universidade conta com três esferas de organização, correspondendo a ciclos e níveis de formação (ver Plano Orientador da UFSB):

- **Colégio Universitário (CUNI)** - implantados em escolas da Rede Estadual de Ensino Médio Público em municípios da área de abrangência dos *Campi*, são programas descentralizados de ensino superior de primeiro ciclo, organizados em rede (institucional e digital), mediados por tecnologia e transmitidos a partir dos *Campi* Universitários;
- **Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)** - implantados em todos os *Campi* da UFSB, são unidades universitárias idealizadas inicialmente para gerir a oferta dos Cursos de Primeiro Ciclo da instituição. O processo de reestruturação administrativa e acadêmica, em curso, já redirecionou os Bacharelados Interdisciplinares para os Centros de Formação, permanecendo as Licenciaturas Interdisciplinares vinculadas aos IHACs.
- **Centro de Formação Profissional e Acadêmica (CF)** - implantados em todos os *Campi* em forma de temáticas específicas de habilitações profissionais, inicialmente eram responsáveis pela oferta dos Cursos de Segundo e Terceiro Ciclos de formação nas diversas áreas de conhecimento. Atualmente os CFs também são responsáveis pela oferta dos BIs, conforme as respectivas áreas do conhecimento. No *Campus* Jorge Amado/Itabuna estão localizados o Centro de Formação em Tecnociências e Inovação (CFT-CI), o Centro de Formação em Ciências Agroflorestais (CFCAf) e o Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais (CFPPTS); no *Campus* Sosígenes Costa/Porto Seguro localizam-se o Centro de Formação em Ciências Ambientais (CFCAm), o Centro de Formação em Artes (CFA) e o Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS); e, no *Campus* Paulo Freire/Teixeira de Freitas, estão localizado o Centro de Formação em Ciências da Saúde (CFCS) e o Centro de Formação em Ciências e Desenvolvimento Territorial (CFCDT).

A estrutura administrativa acadêmica com três instâncias de Unidades Universitárias repete-se nos três campi⁶. A estrutura, por ser mimetizada, facilita a mobilidade acadêmica das/os estudantes entre os campi, permitindo que estudantes egressos migrem para cursos de segundo ciclo em outro campus.

⁶ A estrutura é mimetizada, mas não rígida: o curso de segundo ciclo de Licenciatura em História, por exemplo, está vinculado ao CFCHS; o Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais está vinculado, simultaneamente, aos três IHACs.

6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Bacharelado em Políticas Públicas (BPP) orienta-se a partir dos princípios e valores presentes no Plano Orientador da UFSB. Tomando como referência tais diretrizes, se articula com o modelo de arquitetura curricular por ciclos e valoriza a formação interdisciplinar, permitindo a entrada de egressos dos distintos BIs e LIs que compõem um primeiro ciclo de formação.

O curso compartilha o modelo pedagógico da UFSB nos processos de ensino-aprendizagem, valorizando a autonomia das/os estudantes, o desenvolvimento de habilidades de trabalho em equipe e reconhecendo as problemáticas e demandas do território no qual se insere, como espaços de formação e atuação dos futuros gestores. Finalmente, o curso adota a política de cotas da UFSB, cumprindo com seu papel e responsabilidade social como instituição pública de ensino superior.

O curso se autoinstitui o compromisso de adequar-se constantemente às políticas institucionais, garantindo às/aos estudantes as condições necessárias para que usufruam das experiências de ensino, pesquisa e extensão de modo satisfatório. Esse processo inicia-se no momento do ingresso na instituição, por intermédio do Programa de Acompanhamento Acadêmico (PROA), cujo objetivo é informar a respeito da universidade (normas) e orientar sobre a construção do percurso formativo, instruindo as/os estudantes sobre suas possíveis trajetórias acadêmicas. PROA é uma política institucional de permanência estudantil, concretizada por meio de orientações coletivas (cursos, oficinas, palestras, rodas de conversa e *workshops*) realizadas periodicamente e através da orientação direta (orientador - estudante). A equipe docente do Curso intenta desenvolver ações periódicas de orientação das/os estudantes, apresentando o BPP para a comunidade acadêmica, despertando vocações para o Campo das Públicas. É importante ressaltar que a participação nas atividades do Proa pode ser convalidada como Atividade Complementar.

As atividades de monitoria⁷ também estão contempladas no Curso, especialmente quando conjugadas às Equipes de Aprendizagem Ativa, incentivando o contato entre as/os estudantes do Primeiro e Segundo Ciclos. A monitoria é uma prática pedagógica na qual, sob orientação docente, a/o estudante mais avançado auxilia os discentes do Componente Curricular (CC) ao qual o projeto de monitoria está vinculado. Trata-se, portanto, de uma prática afim ao propósito do BPP. As horas em atividades de monitoria também podem ser validadas como AC.

As atividades de extensão, nesse âmbito, aparecem no BPP de, pelo menos, duas formas distintas: vinculadas à carga horária de CCs e por meio de projetos e planos de trabalho registrados. Em ambos casos são orientadas por docentes e/ou TAEs, priorizando ações relacionadas aos objetivos do Curso. A extensão é concebida como um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a UFSB e outros setores da sociedade” (Resolução nº 24/2019)⁸, sendo um dos pilares do BPP. A carga horária a ser cumprida em atividades de extensão é determinada por legislação específica e contabilizada na matriz curricular do Curso.

Em se tratando de pesquisa as ações são realizadas de acordo com o Regimento Geral

⁷ [Resolução nº 08/2019](#), que regulamenta as normas para o Programa de Monitoria Acadêmica da UFSB.

⁸ A resolução pode ser lida [aqui](#).

de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade⁹. As atividades vinculadas a grupos de pesquisa e ao Programa de Iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação (IPCI) são importantes meios de despertar vocações não apenas para a carreira acadêmica, mas também no desenvolvimento de inovações, novas tecnologias, processos e produtos criativos. As atividades de pesquisa, criação e inovação podem ser validadas como AC.

A Política de Inovação e Empreendedorismo, recentemente aprovada pelo Conselho Universitário¹⁰ refere-se à importância de se constituir uma cultura institucional de valorização também do trabalho criativo que resulte em produtos e processos inovadores, os quais também podem ser validados como AC.

Terá influência também no BPP a Política Linguística da UFSB¹¹. Estudar e trabalhar com a realidade político-econômica da sociedade exige que a comunidade acadêmica esteja atenta a dois princípios: valorizar sua identidade local/regional e compreender os interlocutores. Ambas atitudes somente se efetivam no momento que conhece a língua, pois somente através do compartilhamento dos signos que os significados são compreendidos. Nesse sentido, a oferta de línguas estrangeiras, indígenas, afrodescendentes e libras seguirá as diretrizes da Universidade, sendo valorizadas no âmbito do Curso.

As atividades desenvolvidas com apoio das Políticas de Permanência Estudantil, especialmente aquelas com vínculo remunerado (Bolsa de Apoio Permanência nas modalidades monitoria, pesquisa e extensão) também podem ser validadas como AC, desde que em acordo ao regimento institucional. Salienta-se que a disponibilidade de fomento das atividades aqui salientadas depende das políticas institucionais da Universidade, não necessariamente vinculadas ao BPP. A implementação de outras políticas que venham a ser adotadas e os casos omissos serão definidos no âmbito do Colegiado de Curso.

⁹ [Resolução nº 23/2019](#).

¹⁰ A resolução que designa a referida política ainda não foi publicada, mas dado sua importância para o BPP, está sendo referenciada neste documento.

¹¹ Conforme [Resolução nº 25/2019](#).

7. PERFIL DO CURSO

Este curso pertence a uma área de conhecimento chamada Campo das Públicas: em homologia ao termo em inglês *Public Affairs*, utiliza-se este termo como forma de se diferenciar os cursos constantes deste campo daqueles cursos de Administração de Empresas (*business management*). Assim, Campo de Públicas é uma expressão utilizada para denominar curso como Políticas Públicas, Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social, de universidades brasileiras, designando um campo multi e interdisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas

[O Campo das Públicas] se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia. (Pires *et alli*, 2017, p. 16)

Inicialmente, apenas o curso de Administração Pública representava este contraponto à Administração de Empresas. Entretanto, entre 2002 e 2014 dá-se um movimento por maior autonomia do primeiro em relação ao segundo. Este movimento culminará na aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Campo como um todo.

No início desta caminhada, encontram-se dois eventos embrionários do futuro Campo de Públicas, que tiveram lugar no ano de 2002: o II Encontro Nacional sobre Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Administração e o I Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública (I Eneap).

Começam a surgir experiências com Bacharelados de cunho interdisciplinar na área. A isso se soma o ambiente favorável para expansão da rede federal de Instituições de Ensino Superior e o próprio ambiente político do país, que cada vez mais demandava profissionais desta área.

Indubitavelmente, a expansão dos cursos de graduação em administração pública e correlatos no país na década de 2000 é propiciada pelo macroambiente de revalorização e ampliação do espaço público, a qual se revigora como objeto de estudo (campo de especulação teórica) e como práxis (área de atuação profissional) no bojo das transformações do Estado brasileiro. Coelho (2008a), analisando os projetos pedagógicos de alguns dos quase 80 cursos registrados pelo INEP/MEC em 2006, verifica que o trinômio democratização-eficiência-profissionalização do setor público, além da estruturação do setor público não-estatal, são alguns dos motivos que balizaram a retomada desse ensino. (Pires *et alli*, 2017, p. 33)

A nona edição do Eneap, ocorrida em 2010, foi um marco na consolidação do Campo das Públicas, tendo sido elaborada, pelo Fórum de Coordenadores de cursos da área, a Carta de Balneário Camburiú, que serviu como catalisador para a consideração do campo por parte das instâncias reguladoras do ensino Superior.



Figura 1: Diagrama Ilustrativo do Campo de Públicas na Carta de Balneário Camboriú
Fonte: Pires *et alli*, 2017

Baseado neste diagrama, pelo texto da CBC (p. 3), seus signatários afirmam:

“Em linhas gerais, a figura ilustra (...) a **conformação do campo do saber de ‘Públicas’ no Brasil, a partir da confluência - multi ou interdisciplinar - das áreas de conhecimento das Ciências Sociais, Economia, Administração e Direito**, as quais, segundo Mezzomo Keinert (1998), sobressaíram no decorrer do século XX na aplicação de seu referencial teórico para a formação acadêmica e produção científica em Administração Pública no país. Nas últimas décadas, o diálogo entre essas áreas de conhecimento gerou um locus (na acepção de objeto de estudo e de formação acadêmica) caracterizado pelo interesse público, repercutindo no surgimento de (...) sub-campos como Políticas Públicas, Gestão Pública e Gestão Social, que, inclusive, originaram e sustentam programas de pós-graduação - nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar. **Em nível de graduação, esse movimento ensejou nos últimos anos o (re)surgimento de bacharelados em Administração Pública, bem como a concepção de cursos - multi ou interdisciplinares - em Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Social e Políticas Públicas**, cuja identidade é a formação acadêmica e a profissiografia tecnopolítica”. (Pires *et alli*, 2017, p. 37)

Enfim, com a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Administração Pública em 2013 (Resolução nº 1/2014), as quais se aplicam a todos os bacharelados do Campo de Públicas, a definição - supramencionada - obtém, formalmente, o seu reconhecimento no ensino de graduação no país.

7.1 Justificativa de oferta do curso

A criação do curso de Políticas Públicas representa uma resposta da Universidade Federal do Sul da Bahia às demandas da sociedade por profissionais qualificados na formulação de soluções aos problemas sociais que atingem significativa parcela da população do estado da Bahia e do País.

De acordo com o **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**, o Índice de

Desenvolvimento Humano foi criado pelo criado PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 1990. Esta primeira versão do indicador foi considerada radical ao reduzir o foco da economia e da contabilidade nacional, com índices como o PIB (Produto Interno Bruto) e trazer à baila dimensões políticas centradas em pessoas. Ainda assim, os próprios criadores do índice concordam que sua versão inicial tinha imperfeições, especialmente por se basear em médias nacionais que ocultavam assimetrias no acesso da população ao conjunto das políticas públicas.

O novo índice, como calculado desde 2010 até a presente data, subdivide-se em IDH estadual, regional e municipal (IDHM); o novo índice é composto conforme a figura abaixo:

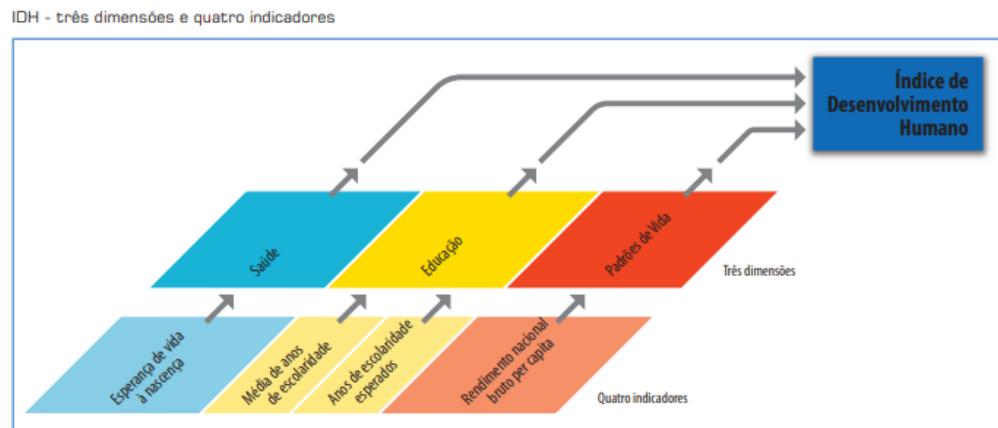


Figura 2: Composição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por dimensões e indicadores
Fonte: PNUD, 2010

O IDH do Brasil variou, entre 2010 (ano de implementação de nova metodologia) de 0,699 para 0,761 em 2019, conforme o gráfico abaixo:

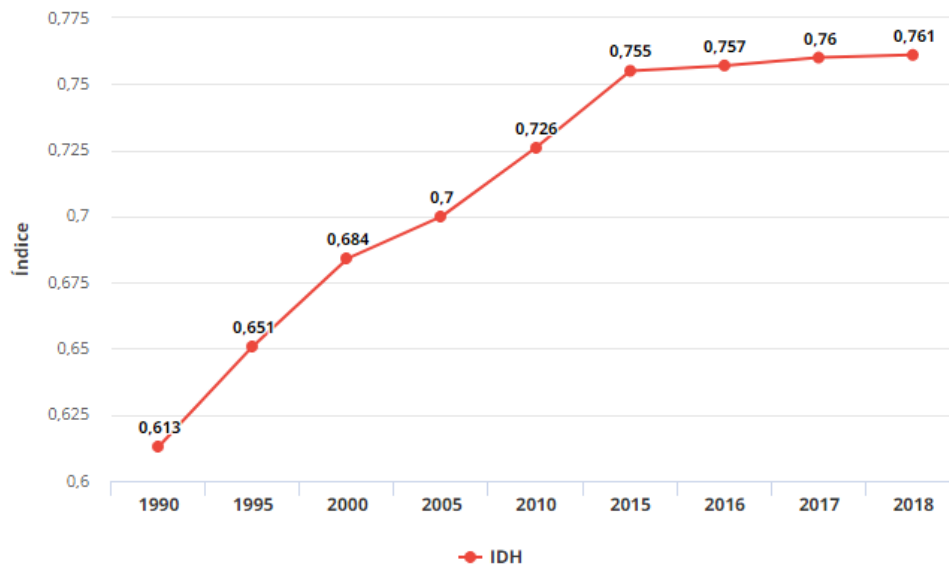


Figura 3: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil
Fonte: PNUD 2019/ONU

Apesar do crescimento, esta variação não representa uma queda de posição no ranking mundial, da 73ª posição em 2010 para a 79ª posição em 2019. Entre os países da América do Sul, em 2019 Brasil e a Colômbia apareceram empatados na quarta posição. O primeiro lugar ficou com Chile (42º, na colocação geral), seguido de Argentina (48º) e Uruguai (57º), respectivamente. São avaliados 188 países.

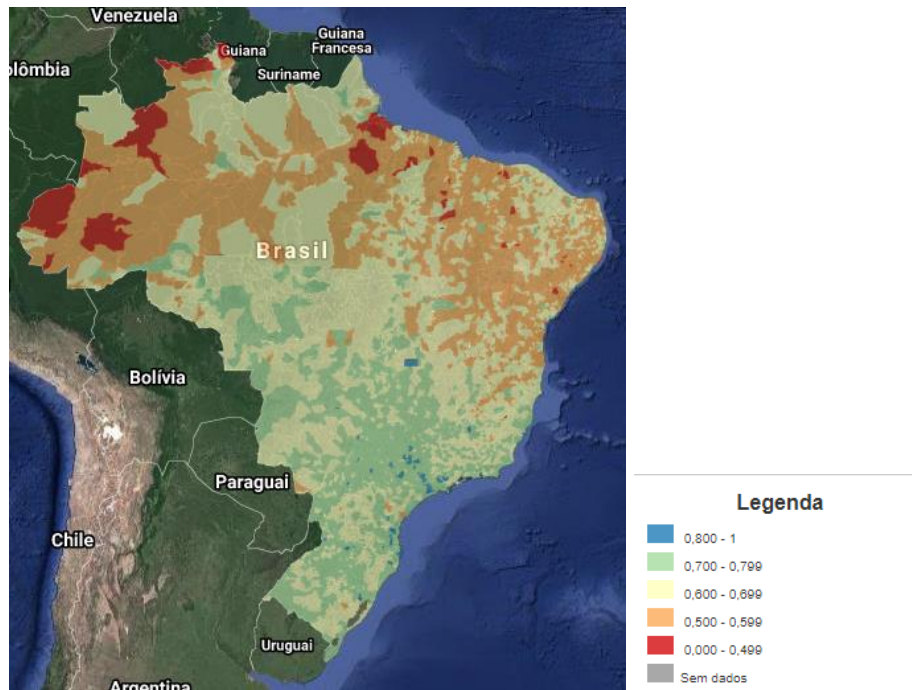


Figura 4: Mapa do Brasil, com IDH por município

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil

O estado da Bahia está situado no sul da Região Nordeste e é Unidade da Federação (UF) que mais faz divisas, tendo fronteiras com outros oito estados brasileiros: com Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A leste o estado tem, a mais extensa costa de todos os estados do Brasil, novecentos quilômetros com acesso ao Oceano Atlântico. Ocupa uma área de 564 733,177 km², sendo pouco maior que a França. A Bahia é o estado do Nordeste com maior extensão territorial, a maior população, o maior produto interno bruto e o maior número de municípios.

Com relação às Unidades da Federação, a Bahia é apenas o 22º colocado (entre 27 UFs) no ranking nacional de desenvolvimento humano, com um IDH de 0,660¹².

¹² A partir deste ponto, utilizaremos dados de 2010, representando o último levantamento exaustivo de IDH Municipal. Ao tratar do IFDM, utilizaremos os últimos dados divulgados em 2018, tendo como referência o ano de 2016.

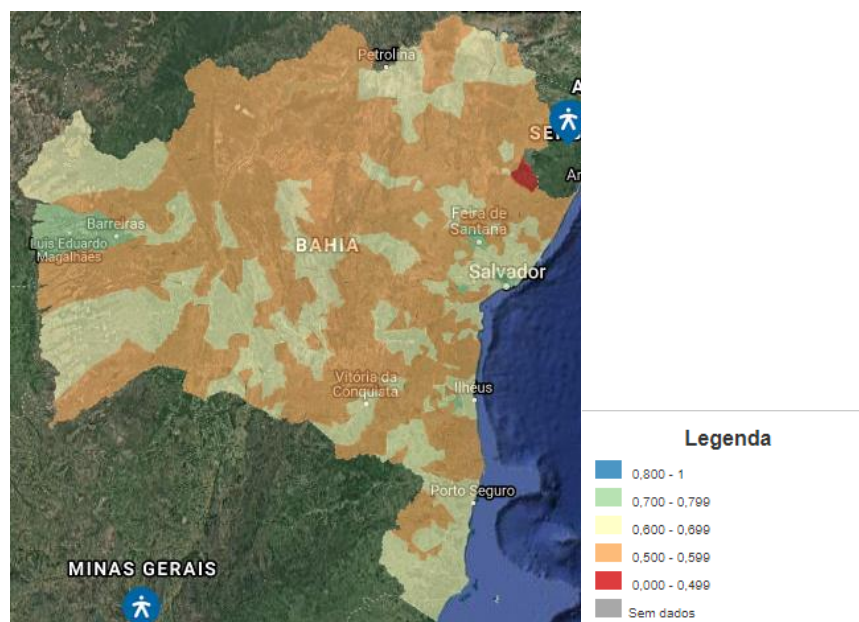


Figura 5: Mapa da Bahia, com IDH por município
Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil

Outro índice, criado no Brasil, que tem sido cada vez mais usado para a formulação e acompanhamento de Políticas Públicas em nível municipal é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Criado em 2008 e atualizado anualmente, este índice utiliza estatísticas públicas dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho. O IFDM é composto pelas dimensões e indicadores abaixo:

IFDM		
Emprego e Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> Geração de emprego formal Taxa de formalização do mercado de trabalho Geração de renda Massa salarial real no mercado de trabalho formal Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento à educação infantil Abandono no ensino fundamental Distorção idade-série no ensino fundamental Docentes com ensino superior no ensino fundamental Média de horas-aula diárias no ensino fundamental Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> Proporção de atendimento adequado de pré-natal Óbitos por causas mal definidas Óbitos infantis por causas evitáveis Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Figura 6: Composição do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), por dimensões e indicadores

Fonte: GRDH (Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano)

O Quadro 3 abaixo mostra um comparativo do IDH-Municipal e do IFDM dos municípios

sede e *campi* da UFSB, além dos municípios que integram a Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (em 2020). O IDHM é atribuído a 417 municípios no estado da Bahia e 5565 municípios em todo o Brasil; já o IFDM é atribuído a 408 municípios na Bahia e 5471 no Brasil.

		IDHM - 2010			IFDM - 2016		
		IDHM	Classificação Estadual	Classificação Nacional	IFDM	Classificação Estadual	Classificação Nacional
Itabuna		0,712	5	1546	0,632	50	3656
	Coaraci	0,613	110	3847	0,538	213	4887
	Ibicaraí	0,625	74	3587	0,526	245	4991
	Ilhéus	0,690	13	2182	0,606	86	4090
Porto Seguro		0,676	20	2524	0,707	10	1988
	Santa Cruz Cabralia	0,654	40	3030	0,593	108	4273
	Eunápolis	0,677	17	2503	0,683	18	2515
Teixeira de Freitas		0,685	14	2309	0,663	30	2985
	Itamaraju	0,627	70	3534	0,580	134	4451
	Nova Viçosa	0,665	33	2776	0,534	223	4916

Quadro 3: IDHM x IFDM, por município sede da UFSB

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil e IFDM/2018

Não faz sentido comparar os valores numéricos dos diferentes índices; entretanto, pode-se questionar o porquê das diferenças nas classificações relativas ao contexto estadual e nacional. Tomando Itabuna como exemplo, em comparação com os demais municípios do estado da Bahia, seu IDHM é o 5º melhor classificado; ao tomar o IFDM, notamos que sua classificação cai para a posição 50.

A avaliação da composição dos índices ajuda a entender esta diferença. No IDH a dimensão “Saúde” leva em consideração apenas a Longevidade (esperança de vida à nascença), e, no caso de Itabuna, esta é a dimensão que mais contribui para o índice. O IFDM considera na dimensão correlativa “Saúde” um conjunto mais detalhado de indicadores: proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internação sensível à atenção básica (ISAB). O maior detalhamento nesta e em outras dimensões leva à diferença observada nos *rankings*. Ressalta-se que a análise da composição e adequação destes tipos de índices será competência do profissional formado pelo Bacharelado em Políticas Públicas da UFSB. Como exemplo de acompanhamento do desempenho municipal ao longo do tempo, podemos utilizar o exemplo do município de Itabuna:

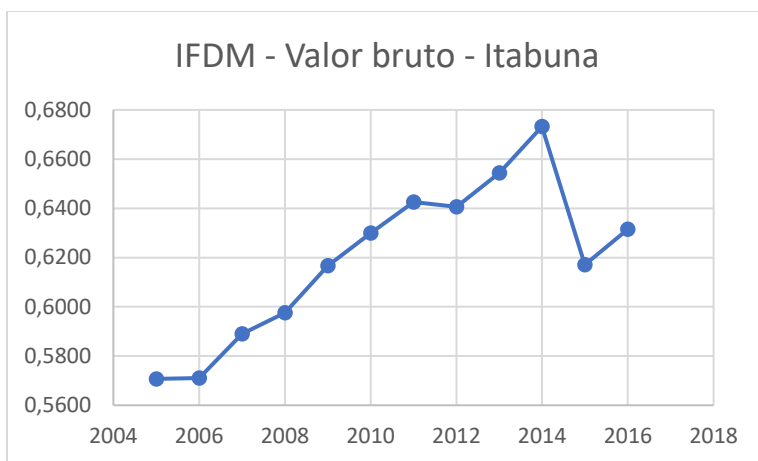


Figura 7: Evolução do IFDM - Itabuna/BA

Fonte: Firjan

Nota-se um crescimento quase constante no índice ao longo de uma década. Entretanto, tal crescimento vem acompanhado de uma mudança relativa na classificação deste município em relação aos demais municípios brasileiros? Além disso, esta queda em 2015-2016 indica uma baixa absoluta ou relativa?

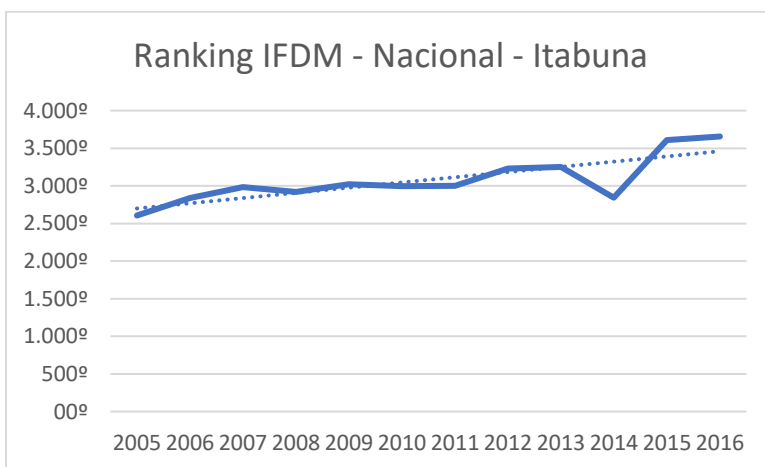


Figura 8: Evolução do Ranking Nacional IFDM - Itabuna/BA

Fonte: Firjan

A análise do gráfico da posição de Itabuna no *ranking* geral dos municípios brasileiro pode revelar elementos da realidade social que não se mostravam claros com a análise apenas da série histórica bruta. Vê-se na Figura 8 que a posição relativa do município foi piorando a taxa praticamente constante ao longo da década. Neste sentido, o ano de 2014 é que representa uma variação inesperada, na direção da melhoria do índice e da posição relativa de Itabuna no *ranking* nacional, enquanto no ano de 2015 há uma retomada da tendência geral (indicada pela linha pontilhada no gráfico).

Ressalta-se que a análise de séries históricas deste tipo de indicador será competência do profissional formado pelo Bacharelado em Políticas Públicas da UFSB. Com a constituição de um Observatório de Políticas Públicas as/os estudantes contribuirão para a criação e acompanhamento de indicadores adequados à realidade regional, ao longo

do tempo.

A região de abrangência da UFSB (microrregiões Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro do estado da Bahia) é representada no mapa abaixo:

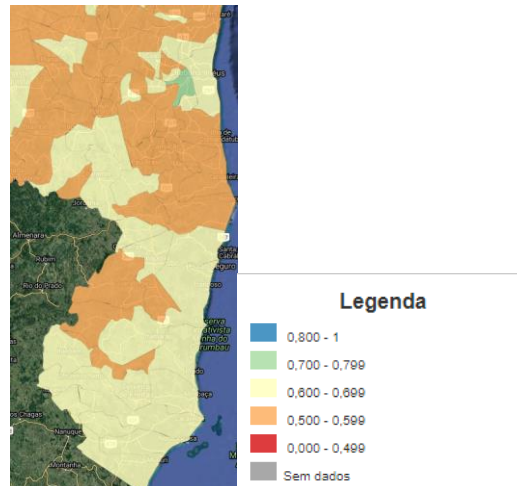


Figura 9: Mapa das microrregiões Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro - Bahia, com IDH por município

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil

Finalmente, ao restringirmos os dados à microrregião Ilhéus-Itabuna, em que se encontra o município de oferta do Bacharelado em Políticas Públicas, temos o seguinte gráfico representando o IFDM dos municípios:

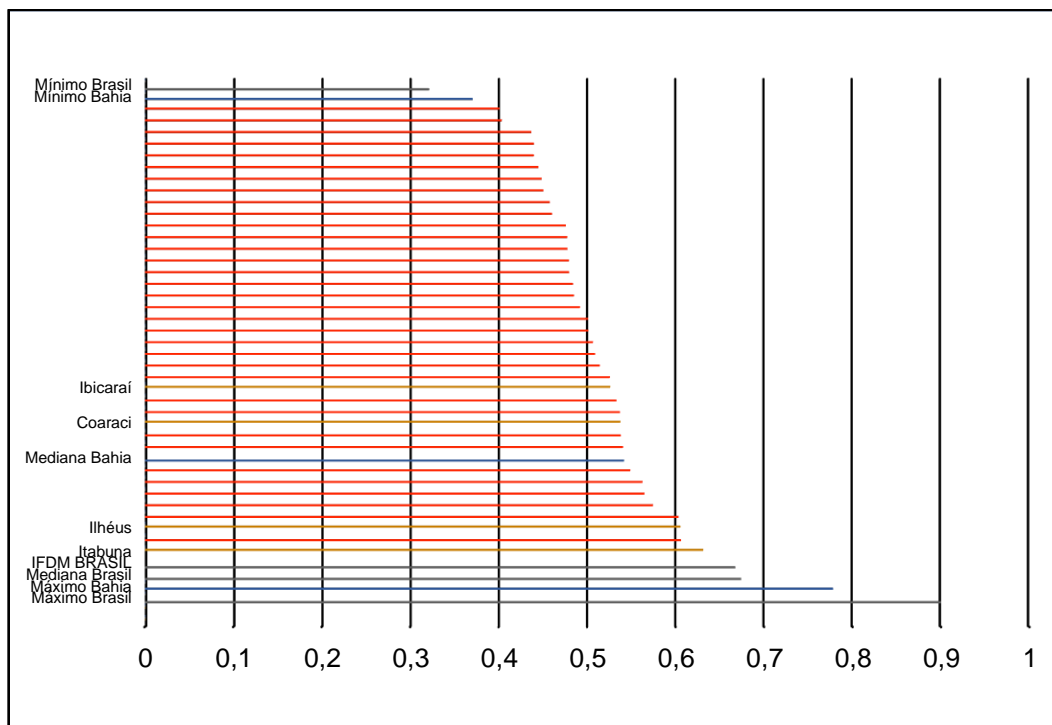


Figura 10: IFDM dos municípios da microrregião Ilhéus-Itabuna - Bahia

Fonte: IFDM/2018

No gráfico acima destacamos alguns valores para comparação. em cinza, destacam-se o máximo, mínimo e mediana do Brasil; em azul, máximo, mínimo e mediana da Bahia; e em amarelo a sede e os municípios da Rede CUNI sob responsabilidade do Campus Jorge Amado (CJA).

Na microrregião, composta por 41 municípios, apenas oito deles estão acima da mediana do estado. Todos estão abaixo do IFDM Brasil e da mediana do país. Apenas o município de Itabuna é classificado entre os 4 mil municípios com maior IFDH do Brasil, mas ainda dentro da faixa dos 33,3% dos municípios com o pior índice no país.

Todos estes dados revelam a extrema necessidade por ações de política pública no estado, na região sul e extremo-sul da Bahia e em especial na região de atuação do CJA. As necessidades vão desde a capacidade de formulação de políticas públicas, passando por sua implementação, acompanhamento e avaliação. A formação de profissionais qualificados para atuarem na área, em suas mais diversas esferas federativas (municipal, estadual ou nacional) é premente, mas esta análise leva a enfatizar a esfera local e regional.

A análise anterior, comparando os índices criados pelo PNAD e pela FIRJAN já havia identificado a existência de diferenças fundamentais entre os índices, o que nos leva a pensar na possibilidade de criação de indicadores mais adequados para retratar a realidade da região. Um dos objetivos deste curso é a constituição de um Observatório de Políticas Públicas que demandará a construção e acompanhamento contínuo de indicadores adequados à realidade regional.

A partir da análise destes indicadores serão criados conjuntos de Componentes Curriculares de Livre Escolha em áreas temáticas: Políticas Públicas em Educação, em Saúde, em Mobilidade Urbana, etc., sempre trazendo as demandas e carências da sociedade para serem abordadas na Universidade. Isto significa tomar a realidade da região como ponto de partida para o ensino e a pesquisa, em uma atitude verdadeiramente extensionista.

No que diz respeito à demanda interna, discente, há constantes relatos de estudantes do Campus Jorge Amado a respeito da dificuldade em continuar sua formação num curso de segundo ciclo fora de Itabuna. Tendo em vista que o Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais se encontra em Porto Seguro, diversas/os estudantes (em especial os egressos do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Campus Jorge Amado) não têm opções de segundo ciclo em sua sede. Muitas/os estudantes têm empregos, família e ligações comunitárias nos municípios desta microrregião, em especial estudantes dos cursos noturnos. Desta forma, justifica-se a criação de um curso da Grande Área das Humanidades neste campus, em particular um curso a ser desenvolvido exclusivamente no período noturno.

A oferta de cursos presenciais do Campo das Públicas (Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Social e Gestão Pública, ao lado dos já tradicionais cursos de Administração Pública) no estado da Bahia é mostrada no Quadro 4. Ressalta-se a inexistência de curso público em nível de bacharelado no estado. Nenhum dos cursos, ainda, está localizado no sul ou extremo-sul da Bahia. É de se notar, ainda, a ênfase dos cursos na dimensão de “Gestão” no trato com as Políticas Públicas. Todos estes elementos justificam a existência do Bacharelado em Políticas Públicas no Campus Jorge

Amado da UFSB.

Instituição (IES)	Sigla	Nome do Curso	Grau
Centro Universitário UNIRB	UNIRB	Administração Pública	Bacharelado
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	Gestão Pública	Tecnológico
Universidade Federal da Bahia	UFBA	Gestão Pública	Tecnológico
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	Gestão Pública	Tecnológico
Faculdade São Francisco de Juazeiro	FASJ	Gestão Pública	Tecnológico
Centro Universitário Jorge Amado	UNIJORGE	Gestão Pública	Tecnológico
Faculdade Batista Brasileira do Recôncavo	FBBR	Gestão Pública	Tecnológico
Centro Universitário de Salvador	UNICEUSA	Gestão Pública	Tecnológico
Centro Universitário Jorge Amado	UNIJORGE	Gestão Pública	Tecnológico
Centro Universitário Maurício de Nassau de Salvador	Uninassau Salvador	Gestão Pública	Tecnológico
Centro Universitário Jorge Amado	UNIJORGE	Gestão Pública	Tecnológico
Faculdade Batista Brasileira	FBB	Gestão Pública	Tecnológico
Faculdade de tecnologia e Ciências de Jequié	FTC	Gestão Pública	Tecnológico

Quadro 4: Oferta de Cursos do Campo das Públicas no estado da Bahia

Fonte: eMec

7.2 Objetivos do curso

7.2.1 Objetivo geral

O Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) está destinado a formar profissionais capacitados para analisar, atuar e intervir em organizações públicas, da sociedade civil e de mercado, envolvidas com a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

7.2.2 Objetivos específicos

O Campo das Públicas demanda, por sua natureza, um amplo conhecimento interdisciplinar para compreender a complexa máquina pública e os processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas, em distintos contextos políticos, econômicos e sociais. Dessa forma, o BPP tem como objetivos fornecer às/aos estudantes:

- Formação interdisciplinar em campos do conhecimento como ciência política, sociologia, administração pública, economia e antropologia;
- Compreensão aprofundada das relações e conflitos entre os diversos setores da sociedade, incluindo instituições governamentais, organizações não-governamentais, sociedade civil organizada, empresas, sindicatos etc.;
- Conhecimento e capacidade para planejar, implantar, avaliar e subsidiar políticas públicas.

O BPP visa ainda constituir um Observatório de Políticas Públicas com o objetivo de:

- ampliar o conhecimento crítico e analítico das políticas públicas ao longo de seu ciclo (definição de agenda, formulação, implementação, avaliação e monitoramento), assim como dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que permeiam essas etapas;
- contribuir com o conhecimento sobre as políticas públicas do ponto de vista teórico e empírico e proporcionar maior interação com outras instituições acadêmicas, com a sociedade civil e com o poder público em seus temas de pesquisa, apoiando esses atores nos processos de políticas públicas.

8. PERFIL DA/O EGRESSA/O E MATRIZ DE COMPETÊNCIAS

O campo de atuação para o profissional a ser formado pela UFSB será bastante amplo. O curso visa formar profissionais para atuar em órgãos governamentais públicos tanto em nível municipal, estadual e federal bem como em organizações da sociedade civil, terceiro setor e em projetos sociais de fundações e empresas. Assim sendo, o profissional deve ser requisitado, em diversas organizações, para atuar nas etapas de análise de alternativas, definição de opções, monitoramento e acompanhamento de ações no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento social.

O profissional formado estará habilitado para compreender a complexa máquina que compõe o Estado e as demais instituições que com ele atuam, bem como para atuar em processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas, em áreas variadas e em distintos contextos políticos, econômicos e sociais, através de mecanismos inovadores e que visem a produção dos melhores resultados em termos sociais.

Por meio de uma formação interdisciplinar, a/o estudante irá desenvolver sua compreensão a respeito da importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas. Terá formação teórica suficiente e amplo conhecimento técnico-científico para atuar em órgãos públicos, empresas estatais, agências reguladoras, organizações não governamentais e em empresas onde o conhecimento sobre o funcionamento do Estado e suas instituições é uma capacidade demandada.

As habilidades e competências esperadas de um egresso do Bacharel em Políticas Públicas da UFSB, em consonância com as Diretrizes Curriculares da área (instituídas pela Resolução nº 1 de 2014 do Conselho Nacional de Educação), são:

- I. Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. Apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III. Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. Estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V. Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI. Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII. Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Profissionais formados pelo Bacharelado em Políticas Públicas terão a capacitação para trabalhar não apenas no setor público, como gestores, assessores e consultores junto a prefeituras e câmaras de vereadores, mas também poderão atuar junto ao Ministério

Público e outras instâncias do Poder Judiciário e órgãos de controle.

Em empresas privadas, o Bacharel em Políticas Públicas é capaz de atuar no âmbito das relações governamentais e institucionais, da responsabilidade socioambiental ou da prestação de consultoria para desenvolvimento de serviços que tenham interface com o setor público. São opções, ainda, atuação em institutos, fundações empresariais e entidades paraestatais, como aquelas do Sistema S (SESC, Sesi, Senai). No setor público não-governamental, o gestor de políticas públicas pode realizar trabalho de analista, consultor ou gestor de projetos.

Desta forma, o Curso pretende formar profissionais preparados para atuar, especialmente, nas áreas:

- I. Esfera pública federal, estadual e municipal - executivo ou legislativo.
- II. Organismos internacionais e supranacionais de governança global.
- III. Terceiro Setor.
- IV. Setor privado nas áreas de relacionamento com o Estado ou responsabilidade social.

Para alcançar os objetivos do curso e formar os profissionais com o perfil desejado, ao longo do currículo proposto, pretende-se desenvolver as seguintes competências (conhecimentos, habilidades e atitudes):

Conhecimentos:

- I. Compreender as instituições do Estado e suas relações com a sociedade e a economia:
 - regimes de governo e sistemas políticos;
 - governança e democracia e processos decisórios;
 - sistemas internacionais e políticas públicas;
 - relação Estado-sociedade-setor privado;
 - economia do setor público.
- II. Compreender o sistema político brasileiro e sua inserção global
 - Federalismo;
 - Estado brasileiro e reformas;
 - Relações entre os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);
 - Noções de Direito do Estado;
 - Participação social.
- III. Conhecer e saber usar ferramentas de planejamento, gestão e avaliação
 - Planejamento;
 - Gestão de processos e projetos;
 - Avaliação de políticas públicas;
 - Métodos quantitativos e qualitativos de análise;
 - Orçamento público.
- IV. Compreender a forma de gestão de organizações e instituições públicas

- Teorias da burocracia;
- Modelos de administração pública;
- Orçamento e finanças;
- Teorias e gestão de organizações públicas;
- Sistema de controle e *accountability*;
- Processos de inovação em políticas públicas.

V. Conhecer os fundamentos teóricos e práticas de políticas públicas que balizam a análise:

- Teorias e modelos analíticos sobre políticas públicas;
- Políticas sociais no Brasil;

Habilidades:

- Adotar visão estratégica, tática e operacional para gestão e implementação de políticas públicas.
- Ser capaz de planejar, implantar, desenvolver, avaliar, criticar e reformular políticas públicas.
- Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos de interesse público.
- Ser capaz de gerenciar conflitos, reconhecê-los, mapeá-los, problematizá-los.
- Conjugar a articulação entre os diversos atores afetados por uma política pública, tais como organizações governamentais, não-governamentais, privadas e outros grupos em rede da sociedade civil organizada, como movimentos sindicais, sociais e culturais.
- Entender e utilizar as novas tecnologias emergentes de modo inovador e criativo.
- Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais.
- Combinar o pensamento local e regional com uma abordagem global.

Atitudes:

- Ter abordagem sistêmica e interdisciplinar.
- Reconhecer a complexidade das relações sociais existentes e a diversidade dos sujeitos e grupos sociais envolvidos.
- Ter *ethos* republicano e democrático.
- Atuar utilizando os princípios da interdisciplinaridade (ciência política; sociologia; administração pública; economia e antropologia).
- Possuir formação humanística e crítica.
- Transitar na diversidade, respeitando diferenças e desestimulando desigualdades.

9. PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica da Universidade apoia-se no pluralismo metodológico, o que lhe permite ajustar, no decorrer do tempo, os distintos modelos de ensino-aprendizagem às demandas concretas do coletivo - processo inerente ao desenvolvimento institucional. Assim, tendo como ponto de partida a Pedagogia Programada (definição antecipada de conteúdos, métodos e técnicas), busca-se a ela acrescentar outras metodologias contemporâneas, dinamizando o processo de ensino/aprendizagem.

Estruturada a partir de Ciclos de Formação e em sistema quadrimestral multitaluno, a UFSB prioriza as metodologias focadas na autoinstrução, aprendizagem baseada em problemas e projetos, trabalho em equipe e foco na prática. A ênfase dos processos de ensino-aprendizagem alicerçadas na autonomia da/o estudante permite que ele compreenda, desde seu ingresso na universidade, que a apreensão do conhecimento é processo complexo e recebe a influência de diversos fatores interdependentes entre si. Os sujeitos que interagem, os espaços de convívio e as lógicas que orientam tais reciprocidades, a estrutura curricular, os modos de organização, desenvolvimento e avaliação das atividades acadêmicas em suas três esferas (ensino, pesquisa e extensão), constituem os espaços de sociabilidade institucionais voltados para facilitar tanto a apreensão como o compartilhamento do conhecimento. Assim, o modelo pedagógico implantado visa a propor condições para a execução de um trabalho consistente, pluralista e diversificado, que acompanhe o percurso de desenvolvimento acadêmico da/o estudante, valorizando os saberes prévios e facilitando sua busca pelo aprimoramento.

A interdisciplinaridade se realiza fortemente em ambos ciclos de formação. No primeiro ciclo, pela própria natureza dos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares. No segundo ciclo serão apresentados à/ao estudante conhecimentos das diversas áreas que compõem o Campo das Públicas, sempre em diálogo e interrelação.

No modelo pedagógico seguido pelo Bacharelado em Políticas Públicas (BPP), tendo em vista os objetivos do Curso e o perfil do egresso, por princípio a/o estudante é protagonista de seu próprio aprendizado e, portanto, consciente do seu papel frente à própria formação acadêmica e o desenvolvimento de suas competências e habilidades profissionais. A estrutura curricular foi elaborada visando à articulação com o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, favorecendo a aproximação maior das/os estudantes do Primeiro e Segundo Ciclos de formação, ambiente propício para a implementação dos princípios de: Equipes de Aprendizagem Ativa (EAA), Estratégias de Aprendizagem Compartilhada (EAC) e Aprendizagem Baseada em Problemas Concretos (ABPC). A presença de Atividades de Extensão e de Componentes Curriculares de Livre Escolha visam atrair estudantes egressos de outros cursos de primeiro ciclo, permitindo que usem parte do currículo adquirido como carga horária para integralização.

Proposto inicialmente para integrar os três ciclos de formação, o modelo foi adaptado às necessidades de interação exigidas pelo BPP, a serem implementadas com as/os estudantes do Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais (CFPPTS). Além disso, a proximidade e o compartilhamento de experiências propiciadas por esse modelo provêm condições para que a/o estudante desenvolva o sentido de

pertencimento à universidade e sinta-se apto a organizar seu processo de aprendizagem de acordo com suas potencialidades individuais.

As EAA são formadas por grupos de estudantes dos diferentes ciclos de formação e períodos de ingresso nos Cursos, idealizadas para o desenvolvimento das atividades didáticas, podendo ser monitoradas por pós-graduandos ou mesmo estudantes mais avançados, sob a tutela de docente(s) orientador(es). Nesse modelo as/os estudantes mais adiantados acompanham aqueles dos quadrimestres anteriores, formando grupos de estudo, dirimindo dúvidas e auxiliando no direcionamento das atividades de cunho técnico. As atividades de monitoria de CCs podem funcionar como EAA, sempre com o acompanhamento e supervisão do docente. As equipes, por sua vez, podem utilizar como estratégia a EAC, segundo protocolos e programas por elas continuamente revisados, simultaneamente aplicando técnicas de problematização nas quais docentes e discentes são ao mesmo tempo aprendizes e ensinantes.

Outra metodologia didática que pode ser implementada no BPP é a adoção da ABPC nas CCs com carga horária em atividades de extensão. A ABPC permite à/ao estudante reconhecer o que precisa aprender sobre problemas identificados em casos propostos pelo tutor ou pela EAA, permitindo maior interação e contribuindo para o desenvolvimento de atitudes voltadas para o trabalho em equipe. A matriz curricular prevê a integração de atividades de ensino e extensão por meio de dois CCs de segundo ciclo (**Observatório de Políticas Públicas I e Observatório de Políticas Públicas II**).

Assim, as/os estudantes trazem para a sala de aula problemas verificados *in loco* que são analisados em conjunto com o monitor (estudante em estágio mais avançado) e o docente, estratégias de solução são propostas, testadas e o resultado desse processo é devolvido para a comunidade. Um exemplo: um gestor municipal deseja criar acompanhar com maior precisão os impactos de determinada política pública (por exemplo, alterações viárias no município). O problema diagnosticado é levado para a sala de aula e utilizado como case de análise, sendo o resultado, depois de testado, devolvido ao gestor. A devolutiva acontece como processo de capacitação dos dirigentes sobre o assunto. Ao mesmo tempo que as/os estudantes aplicam na prática o conhecimento teórico e técnico adquirido no Curso, interagem de modo propositivo com a comunidade na qual a UFSB está inserida.

Outras estratégias de ensino-aprendizagem também são utilizadas no BPP, pois antes de tudo o trabalho docente é concebido de forma diferenciada, qual seja, “de ensinar e não de transferir conhecimento” (FREIRE, 1996, p. 47) ¹³. Fazer uso de metodologias diferenciadas, valorizando a expertise e a experiência individual do docente e seu papel no coletivo acadêmico é uma forma de instituir a Universidade como espaço de aprendizado contínuo e como laboratório de práticas pedagógicas alicerçadas na autonomia e emancipação.

¹³ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 30. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

10. ARQUITETURA CURRICULAR

O Bacharelado em Políticas Públicas (BPP) será ministrado em duração plena, abrangendo um total mínimo de 200 créditos (3000 horas).

Os componentes curriculares (CCs) obrigatórios perfazem um total de 132 créditos (1.980 horas), compostos da seguinte maneira (em um percurso formativo ideal):

- CCs Obrigatórios da Formação Geral: 28 créditos (420 horas)

Quadrimestre (percurso ideal)	Componente Curricular
1º Quadrimestre	Artes e Humanidades na Formação Cidadã (Eixo)
	Ciências na Formação Cidadã (Eixo)
	Matemática e Computação (Eixo)
	Produções Textuais Acadêmicas (Eixo)
	Línguas Estrangeiras (Eixo)
2º Quadrimestre	Artes e Humanidades na Formação Cidadã (Eixo)
	Matemática e Computação (Eixo)
	Produções Textuais Acadêmicas (Eixo)

Quadro 5: CCs Obrigatórios para o BPP - Formação Geral

- CCs Obrigatórios da Formação Específica do BI-Humanidades: 12 créditos (180 horas)

Quadrimestre (percurso ideal)	Componente Curricular
4º Quadrimestre	PTS0013 - Bases Filosóficas e Epistemológicas das Humanidades
5º Quadrimestre	PTS0015 - Interdisciplinaridade: Teorias e Práticas
6º Quadrimestre	PTS0016 - Metodologias em Humanidades

Quadro 6: CCs Obrigatórios para o BPP - Formação Específica - BI-Humanidades

- CCs Obrigatórios do BPP: 96 créditos (1440 horas)

- Num percurso formativo ideal, a/o estudante cumprirá esta carga horária obrigatória parte na formação específica do primeiro ciclo (48 créditos ou 720 horas) e parte no segundo ciclo de formação (48 créditos ou 720 horas).

Quadrimestre (percurso ideal)	Componente Curricular
Entre o 2º e o 9º Quadrimestres	Racismo Estrutural, Institucional, Cordial e Estrutura Pública Brasileira
	CHS0106 - Economia Política
	PTS0037 - Território, Políticas Públicas e Participação
	PTS0041 - Teorias do Estado
	PTS0049 - Relações Sociais e Políticas na Contemporaneidade
	PTS0055 - Pensamento Social e Político na Formação do Brasil
	PTS0058 - Noções de Direito Público
	PTS0065 - Gestão Pública e Social
	PTS0089 - Cidadania e Novos Direitos
	PTS0097 - Noções de Direito Privado
	PTS0126 - Política Nacional e Meio Ambiente

	PTS0138 - Ciência Política
10º Quadrimestre	Instituições Políticas no Brasil
	Teoria das Políticas Públicas
	Federalismo e Políticas Públicas
	Métodos Estatísticos para Ciências Sociais
	Conflitos Sociais e Políticas Públicas
11º Quadrimestre	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil
	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Políticas Públicas
	Direito do Estado: Estudos Constitucionais
	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas
	Movimentos Sociais e Terceiro Setor
12º Quadrimestre	Teorias e Gestão de Organizações Públicas
	Direito do Estado: Estudos da Administração Pública
	Políticas Públicas e Setor Privado
13º Quadrimestre	Burocracia, Administração Pública e Orçamento
	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos
	Democracia Digital e Governo Eletrônico

Quadro 7: CCs Obrigatórios para o BPP - Formação Específica - BI-H e 2º Ciclo

Os CCs optativos perfazem um total de 12 créditos (180 horas). Serão aceitos pelo BPP os seguintes CCs constantes do Quadro 8 para o cumprimento desta carga horária.

Quadrimestre (percurso ideal)	Componente Curricular
Entre o 2º e o 9º Quadrimestres	PTS0014 - Inglês Instrumental em Humanidades
	PTS0017 - Práticas e Projetos em Humanidades
	PTS0018 - Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Saúde
	PTS0019 - Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Humanidades
	PTS0020 - Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Educação
	PTS0021 - Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Ciências
	PTS0022 - Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Artes
	PTS0023 - Perspectivas Matemáticas e Computacionais em Artes
	PTS0024 - Perspectivas Matemáticas e Computacionais em Ciências
	PTS0025 - Perspectivas Matemáticas e Computacionais em Educação
	PTS0026 - Perspectivas Matemáticas e Computacionais em Humanidades
	PTS0027 - Perspectivas Matemáticas e Computacionais em Saúde
	PTS0028 - Monografia I
	PTS0029 - Práticas em Humanidades I
	PTS0030 - Monografia II
	PTS0031 - Práticas em Humanidades II
	PTS0123 - Fundamentos da Perspectiva Histórica
	PTS0150 - Introdução à Língua Francesa
	PTS0152 - Língua Francesa: se inscrever no tempo e no espaço
	PTS0153 - Oficina de Textos em Língua Inglesa - Básico
	PTS0155 - Língua Francesa: ver, ouvir e descrever
	PTS0158 - Oficina de Textos em Língua Inglesa - Intermediário
	PTS0159 - Língua Francesa: caracterizar e explicar

	PTS0162 - Oficina de Textos em Língua Inglesa - Avançado
	PTS0168 - Introdução à Linguística
	PTS0265 - LIBRAS

Quadro 8: CCs Optativos para o BPP

Os CCs de Livre Escolha perfazem um total de 16 créditos (240 horas).

- Num percurso formativo ideal, a/o estudante cumprirá esta carga horária de livre escolha na formação específica do primeiro ciclo.

As atividades extensionistas perfazem um total de 22 créditos (330 horas).

- Num percurso formativo ideal, a/o estudante cumprirá esta carga horária de atividades extensionistas parte na formação específica do primeiro ciclo (16 créditos ou 240 horas) e parte no segundo ciclo de formação (6 créditos ou 90 horas).

Quadrimestre (percurso ideal)	Componente Curricular
12º Quadrimestre	Observatório de Políticas Públicas I
13º Quadrimestre	Observatório de Políticas Públicas II

Quadro 9: CCs de Atividades Extensionistas do 2º Ciclo do BPP

- As/os estudantes que ingressaram num primeiro ciclo na UFSB antes da regulamentação das Atividades Extensionistas poderão usar CCs de Livre Escolha para cumprir a carga horária relativa a estas atividades no primeiro ciclo.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se dará na modalidade Monografia, com cumprimento de 6 créditos (90 horas).

- Num percurso formativo ideal, a/o estudante cumprirá esta carga horária de TCC no 12º e 13º quadrimestres.

As atividades complementares (ACs) equivalem a no máximo 8 créditos (120 horas).

- Num percurso formativo ideal, a/o estudante cumprirá esta carga horária de atividades complementares na formação específica do primeiro ciclo.

10.1 Formação Geral

A Etapa de Formação Geral na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) é um currículo comum aos cursos da UFSB composto por Componentes Curriculares obrigatórios que visam auxiliar na transição da educação básica para o ensino superior a partir do reconhecimento da Universidade como espaço heterogêneo de compartilhamento de saberes que têm como princípio a interação dialógica, criativa e crítica.

Este conjunto de atividades sistemáticas objetiva preparar o/a estudante para a vivência acadêmica e cidadã, com ênfase na complexidade das relações entre ciência, tecnologia e sociedade; no aprimoramento de práticas contemporâneas de interação; e no reconhecimento da importância da arte e da cultura na constituição dos sujeitos.

A carga horária da Formação Geral do primeiro ciclo que será utilizada pelo BPP terá um total de 28 créditos (420 horas), carga horária detalhada no Quadro 5, acima.

10.2 Formação Específica

Os CCs relacionados à Formação Específica dos BIs e LIs terão lugar a partir do segundo quadrimestre. Especificamente no BI-Humanidades, a/o estudante tem a possibilidade, nesta etapa da formação, de ingressar em uma Área de Concentração (AC) - percurso dos que pretendem tomar o BI-Humanidades como requisito para formação profissional e/ou segundo ciclo - ou permanecer na Grande Área, que assegura formação interdisciplinar no campo das Humanidades.

O Bloco Temático Teórico-Metodológico da Formação Específica em Humanidades compreende um conjunto de CCs que pretendem promover o desenvolvimento das macro-competências e habilidades esperadas para o egresso do BI-Humanidades. Por este motivo, são de cumprimento obrigatório por todas/os estudantes deste BI. Vários de seus CCs serão utilizados como obrigatórios no BPP, conforme Quadro 6 acima.

Além destes, há ainda um conjunto de CCs que são optativos para o BI-Humanidades, mas que serão obrigatórios no BPP. Note-se que seu não-cumprimento no Primeiro Ciclo não impede o ingresso da/o estudante para o BPP.

A carga horária da Formação Específica do primeiro ciclo que será utilizada pelo BPP terá um total de 112 créditos (1680 horas), divididos em:

- CCs Obrigatórios da Formação Específica: 12 créditos (180 horas)
- CCs Optativos da Formação Específica, obrigatórios para o BPP: 48 créditos (720 horas)
- CCs Optativos e/ou Obrigatórios da Formação Específica e Optativos do BPP: 12 créditos (180 horas)
- CCs de Livre Escolha: 16 créditos (240 horas)
- Atividades Extensionistas: 16 créditos (240 horas)
- Atividades Complementares: 8 créditos (120 horas)

10.3 Área de Concentração

Não há Área de Concentração no Bacharelado em Políticas Públicas.

10.4 Segundo Ciclo de Formação

O Segundo Ciclo compreende cursos e programas de formação profissional e acadêmica em campos e áreas de atuação específicos, destinados à habilitação de trabalhadores e intelectuais em carreiras profissionais, atividades ocupacionais, culturais ou artísticas de nível superior. O Bacharelado em Políticas Públicas da UFSB, leva em conta o Plano Orientador e as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES n.º 1/2014).

Na UFSB as disciplinas são oferecidas em ciclos quadrimestrais. Isso tem exigido adequação das disciplinas a uma carga horária distribuída entre aulas teóricas e práticas presenciais e horas de dedicação individuais extraclasse, estimulando a autonomia no estudo. Tal sistema permite, também, oferecer um conjunto maior de disciplinas atendendo a uma diversidade maior de temas.

Este modelo, entretanto, precisa ser calibrado em acordo com a realidade local, em

especial por se tratar de um curso noturno. Por este motivo, os Componentes Curriculares do BPP, em seu segundo ciclo, serão ofertados com carga horária de 45 horas quadrimestrais, sendo 36 horas presenciais e 9 horas em atividades extraclasse.

O segundo ciclo do BPP será composto por 60 créditos (900 horas), divididos em:

- CCs Obrigatórios: 48 créditos (720 horas)
- Atividades Extensionistas: 6 créditos (90 horas)
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): 6 créditos (90 horas)

10.5 Atividades de Extensão

As atividades extensionistas perfazem um total de 22 créditos (330 horas). Num percurso formativo ideal, a/o estudante cumprirá esta carga horária de atividades extensionistas parte na formação específica do primeiro ciclo (16 créditos ou 240 horas) e parte no segundo ciclo de formação (6 créditos ou 90 horas), conforme apresentado no Quadro 9 acima. Em conjunto, estes CCs direcionam a/o estudante a trabalhar na perspectiva de criação, aplicação e acompanhamento de indicadores de para Políticas Públicas. Estas atividades se darão no âmbito de um Observatório de Políticas Públicas a ser criado pelo curso.

Seguem alguns destaques comentados sobre a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018¹⁴:

Art. 4º - As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

- O artigo explicita que a creditação da extensão deve se dar por meio da inclusão da extensão na “matriz curricular”, isto é, o curso não deve necessariamente ampliar sua carga horária para incluir a extensão, mas incluí-la como proposta atrelada a sua matriz curricular.

Art. 8º - As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços.

- Apesar de o PNE 2014/2024 assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em “programas e projetos” de extensão universitária, a resolução do MEC explicita em seu artigo 8º que podem ser consideradas entre as atividades as seguintes modalidades: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; prestação de serviços (portanto, não apenas em programas e projetos). Em parágrafo único deste artigo ainda está determinado que essas modalidades incluem, além dos programas institucionais, eventualmente, as de natureza governamental, que atendam a políticas municipais, estaduais, distrital e nacional. Soma-se ao artigo 4, o parágrafo único do artigo 12: “aos estudantes, deverá ser permitido participar de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes.”

¹⁴ Os comentários foram construídos pela Coordenação de Extensão, da Diretoria de Sustentabilidade e Integração Social da Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social - PROSIS

Art. 12º - A avaliação externa in loco institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e recredenciamento das instituições de ensino superiores, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber: I - a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos; II - a articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior; III - os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação

- O artigo afirma a importância da creditação para a avaliação dos cursos.

Art. 14 - Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

- Há duas informações importantes contidas neste artigo: 1) Se os “cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão”, isto significa que o projeto pedagógico do curso deve contemplar em seu texto, de forma articulada com o curso como um todo, o papel da extensão na formação discente em seu contexto pedagógico, conforme explicita a Política Nacional de Educação (2012): “Um dos passos fundamentais em direção à universalização da Extensão Universitária está em sua inclusão nos currículos, flexibilizando-os e imprimindo neles um novo significado com a adoção dos novos conceitos de ‘sala de aula’ e de ‘eixo pedagógico’. É importante ter claro que não se trata apenas de aproveitamento de créditos oriundos de atividades extensionistas, para efeitos de integralização curricular ou de criação de novas disciplinas relacionadas com a Extensão Universitária, mas, sim, de sua inclusão criativa no projeto pedagógico dos cursos universitários, assimilando-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento”; 2) A informação de que a creditação pode se dar por meio de “obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente” deixa claro que há uma flexibilidade por parte do projeto de curso a respeito dos caminhos para a creditação da extensão por meio dessas duas opções (crédito curricular e carga curricular equivalente).

Art. 15 - As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

- Este artigo e seu parágrafo único mostram que qualquer atividade de extensão a ser creditada em um curso deve estar devidamente registrada no âmbito do setor responsável por este processo nas universidades. No caso da UFSB, esta atribuição atualmente cabe à Coordenação de Extensão, vinculada à PROSIS. O

documento que regulamenta as atividades de extensão é a Resolução 24/2019, disponível na página da extensão (<https://ufsb.edu.br/extensao>)

Art. 16 - As atividades de extensão devem ser também adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

- A Comissão de Creditação da Extensão conta com a participação da PROGEAC e da PROTIC justamente para afinar a implementação no sistema que permitirá a operacionalização da extensão. Para isso, também foram iniciados os diálogos com a UFRN para acompanhamento das possíveis mudanças no SIGAA, especialmente, na comunicação entre os módulos de ensino e extensão.

Art. 17 - As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

- Importante ressaltar este artigo, pois a promoção de parcerias interinstitucionais pode ser algo bastante positivo, especialmente, para o contexto da UFSB, uma universidade nova e que dispõe de outras instituições públicas de ensino superior nas proximidades de seus campi. Valorizar e articular as ações de extensão interinstitucionais que promovam o fortalecimento comunitário e territorial pode ser um caminho a ser trilhado por meio de acordos já firmados no Setor de Convênios da UFSB, com instituições como Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO).

10.6 Matriz Curricular e Representação Gráfica de um Perfil de Formação

Com base no fluxo geral do currículo, são explicitados os CCs e demais atividades presentes na Matriz Curricular da Grande Área em Humanidades do BI-Humanidades adicionados dos CCs específicos do Segundo Ciclo do Bacharelado em Políticas Públicas:

Primeiro Ciclo (baseado na matriz curricular do BI-Humanidades)			
Quadrimestre (percurso ideal)	Componente Curricular	Créditos	Carga Horária
1º Quadrimestre	Artes e Humanidades na Formação Cidadã (Eixo)	4	60
	Ciências na Formação Cidadã (Eixo)	4	60
	Matemática e Computação (Eixo)	4	60
	Produções Textuais Acadêmicas (Eixo)	4	60
	Línguas Estrangeiras (Eixo)	4	60
2º Quadrimestre	Artes e Humanidades na Formação Cidadã (Eixo)	4	60
	Matemática e Computação (Eixo)	2	30
	Produções Textuais Acadêmicas (Eixo)	2	30
3º Quadrimestre	Racismo Estrutural, Institucional, Cordial e Estrutura Pública Brasileira	4	60
4º Quadrimestre	PTS0013 - Bases Filosóficas e Epistemológicas das Humanidades	4	60
5º Quadrimestre	PTS0015 - Interdisciplinaridade: Teorias e Práticas	4	60
6º Quadrimestre	PTS0016 - Metodologias em Humanidades	4	60

Entre o 4º e o 9º Quadrimestres	CHS0106 - Economia Política	4	60
	PTS0037 - Território, Políticas Públicas e Participação	4	60
	PTS0041 - Teorias do Estado	4	60
	PTS0049 - Relações Sociais e Políticas na Contemporaneidade	4	60
	PTS0055 - Pensamento Social e Político na Formação do Brasil	4	60
	PTS0058 - Noções de Direito Público	4	60
	PTS0065 - Gestão Pública e Social	4	60
	PTS0089 - Cidadania e Novos Direitos	4	60
	PTS0097 - Noções de Direito Privado	4	60
	PTS0126 - Política Nacional e Meio Ambiente	4	60
	PTS0138 - Ciência Política	4	60
	Atividade Livre de Extensão	16	240
	CCs Optativos do BPP	12	180
	CCs de Livre Escolha	16	240
	Atividades Complementares	8	120
Total Primeiro Ciclo		140	2100
Segundo Ciclo - Bacharelado em Políticas Públicas			
10º Quadrimestre	Instituições Políticas no Brasil	3	45
	Teoria das Políticas Públicas	3	45
	Federalismo e Políticas Públicas	3	45
	Métodos Estatísticos para Ciências Sociais	3	45
	Conflitos Sociais e Políticas Públicas	3	45
11º Quadrimestre	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil	3	45
	Projeto de TCC em Políticas Públicas	3	45
	Direito do Estado: Estudos Constitucionais	3	45
	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	3	45
	Movimentos Sociais e Terceiro Setor	3	45
12º Quadrimestre	Teorias e Gestão de Organizações Públicas	3	45
	Trabalho de Conclusão de Curso I	3	45
	Direito do Estado: Estudos da Administração Pública	3	45
	Observatório de Políticas Públicas I (Atividade Extensionista)	3	45
	Políticas Públicas e Setor Privado	3	45
13º Quadrimestre	Burocracia, Administração Pública e Orçamento	3	45
	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos	3	45
	Trabalho de Conclusão de Curso II	3	45
	Observatório de Políticas Públicas II (Atividade Extensionista)	3	45
	Democracia Digital e Governo Eletrônico	3	45
	Total Segundo Ciclo	60	900
	Total Bacharelado em Políticas Públicas	200	3000

Quadro 10: Matriz Curricular do Bacharelado em Políticas Públicas

Segue uma representação gráfica de um perfil de formação.

Formação Geral				Formação Específica														
Quadr. 1		Quadr. 2		Quadr. 3		Quadr. 4		Quadr. 5		Quadr. 6		Quadr. 7		Quadr. 8		Quadr. 9		
Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	
Eixo: Artes e Humanidades na Formação Cidadã	60	Eixo: Artes e Humanidades na Formação Cidadã	60	CC Optativo do BPP	60	Bases Filosóficas e Epistemológicas das Humanidades	60	Interdisciplinaridade: Teorias e Práticas	60	Metodologias em Humanidades	60	Práticas e Projetos em Humanidades	30	Práticas em Humanidades I /Monografia I	30	Práticas em Humanidades II /Monografia II	60	
Eixo: Ciências na Formação Cidadã	60	Eixo: Matemática e Computação	30	Racismo Estrutural, Institucional, Cordial e Estrutura Pública Brasileira	60	Território, Políticas Públicas e Participação	60	Relações Sociais e Políticas na Contemporaneidade	60	Gestão Pública e Social	60	Cidadania e Novos Direitos	60	Noções de Direito Público	60	Noções de Direito Privado	60	
Eixo: Matemática e Computação	60	Eixo: Produções Textuais Acadêmicas	30	CC de Livre Escolha	60	CC Optativo do BPP	60	Ciência Política	60	Economia Política	60	Teorias do Estado	60	Política Nacional e Meio Ambiente	60	Pensamento Social e Político na Formação do Brasil	60	
Eixo: Produções Textuais Acadêmicas	60	CC Optativo do BPP	60	CC de Livre Escolha	60	Atividade Livre de Extensão	60	Atividade Livre de Extensão	60	Atividade Livre de Extensão	60	Atividade Livre de Extensão	60	CC de Livre Escolha	60	CC de Livre Escolha	60	
Eixo: Línguas Estrangeiras	60	CC de Livre Escolha	60	CC de Livre Escolha	60	Atividades Complementares												120
		CC de Livre Escolha	60															
CH Quadrimestre:	300	CH Quadrimestre:	300	CH Quadrimestre:	300	CH Quadrimestre:	240	CH Quadrimestre:	240	CH Quadrimestre:	240	CH Quadrimestre:	210	CH Quadrimestre:	210	CH Quadrimestre:	240	
CH Semanal:	25	CH Semanal:	25	CH Semanal:	25	CH Semanal:	20	CH Semanal:	20	CH Semanal:	20	CH Semanal:	17,5	CH Semanal:	17,5	CH Semanal:	20	
CH Sem em Sala:	20	CH Sem em Sala:	20	CH Sem em Sala:	20	CH Sem em Sala:	16	CH Sem em Sala:	16	CH Sem em Sala:	16	CH Sem em Sala:	14	CH Sem em Sala:	14	CH Sem em Sala:	16	
Resumo Formação Geral:				BI-H - Formação Específica - Grande Área														
Obrigatórios FG	420		100,0%			Obrigatórios FE	180		9,1%									
Não Utilizados	0		0,0%			Obrig. Pol. Públ.	720		36,4%									
CH Total	420		100,0%			Optativo do BPP	180		9,1%									
						Livre Escolha	240		12,1%									
						Extensão	240		12,1%									
						Ativ. Complem.	120		6,1%									
						Não Utilizados	300		15,2%									
						CH Total	1980		100,0%									

Figura 11: Matriz Curricular do Primeiro Ciclo (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades - percurso ideal)

Segundo Ciclo							
Quadr. 10		Quadr. 11		Quadr. 12		Quadr. 13	
Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH
Instituições Políticas do Brasil	45	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil	45	Teorias e Gestão de Organizações Públicas	45	Burocracia, Administração Pública e Orçamento	45
Teoria das Políticas Públicas	45	Projeto de TCC em Políticas Públicas	45	Trabalho de Conclusão de Curso I	45	Trabalho de Conclusão de Curso II	45
Federalismo e Políticas Públicas	45	Direito do Estado: Estudos Constitucionais	45	Direito do Estado: Estudos da Administração Pública	45	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos	45
Métodos Estatísticos para Ciências Sociais	45	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	45	Observatório de Políticas Públicas I	45	Observatório de Políticas Públicas II	45
Conflitos Sociais e Políticas Públicas	45	Movimentos Sociais e Terceiro Setor	45	Políticas Públicas e Setor Privado	45	Democracia Digital e Governo Eletrônico	45
CH Quadrimestre:	225	CH Quadrimestre:	225	CH Quadrimestre:	225	CH Quadrimestre:	225
CH Semanal:	18,8	CH Semanal:	18,8	CH Semanal:	18,8	CH Semanal:	18,8
CH Sem em Sala:	15	CH Sem em Sala:	15	CH Sem em Sala:	15	CH Sem em Sala:	15
2o Ciclo - Pol Públ				TOTAIS			
Obrig. Pol. Públ.	720	80,0%		Obrigatórios BI	600	20,0%	
CCs Livre Escolha	0	0,0%		Obrig. Pol. Públ.	1440	48,0%	
Extensão	90	10,0%		Optativo do BPP	180	6,0%	
TCC	90	10,0%		CCs Livre Escolha	240	8,0%	
Ativ. Complem.	0	0,0%		Extensão	330	11,0%	
CH Total	900	100,0%		TCC	90	3,0%	
				Ativ. Complem.	120	4,0%	
				CH Total Pol. Públ	3000	100,0%	

Figura 12: Matriz Curricular do Segundo Ciclo (Bacharelado em Políticas Públicas - percurso ideal)

Formação Geral				Formação Específica												Segundo Ciclo										
Quadr. 1		Quadr. 2		Quadr. 3		Quadr. 4		Quadr. 5		Quadr. 6		Quadr. 7		Quadr. 8		Quadr. 9		Quadr. 10		Quadr. 11		Quadr. 12		Quadr. 13		
Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	Componente	CH	
Eixo: Artes e Humanidades na Formação Cidadã	60	Eixo: Artes e Humanidades na Formação Cidadã	60	CC Optativo do BPP	60	Bases Filosóficas e Epistemológicas das Humanidades	60	Interdisciplinaridade: Teorias e Práticas	60	Metodologias em Humanidades	60	Práticas e Projetos em Humanidades	30	Práticas em Humanidades I /Monografia I	30	Práticas em Humanidades II /Monografia II	60	Instituições Políticas do Brasil	45	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil	45	Teorias e Gestão de Organizações Públicas	45	Burocracia, Administração Pública e Orçamento	45	
Eixo: Ciências na Formação Cidadã	60	Eixo: Matemática e Computação	30	Racismo Estrutural, Institucional, Cordial e Estrutura Pública Brasileira	60	Território, Políticas Públicas e Participação	60	Relações Sociais e Políticas na Contemporaneidade	60	Gestão Pública e Social	60	Cidadania e Novos Direitos	60	Noções de Direito Público	60	Noções de Direito Privado	60	Teoria das Políticas Públicas	45	Projeto de TCC em Políticas Públicas	45	Trabalho de Conclusão de Curso I	45	Trabalho de Conclusão de Curso II	45	
Eixo: Matemática e Computação	60	Eixo: Produções Textuais Acadêmicas	30	CC de Livre Escolha	60	CC Optativo do BPP	60	Ciência Política	60	Economia Política	60	Teorias do Estado	60	Política Nacional e Meio Ambiente	60	Pensamento Social e Político na Formação do Brasil	60	Federalismo e Políticas Públicas	45	Direito do Estado: Estudos Constitucionais	45	Direito do Estado: Estudos da Administração Pública	45	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos	45	
Eixo: Produções Textuais Acadêmicas	60	CC Optativo do BPP	60	CC de Livre Escolha	60	Atividade Livre de Extensão	60	Atividade Livre de Extensão	60	Atividade Livre de Extensão	60	Atividade Livre de Extensão	60	CC de Livre Escolha	60	CC de Livre Escolha	60	Métodos Estatísticos para Ciências Sociais	45	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	45	Observatório de Políticas Públicas I	45	Observatório de Políticas Públicas II	45	
Eixo: Línguas Estrangeiras	60	CC de Livre Escolha	60	CC de Livre Escolha	60	Atividades Complementares												120	Conflitos Sociais e Políticas Públicas	45	Movimentos Sociais e Terceiro Setor	45	Políticas Públicas e Setor Privado	45	Democracia Digital e Governo Eletrônico	45
		CC de Livre Escolha	60																							
CH Quadrimestre:	300	CH Quadrimestre:	300	CH Quadrimestre:	300	CH Quadrimestre:	240	CH Quadrimestre:	240	CH Quadrimestre:	240	CH Quadrimestre:	210	CH Quadrimestre:	210	CH Quadrimestre:	240	CH Quadrimestre:	225	CH Quadrimestre:	225	CH Quadrimestre:	225	CH Quadrimestre:	225	
CH Semanal:	25	CH Semanal:	25	CH Semanal:	25	CH Semanal:	20	CH Semanal:	20	CH Semanal:	20	CH Semanal:	17,5	CH Semanal:	17,5	CH Semanal:	20	CH Semanal:	18,8	CH Semanal:	18,8	CH Semanal:	18,8	CH Semanal:	18,8	
CH Sem em Sala:	20	CH Sem em Sala:	20	CH Sem em Sala:	20	CH Sem em Sala:	16	CH Sem em Sala:	16	CH Sem em Sala:	16	CH Sem em Sala:	14	CH Sem em Sala:	14	CH Sem em Sala:	16	CH Sem em Sala:	15	CH Sem em Sala:	15	CH Sem em Sala:	15	CH Sem em Sala:	15	
Resumo Formação Geral:				BI-H - Formação Específica - Grande Área												2o Ciclo - Pol Públ		TOTALIS								
Obrigatórios FG	420		100,0%			Obrigatórios FE	180		9,1%									Obrig. Pol. Públ.	720		80,0%	Obrigatórios BI	600		20,0%	
Não Utilizados	0		0,0%			Obrig. Pol. Públ.	720		36,4%									CCs Livre Escolha	0		0,0%	Obrig. Pol. Públ.	1440		48,0%	
CH Total	420		100,0%			Optativo do BPP	180		9,1%									Extensão	90		10,0%	Optativo do BPP	180		6,0%	
						Livre Escolha	240		12,1%									TCC	90		10,0%	CCs Livre Escolha	240		8,0%	
						Extensão	240		12,1%									Ativ. Complem.	0		0,0%	Extensão	330		11,0%	
						Ativ. Complem.	120		6,1%									CH Total	900		100,0%	TCC	90		3,0%	
						Não Utilizados	300		15,2%													Ativ. Complem.	120		4,0%	
						CH Total	1980		100,0%													CH Total Pol. Públ	3000		100,0%	

Figura 13: Matriz Curricular Completa do Bacharelado em Políticas Públicas - percurso ideal

11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Além dos CCs descritos neste PPC, a/o estudante também deverá participar de Atividades Complementares, aqui compreendidas como atividades artísticas, culturais, esportivas, científicas e de representação estudantil, na Universidade, na comunidade, em instituições, organizações ou outros espaços, visando à aquisição e/ou produção de conhecimentos e habilidades importantes para o exercício profissional, o voluntariado e a cidadania, e que contribuam para a complementação da sua formação pessoal, social, cultural e acadêmica. De acordo com a Resolução 16/2015, essas Atividades Complementares contemplam as seguintes dimensões:

- a) Humana: atividades que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e pessoal do/a estudante, ampliando sua consciência reflexiva e cidadã;
- b) Social: atividades que favoreçam o empreendedorismo socialmente referenciado, atividades comunitárias, trabalho voluntário na comunidade, em associações de bairros e na Universidade;
- c) Profissional: atividades que enriqueçam a formação técnico-profissional requeridas pelo curso, área de formação ou área complementar;
- d) Acadêmica: atividades científicas, filosóficas, artísticas, culturais ou esportivas que consolidem a formação integral universitária em complemento à formação específica.
- e) Política estudantil: atividades que envolvam a/o estudante em temáticas de interesse coletivo relacionadas a representação formal em entidades estudantis e em conselhos, comissões ou congêneres da Universidade.

Para completar as horas previstas para Atividades Complementares, a/o estudante deverá participar de atividades variadas, sendo vedado preencher toda a carga horária/creditação com apenas uma única atividade. Todas as atividades realizadas devem ser comprovadas pelo próprio discente, mediante atestados, declarações, certificados ou relatórios a serem validadas pelo Colegiado do Bacharelado em Políticas Públicas. As atividades complementares serão reguladas de acordo com o Regulamento das Atividades Complementares do Bacharelado em Políticas Públicas (Anexo 4 deste PPC) e validadas em horas conforme o disposto do Anexo 4.1 deste PPC.

12 ESTÁGIO CURRICULAR

Não há Estágio Curricular obrigatório no Bacharelado em Políticas Públicas, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, presentes na Resolução CNE 1/2014.

13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Curso adota a monografia como modalidade de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), realizada como matéria obrigatória dos Conteúdos de Segundo Ciclo. São objetivos da monografia:

- I - desenvolver o espírito científico e o interesse pela pesquisa acadêmica;
- II - capacitar a/o estudante para coletar, analisar e discutir dados de pesquisa;
- III - propiciar a iniciação profissional em temática de seu interesse, referente a Políticas Públicas; e
- IV - estimular a análise que relacione experiências e iniciativas e ações do Campo de Públicas aos conhecimentos teóricos adquiridos, possibilitando maior assimilação dos componentes curriculares.

A monografia deve ser, necessariamente, orientada por professor do Curso e realizada mediante a produção de projeto de pesquisa. O texto monográfico tem caráter analítico e pode se referir à história de determinada política pública, à análise de um fenômeno ou dinâmica referente à ação pública e seus resultados, à verificação de tendências epistemológicas no Campo de Públicas, ou mesmo à interpretação de dimensão valorativa, organizacional ou tecnopolítica dos processos da criação, implementação, gestão e avaliação de políticas públicas.

A carga horária exigida para a monografia é de 120 horas, equivalente a 8 créditos. Ao final, a/o estudante apresentará o texto monográfico, a ser avaliado por banca examinadora, composta por até dois docentes, conforme o regulamento do TCC presente no Anexo 3 deste PPC.

14 SISTEMA DE CREDITAÇÃO

A UFSB adota um regime de creditação compatível com o *European Credit Transfer System* (ECTS), vigente no Espaço Europeu de Ensino Superior, com dois principais objetivos:

- Acolher com respeito e flexibilidade diferentes tipos de aquisição de conhecimentos e habilidades: formais, não-formais e informais, apresentados pela/o estudante e devidamente atestados por um docente orientador e pelo Colegiado de Curso;
- Permitir e valorizar a mobilidade internacional das/os estudantes da UFSB, favorecendo o reconhecimento de diplomas e certificados.

O ECTS define sua creditação da seguinte maneira: ano acadêmico = 60 créditos; semestre = 30 créditos; trimestre = 20 créditos. Como a UFSB tem regime quadrimestral, cada quadrimestre corresponderá a 20 créditos.

Na UFSB, cada CC (Componente Curricular) possui Carga horária mais Crédito, onde CH é o número de horas semanais de aulas e atividades presenciais, incluindo trabalho de laboratório, aulas práticas, aulas de exercícios ou estudos dirigidos, realizadas na Universidade. Uma unidade de crédito (Cr) equivale a 15 horas de trabalho acadêmico ou demonstração de domínio de conhecimento, competência ou habilidade, validados pelo Colegiado. Nesse sistema, o crédito é atribuído ao CC ou atividade de um programa de estudos ou curso. O número de créditos de cada CC ou atividade pode variar em cada curso, a depender da importância atribuída ao volume de trabalho necessário para que a/o estudante consiga atingir os resultados exigidos neste Projeto Pedagógico¹⁵.

A principal característica desse sistema de creditação diz respeito à centralidade do processo ensino-aprendizagem, ao invés do sistema tradicional de ensino centrado na figura do professor e em conteúdos e tarefas prefixados. Contudo, a atribuição de créditos não deve variar de estudante para estudante, considerando-se a unidade pedagógica (atividade, CC ou curso). O crédito, como exposto acima, certifica a atividade e não a/o estudante e sua notação não será adaptada conforme a/o estudante tenha apresentado uma performance que se diferencia em qualidade (para mais ou para menos). Este é papel da nota ou conceito e não do crédito. O sistema prevê, entretanto, procedimentos de tolerância ou compensação quando, por exemplo, uma banca de exame ou um conselho de equipe docente isenta a/o estudante de novo reexame na medida do seu desempenho global no período ou, ao invés, recomenda novo exame, a despeito de uma nota alta, quando a/o estudante não demonstrou durante o período desempenho compatível com uma nota muito acima do seu perfil.

¹⁵ O Parecer CNE 8/2007 sobre carga horária mínima dos cursos de graduação refere-se ao conceito de volume de trabalho, aqui traduzido num sistema de creditação. Tal conceito pode ser compreendido como o investimento de trabalho requerido no processo ensino-aprendizagem e que não corresponde meramente à carga horária ou ao número de horas utilizadas nos registros acadêmicos. Computar tão somente o quantitativo de horas seria retornar ao tradicional nivelamento de todos, sem atentar para as singularidades do processo de cada educando e para a aquisição qualitativa dos conhecimentos, habilidades e fazeres concernidos.

15 ACESSO AO CURSO, MOBILIDADE E APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

15.1 Acessibilidade e diversidade

O PPC do Bacharelado em Políticas Públicas concorda com a ideia de que deva ser no projeto pedagógico que sejam alinhadas todas as questões do curso, de modo a que a diversidade humana seja acolhida, e onde o conceito de acessibilidade apareça de forma ampla, e não apenas restrito a questões físicas e arquitetônicas, uma vez que o vocábulo expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão (INEP, 2013).

Para tanto, embora a UFSB seja uma universidade nova, ainda em pleno processo de consolidação de sua estrutura física e de seu quadro de recursos humanos compatíveis com suas metas e funções sociais, o compromisso com a implantação da formação inclusiva e com o atendimento dos dispositivos legais encontram-se contemplados em diferentes perspectivas a serem consolidadas na estrutura universitária.

Para cumprir a regulamentação das Políticas de Inclusão (Dec. N° 5.296/2004) e da legislação relativa às questões étnico-raciais (Leis 10.639/03 e 11.645/08; e Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004), a UFSB se propõe a atender a essas demandas a partir da inserção destas temáticas em componentes curriculares de seus cursos de formação, bem como em suas atividades de pesquisa e integração social. Em especial, o Projeto Político-Pedagógico do Bacharelado em Políticas Públicas prevê Componente Curricular obrigatório sobre a temática, com o nome de *Racismo Estrutural, Institucional, Cordial e Estrutura Pública Brasileira*.

O Projeto Político-Pedagógico do Bacharelado em Políticas Públicas prevê Componente Curricular optativo de *Libras* na estrutura curricular do curso, em consonância com o Dec. N. 5.626/2005.

Além da transversalidade desses temas nos currículos de formação de BIs e LIs, a UFSB investe em programa de apoio ao discente sobretudo em sua relação direta com a equipe de orientadores e fomenta a participação das/os estudantes em intercâmbios nacionais e internacionais e centros acadêmicos.

15.2 Forma de acesso ao Curso

O acesso aos cursos de segundo ciclo da UFSB, dentre eles o Bacharelado em Políticas Públicas, dar-se-á por edital de seleção interna para estudantes concluintes do primeiro ciclo da UFSB ou via Sistema de Seleção Unificada (SiSU/MEC), que considera a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Os critérios de seleção para os cursos de segundo ciclo da UFSB seguem Resoluções específicas. Assim, o acesso ao Bacharelado em Políticas Públicas ocorrerá com base em edital próprio, elaborado e divulgado pela Pró-reitoria de Gestão Acadêmica da UFSB.

São elegíveis para inscrição neste processo de seleção:

- Estudantes que tenham concluído um Bacharelado ou Licenciatura Interdisciplinar na UFSB até o momento da inscrição no processo seletivo; e

- Portadores de diplomas de Bacharelados Interdisciplinares, Licenciaturas Interdisciplinares ou outros diplomas outorgados por instituições de ensino superior participantes de convênios ou acordos de cooperação com a UFSB.

Caso o número de postulantes aptos (de acordo com os critérios exigidos em edital) seja inferior à quantidade de vagas oferecida no Edital, todos serão classificados.

Caso o número de postulantes seja superior ao número de vagas oferecidas, os componentes da Grande Área do BI-Humanidades serão utilizados para fins de cálculo classificatório no processo de seleção. Em caso de empate, serão considerados os critérios de desempate nesta ordem:

- I - Número de componentes curriculares obrigatórios cumpridos no BI ou LI, pertencentes à matriz curricular do Bacharelado em Políticas Públicas.
- II - Número de componentes curriculares optativos cumpridos no BI ou LI, pertencentes à matriz curricular do Bacharelado em Políticas Públicas.
- III - Coeficiente de Rendimento Geral obtido pelo candidato nos componentes curriculares de BI ou LI.

Ainda no caso em que o número de postulantes seja superior à quantidade de vagas oferecida em Edital, aplica-se a legislação vigente nacional sobre cotas e modalidades de concorrência, bem como as Resoluções em vigor.

Caso haja vagas remanescentes no BPP, elas serão disponibilizadas em Editais de Transferência Interna entre cursos de 2º Ciclo e de Transferência Externa, Portador de Diploma e Reingresso no 2º Ciclo. Neste caso, a/o estudante deverá cursar ou convalidar CCs do primeiro ciclo que fazem parte da matriz curricular do curso, aproveitando o que for possível da sua formação anterior, conforme Resolução de Aproveitamento de Estudos e Dispensa por Equivalência da UFSB.

15.3 Mobilidade e Aproveitamento de Estudos

O modelo formativo da UFSB está pautado no pluralismo metodológico, incorporando distintos modos de aprendizagem ajustáveis às demandas concretas do processo coletivo institucional e compatível com universidades reconhecidas internacionalmente. Para registro adequado e eficiente da diversidade de modos de aprendizagem previstos, a UFSB adota o sistema combinado de carga horária e creditação baseado no modelo ECTS do sistema europeu, adaptado ao contexto institucional do ensino superior no Brasil e compatível com a plena mobilidade internacional.

Do ponto de vista da gestão acadêmica, a adoção do termo Decano para designar os dirigentes dos campi é proposital: tanto reafirma a função do gestor acadêmico como líder institucional de ambientes educativos quanto remete à nomenclatura internacional, retomando um título equivalente aos cargos de *dean* e *doyen* das principais universidades do mundo.

O Regime de Ciclos comporta inúmeras vantagens acadêmicas e, dentre elas, apresenta plena compatibilidade internacional. O regime quadrimestral compreende uma ideia relativamente radical para o cenário brasileiro, mas não desconhecida em outros contextos universitários. Muitas universidades de grande reconhecimento internacional

têm implantado regimes letivos similares há décadas, chamado de *quarters* (em geral, três termos por ano). No Brasil, a UFABC foi inaugurada já com o regime quadrimestral e avalia seus resultados de modo muito positivo.

Estudos realizados em outra instituição de ensino superior podem ser aproveitados para integralização do currículo, desde que tenham sido aprovados pelo Colegiado de Curso. Componentes Curriculares de qualquer curso da UFSB, quando cursados integralmente com aproveitamento em instituição de ensino superior autorizada, são automaticamente dispensados pela UFSB, sendo os créditos, notas e cargas horárias obtidos no estabelecimento de procedência registrados no histórico escolar, conforme legislação vigente e Resoluções próprias da UFSB.

16. REGIME DE MATRÍCULA E INSCRIÇÕES EM CCs

De acordo com as Resoluções 18/2018 e 29/2019 que dispõem sobre matrícula e inscrições em Componentes Curriculares na UFSB, o ato de matrícula é realizado apenas no início do curso, obedecendo a prazos e requisitos previstos em edital próprio.

A Inscrição é o registro institucional da/do estudante em Componentes Curriculares (CC) ofertados pela Universidade, previstos no Projeto Pedagógico do Curso em que está matriculado. O ato de inscrição é realizado no início de cada quadrimestre, nos prazos estabelecidos pelo Calendário Acadêmico da Universidade.

O regime curricular quadrimestral possui períodos letivos de 72 dias, totalizando 216 dias letivos a cada ano, incluindo os dias de sábado para atividades de supervisão e avaliação, com horários concentrados em turnos específicos.

As/Os estudantes podem montar suas trajetórias curriculares com alternância ou concentração de quadrimestres, preservando seus planos de formação sincronizados com outras atividades. Com o valor atribuído à autonomia da/o estudante no regime de ciclos, o seu percurso formativo prevê inúmeras variações do desenho curricular, tendo ele liberdade para delineá-lo ao longo do curso.

A inscrição em Componentes Curriculares será realizada no Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas, em três etapas:

I. Inscrição

II. Ajuste de Inscrição

III. Inscrição extraordinária

As fases serão definidas no Calendário Acadêmico, aprovado pelo Conselho Universitário e comum a todos os cursos da UFSB.

17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Como sujeito ativo do processo de aprendizagem, o educando deve ser acompanhado e motivado a desenvolver a autonomia nas suas escolhas e direcionamentos durante o curso, visto que essa é uma condição básica para a consolidação da sua competência para aprender a aprender. A conquista de tal competência é absolutamente necessária a sujeitos que atuarão em uma realidade complexa em permanente transformação, e que terão de enfrentar situações e problemas que sempre irão emergir nas experiências de trabalho. Assim, será possível para o educando se posicionar mediante a escolha de CCs, dentre uma proporção significativa de conteúdos de natureza optativa durante o curso, possibilitando-lhe definir, em parte, o seu percurso de aprendizagem, bem como reduzir ao indispensável a exigência de pré-requisitos.

Na relação com colegas, assim como docentes e servidores técnico-administrativos, é fundamental que a/o estudante esteja aberto à interação, compartilhe o respeito às diferenças, desenvolva habilidade de lidar com o outro em sua totalidade, incluindo suas emoções. Entende-se que a experiência de ser universitário deve ser vivenciada em sua plenitude, envolvendo a participação em entidades de categoria, instâncias decisórias, grupos de pesquisa, projetos de cooperação técnica e de integração social, eventos socioculturais e artísticos, entre outros fóruns de discussão e diferentes atividades.

É importante ter como referência que a avaliação das/os estudantes deve estar pautada tanto no processo de aprendizagem (avaliação formativa), como no seu produto (avaliação somatória). Na avaliação do processo, a meta é identificar potencialidades das/os estudantes, falhas da aprendizagem, bem como buscar novas estratégias para superar dificuldades identificadas. Para acompanhar a aprendizagem no processo, o docente lança mão de atividades e ações que envolvem as/os estudantes ativamente, a exemplo de seminários, relatos de experiências, entrevistas, coordenação de debates, produção de textos, práticas de laboratório, elaboração de projetos, relatórios, memoriais, portfólios, dentre outros.

Na avaliação dos produtos, devem-se reunir as provas de verificação da aprendizagem ou comprovações do desenvolvimento das competências. O objetivo dessas provas é fornecer elementos para que o educador elabore argumentos consistentes acerca do desempenho e da evolução das/os estudantes. Esses instrumentos de avaliação podem ser questionários, exames escritos com ou sem consulta a materiais bibliográficos, arguições orais, experimentações monitoradas em laboratórios, relatórios e descrições de processos produtivos, visitas, elaboração de pôsteres ou outros materiais para apresentação, fichas de aula, instrumento de autoavaliação, relatórios de estágio e monografias, além de avaliações integrativas que envolvam os saberes trabalhados por Bloco Temático. Ao pontuar e atribuir nota ao produto, o docente deve explicitar com clareza os critérios adotados quanto aos objetivos esperados.

Na UFSB, avaliação é entendida como dispositivo imprescindível do processo ensinoaprendizagem e contém - mas não se limita a - verificação de aprendizagem como testes, provas, trabalhos, e outras atividades pontuais que conduzem a notas ou conceitos.

Os seguintes princípios do Plano Orientador norteiam os processos de avaliação na UFSB:

- Interdisciplinaridade: os docentes de cada quadrimestre planejam avaliações conjuntas e, sempre que possível, envolvem conhecimentos e saberes trabalhados nos diferentes CCs do quadrimestre, evitando multiplicar produtos avaliativos.
- Compromisso com aprendizagem significativa: coerente com metodologias ativas de ensino-aprendizagem, evitando a ênfase conteudista e pontual.
- Criatividade e inovação: são valorizadas mediante a instigação à reflexão crítica e propositiva.
- Ética: critérios justos, transparentes, com objetivos claros e socializados desde o início de cada CC.
- Espírito colaborativo: trabalhos em grupo e promoção do compartilhamento e da solidariedade são atitudes exercitadas em todas as atividades universitárias.

O primeiro quadrimestre preza pelo acolhimento das/os estudantes como período de afiliação à universidade e, nesse momento, há apenas avaliação processual. Os seguintes critérios de avaliação são observados:

- Comprometimento da/o estudante:
 - a) participa dos encontros do CC?
 - b) realiza as atividades extrassala?
 - c) busca aprender em outros momentos ou com outras fontes de informação? - avaliação docente e interpares.
- Colaboração com o grupo:
 - a) interage com o grupo?
 - b) é propositivo?
 - c) auxilia no processo de aprendizagem dos demais? - avaliação docente e interpares.
- Autonomia intelectual:
 - a) qualidade e capacidade argumentativa;
 - b) grau de independência nos processos - avaliação docente;
- Assimilação do conhecimento pertinente ao CC: avaliação docente.
- Apreensão de habilidades: oral, escrita, cálculo, performance etc. - avaliação docente.

Durante a primeira semana de aula, dedicada ao acolhimento, o processo avaliativo é apresentado e discutido com as/os estudantes, evidenciando razões e critérios de avaliação.

Espera-se que os exames, cujo objetivo é classificar estudantes para a seleção para o segundo ciclo, não sejam instrumento reforçador de competitividade e não eliminem a criatividade, a espontaneidade e a disposição para trabalhar colaborativamente.

Dada a complexidade envolvida em avaliar diversas dimensões, de forma interdisciplinar

e por equipes docentes, a avaliação é composta por um conjunto de Componentes Curriculares (CCs). Cada conjunto estabelece sua metodologia de avaliação, conforme as diretrizes estabelecidas pela universidade. O seguinte conjunto de CCs compõem a avaliação:

- CCC: Conhecimento
- CCP: Práticas
- CCL: Laboratório
- CCE: Estágio
- CCA: Avaliação Autônoma de Aprendizagem
- CCX: Exame (Verificação de aprendizagem)

17.1. Composição da Nota

O Coeficiente de Rendimento é calculado pela média ponderada dos CCs. Visando estabelecer classificação para ingresso em ciclos posteriores e para obtenção de certificados e diplomas, as notas são numéricas, variando de zero a dez, com uma casa decimal. A nota mínima para a aprovação nos CCs será 6,0 (seis inteiros).

Nota numérica	Conceito literal	Conceito	Resultado
9,0 a 10,0	A	Excelente	Obtenção de Crédito
7,5 a 8,9	B	Muito bom	
6,0 a 7,4	C	Satisfatório	
3,0 a 5,9	D	Não satisfatório	Crédito condicional
0 a 2,9	E	Insatisfatório	Não aprovado

Quadro 11: Avaliação da Aprendizagem: notas, conceitos e resultados

Na UFSB, o discente que obtiver em um componente curricular a nota entre 3,0 e 5,9 tem a possibilidade de solicitar a “Recuperação de Crédito condicional”. Os critérios e definição do crédito condicional estão presentes na resolução número 10/2015 da UFSB. Na recuperação de crédito condicional a aprovação no CC fica condicionada à realização de outras atividades avaliativas, a critério do docente responsável pelo CC. A/O estudante poderá solicitar a recuperação de crédito condicional para um determinado Componente Curricular dentro de um período indicado no calendário acadêmico da UFSB. Porém, o requerimento fora do prazo previsto acarretará a perda do direito da/o estudante em apresentar a respectiva solicitação. Só é permitida à/o estudante a realização de apenas uma recuperação de crédito condicional por componente curricular. Caso não logre êxito no processo avaliativo do crédito condicional, a/o estudante deve repetir o respectivo componente curricular para a obtenção de crédito. Também não é permitida a repetição de componente curricular para a melhoria de nota final.

Em caso de reprovação em algum componente curricular, é permitida a reinscrição no mesmo componente até a sua integralização. Nesse caso, o limite para a reinscrição corresponderá ao tempo máximo que a/o estudante poderá permanecer na Universidade.

18 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Vivemos em um mundo dinâmico, onde a necessidade de mudanças e adequações são constantes, principalmente no que diz respeito aos modos de ensinar, aprender, experimentar, etc. Neste sentido, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Bacharelado em Políticas Públicas da UFSB será periodicamente avaliado para que possa atender a sociedade da forma que se propõe. Assim, deverá acompanhar as constantes, e cada vez mais rápidas, mudanças nas tecnologias disponíveis, bem como as transformações sociais, de modo a acolher novas exigências e anseios do meio onde está inserido.

Neste contexto, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Bacharelado em Políticas Públicas realizará a cada três anos ou quando necessário, uma avaliação do PPC, contando com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, para que se possam realizar as adequações necessárias à melhoria na qualidade de ensino. A primeira análise será realizada logo após a conclusão do curso pela primeira turma. Durante a avaliação serão analisados a coerência entre os elementos estruturais do Projeto e a pertinência da estrutura curricular apresentada em relação ao perfil desejado e o desempenho social do egresso.

Também serão considerados durante a análise as necessidades de corpo docente e infraestrutura básica. Assim, a avaliação deverá subsidiar reformas curriculares, estruturais e logísticas, entre outras, que visem a adequação do projeto às mudanças contextuais. Para tanto, as sugestões apresentadas durante a análise do PPC serão sintetizadas na forma de relatório e as alterações realizadas pelo NDE para efetivação das propostas. Além disto, é realizado a cada quadrimestre o Seminário Pedagógico da UFSB, contemplando diferentes temáticas a cada edição, contando com a participação de toda a comunidade universitária, além de convidados externos, em que as decisões pautadas nas discussões dos seminários pedagógicos serão consideradas para a avaliação continuada dos projetos de cursos.

19 GESTÃO DO CURSO

A gestão do curso se faz de acordo com as Resoluções 25/2015 e 17/2016, as quais instituem e regulamentam instâncias e órgãos de gestão acadêmica na Universidade Federal do Sul da Bahia.

19.1 Corpo docente

Nome	Formação	RD*	Titulação
André Luiz de Araujo Oliveira	Direito	DE	Doutorado
Celia Regina da Silva	Comunicação	DE	Doutorado
Cynthia de Cássia Santos Barra	Letras	DE	Doutorado
Fábio Rodrigues Corniani	Comunicação	DE	Doutorado
Francismery Alves da Silva	História	DE	Doutorado
Guilherme Fóscolo de Moura Gomes	Filosofia	DE	Doutorado
Janaina Zito Losada	História	DE	Doutorado
Lilian Mara Sales Buonicontro	Arquitetura	DE	Mestrado
Lilian Reichert Coelho	Comunicação	DE	Doutorado
Márcio Augusto Vicente de Carvalho	Ciência Política	DE	Doutorado
Milton Ferreira Da Silva Junior	Sociologia	DE	Doutorado
Paulo Tiago Paulos Bento	Sociologia	DE	Doutorado
Rafael Siqueira de Guimarães	Psicologia	DE	Doutorado
Regina Soares de Oliveira	História	DE	Doutorado
Sandra Adriana Neves Nunes	Psicologia	DE	Doutorado
Sandro Augusto Silva Ferreira	Sociologia	DE	Doutorado
Vinícius de Amorim Silva	Geografia	DE	Doutorado

* Regime de Dedicação

Quadro 12: Corpo Docente

19.2 Colegiado do curso

O Colegiado de Curso é considerado pelo Parecer CONAES N° 4, de 17 de junho de 2010, como um órgão gestor que exerce um

"papel administrativo muito forte, resolvendo questões que vão desde a definição das necessidades de professores para atenderem disciplinas até a simples emissão de atestados, passando pela administração ou acompanhamento do processo de matrícula. Tais funções são necessárias, mas, sem dúvida, normalmente se sobrepõem à necessária reflexão sobre a qualidade acadêmica do curso." (CONAES, 2010)

Espera-se que o coordenador do curso seja um professor que possa contribuir na construção da identidade do curso e, ainda, exercer a função de fazer os fluxos não serem interrompidos.

Embora o trabalho do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

possam ser exercidos pelas mesmas pessoas, é importante que não sejam confundidos os seus papéis, funções e objetivos.

No Bacharelado em Políticas Públicas, o colegiado é o órgão de gestão acadêmica que tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino-aprendizagem, atribuindo centralidade às ações de articulação entre professores e estudantes objetivando aprendizagens significativas, sempre por meio de práticas solidárias e interdisciplinares, sempre de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) devidamente aprovado pelo CONSUNI da UFSB.

O Colegiado tem como competências a implementação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), aprovado pelo CONSUNI; a análise e emissão de parecer das recomendações de atualização do PPC, encaminhadas pelo NDE; a proposição de políticas para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da criação, da inovação e da cooperação técnica no âmbito do curso; a proposição da expansão, modificação e extinção de curso, bem como redução ou ampliação da oferta de vagas; estudo de caso para contratação de novos servidores em conjunto com o NDE; análise e aprovação dos Planos de Ensino-Aprendizagem, Programas e Planos de Atividades dos CC, propondo alterações, quando necessário; apresentação de propostas de atividades extracurriculares necessárias ao bom funcionamento do curso; auxílio no planejamento pedagógico dos CC ofertados a cada quadrimestre-letivo; deliberação sobre processos administrativos de natureza acadêmica; avaliação quadrimestral da execução dos Planos de Ensino- Aprendizagem, Programas e Planos de Atividades dos CC.

O Colegiado do Bacharelado em Políticas Públicas será presidido pelo coordenador do curso e composto por professores que ministram componentes curriculares no curso, representantes dos servidores técnico-administrativos escolhidos por seus pares. Comporão, ainda, o Colegiado de Curso os discentes regularmente matriculados no BPP e escolhidos por seus pares, na forma e quantidade determinadas por lei.

O membro do colegiado de curso será exonerado, caso o mesmo falte três vezes consecutivas sem justificativa.

O coordenador e vice-coordenador deverão ser docentes do quadro permanente do curso de segundo ciclo em Políticas Públicas e com formação na área, sendo escolhidos dentre os membros docentes do quadro efetivo do Bacharelado em Políticas Públicas, técnicos lotados no campus e estudantes matriculados no curso, mediante votação secreta em chapas, preferencialmente por meio eletrônico, para mandatos de dois anos, com direito a uma única recondução.

19.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme o Parecer CONAES Nº 4, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi um conceito criado pela Portaria Nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, com a finalidade de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. Ele deve ser considerado não como exigência ou requisito legal, mas como elemento diferenciador da qualidade do curso, no que diz respeito à interseção entre as dimensões do corpo docente e Projeto Pedagógico do Curso.

O (NDE) constitui-se de um grupo de docentes do Bacharelado em Políticas Públicas

(BPP), que possui atribuições acadêmicas de acompanhamento do curso, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização de seu projeto pedagógico; seu será regido pela Resolução 04/2018 da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e demais legislações vigentes.

O NDE será constituído por 05 (cinco) docentes atuantes no curso, devendo preencher os seguintes requisitos:

- I - contratação em regime de trabalho de 40 horas semanais ou em Dedicção Exclusiva;
- II- titulação acadêmica de doutor;
- III- experiência em docência no Ensino Superior;
- IV - produção acadêmica na grande área de conhecimento e acerca do caráter interdisciplinar das áreas.

O/A coordenador/a do BPP é membro nato do NDE, devendo ou outros 4 (quatro) membros serem eleitos em reunião de Colegiado de Curso. O NDE terá uma coordenação composta por 2 (dois) membros (coordenador/a e vice-coordenador/a eleitos/as na primeira reunião de trabalho do NDE).

O objetivo geral do NDE é acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e atualização contínua do projeto pedagógico do BPP. São atribuições do NDE:

- I - acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do BPP, no intuito de manter uma constante reflexão sobre a sua atualidade, recomendando mudança, quando necessário, que contribuam para o seu aperfeiçoamento;
- II - promover a integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino-aprendizagem constantes na arquitetura curricular do curso, tendo em vista a flexibilização curricular dos cursos da UFSB;
- III- assessorar o Colegiado do BPP sobre mudanças estruturais ou transitórias, sempre que demandado;
- IV - propor políticas e estratégias que visem à manutenção de atributos como qualidade, criatividade e criticidade do BPP;
- V - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do BPP, considerando as especificidades do sistema de ciclos da UFSB, bem como a necessidade de incremento do desenvolvimento de competências, visando à adequada intervenção social do profissional em seu campo de atuação;
- VI - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Bacharelado em Políticas Públicas, no contexto da construção do Campo de Públicas;

20. INFRAESTRUTURA

20.1 Infraestrutura Física e Acadêmica

O Campus Jorge Amado (CJA) da Universidade Federal do Sul da Bahia, localiza-se em terreno cedido pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), no município de Ilhéus BA. O Plano Diretor contempla uma edificação para práticas pedagógicas (mini auditório, salas de aula e laboratórios multidisciplinares); uma edificação que abrigará a gestão acadêmica e vivência; uma Biblioteca com auditório e áreas pré-estabelecidas para construção de futuras edificações. No presente momento estão sendo concluídas a construção da edificação para práticas pedagógicas e da edificação que abrigará a gestão acadêmica e vivência.

A área de implantação equivale a 64.500m² do terreno de 37ha cedido pela CEPLAC e compreende: guarita de entrada do campus; vias locais de acesso para veículos; vias de acesso para pedestres e ciclovias (considerando as especificações da NBR 9050/ 2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos); pequeno estacionamento; bicicletário; vestiário externo (com banheiros e chuveiros); jardins, bosques e praças (com arborização composta exclusivamente por espécies nativas da Mata Atlântica); áreas recreativas; edificação administrativa (Núcleo de Gestão Acadêmica e Vivência) e edificação pedagógica (Núcleo Pedagógico) (Figuras 14, 15 e 16):



Figura 14: Planta de Implantação ilustrativa do IHAC - Campus Jorge Amado UFESB
Fonte: Setor de Projetos/ DINFRA/ PROPA UFESB, 2020.



Figura 15: Maquete 3D do IHAC CJA UFESB

A primeira edificação é o Núcleo de Gestão Acadêmica e Vivência; a segunda - em amarelo - é o Núcleo Pedagógico.

Fonte: Setor de Projetos/ DINFRA/ PROPA UFESB, 2020.

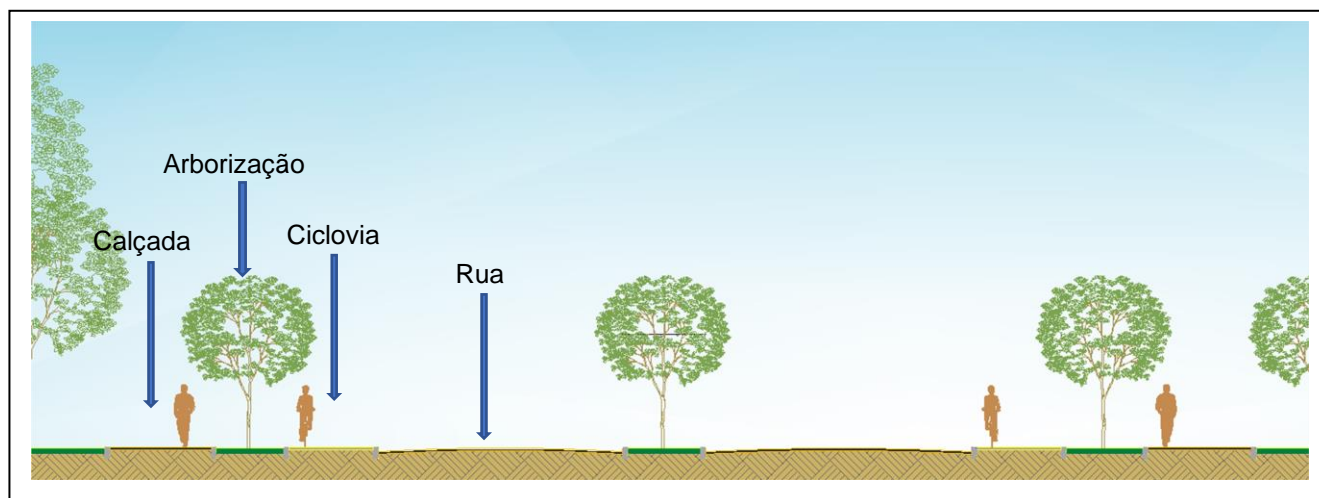


Figura 16: Perfil ilustrativo mostrando a via para veículos, ciclovia, calçada e canteiros com arborização.

Fonte: Setor de Projetos/ DINFRA/ PROPA UFESB, 2020.

No que se refere ao **Núcleo Pedagógico**, a edificação foi projetada em 2015, possui cerca de 6.000m² e três pavimentos (térreo, 1º pavimento, 2º pavimento - contando ambientes internos; halls de exposição para trabalhos acadêmicos, circulação e projeção da cobertura), com fundação para mais dois pavimentos futuros. O Núcleo Pedagógico possui 24 salas de aula e 7 laboratórios de ensino multidisciplinares (Figuras 17, 18, 19 e 20).

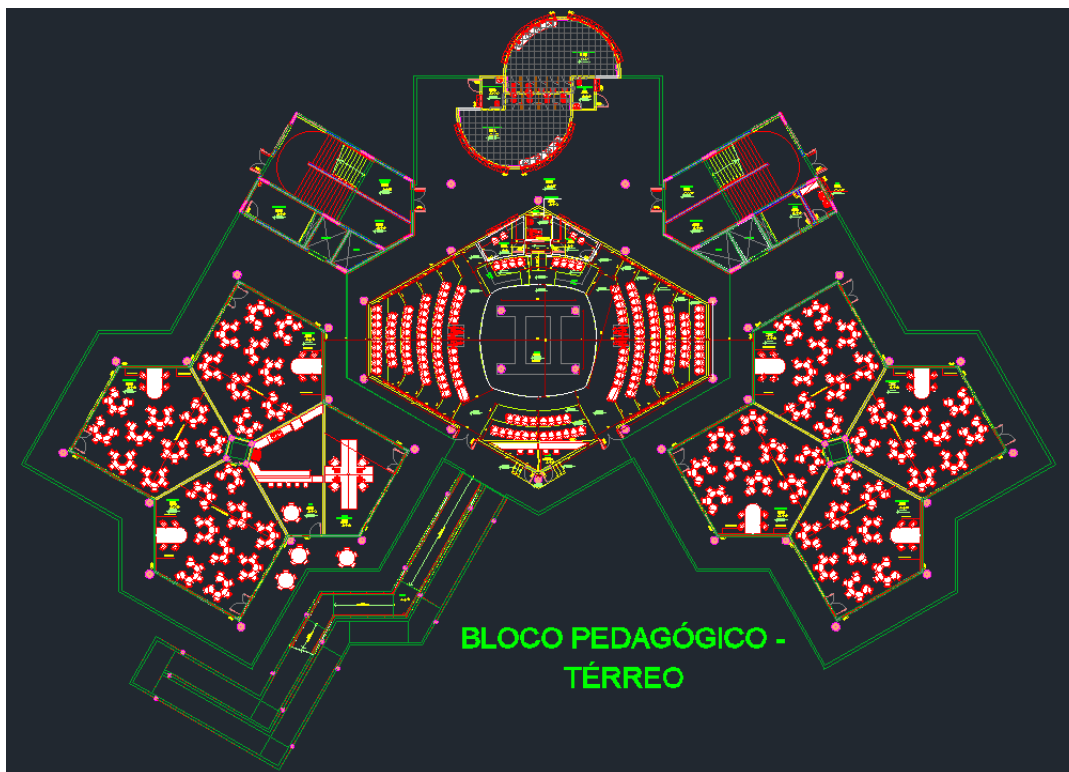


Figura 17 Planta Baixa do pavimento térreo do Núcleo Pedagógico CJA UFSB
Fonte: Setor de Projetos/ DINFRA/ PROPA UFSB, 2020.

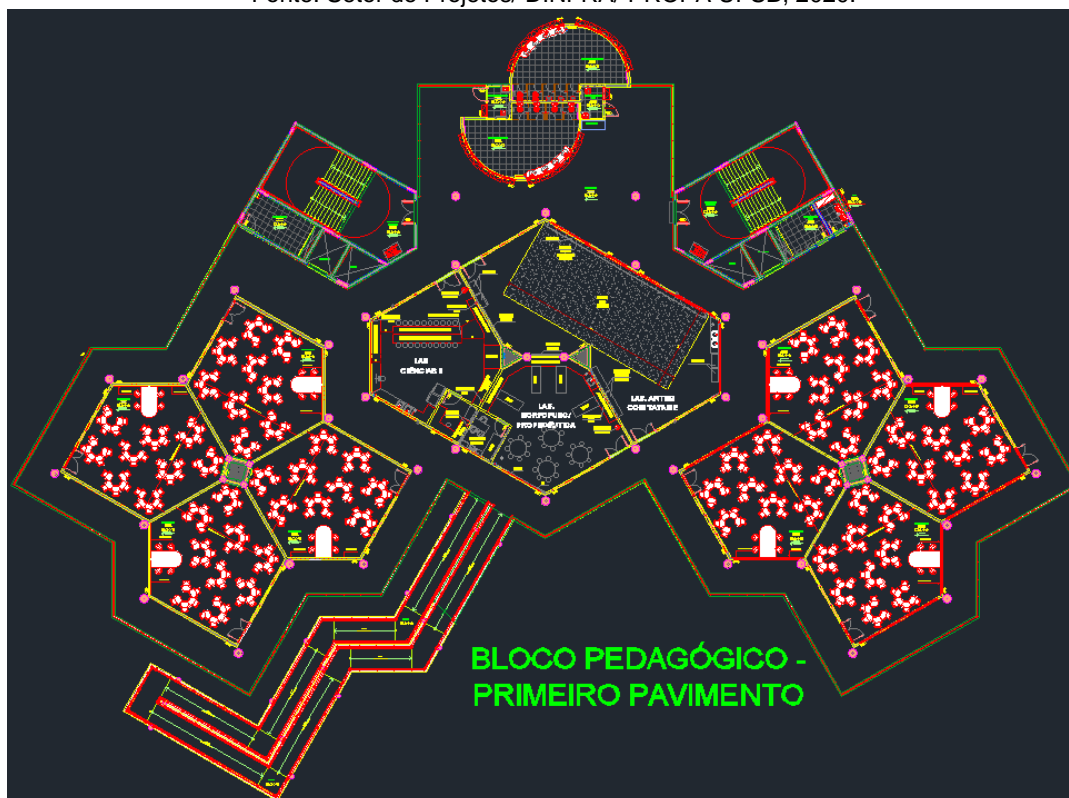


Figura 18: Planta Baixa do 1º pavimento do Núcleo Pedagógico CJA UFSB
Fonte: Setor de Projetos/ DINFRA/ PROPA UFSB, 2020.



Figura 19: Planta Baixa do 2º pavimento do Núcleo Pedagógico CJA UFSB
Fonte: Setor de Projetos/ DINFRA/ PROPA UFSB, 2020.



Figura 20: Vista 3D do Núcleo Pedagógico IHAC CJA UFSB
Concepção arquitetônica em execução.
Fonte: Setor de Projetos/ DINFRA/ PROPA UFSB, 2020.

O **Núcleo Pedagógico** contempla o seguinte programa de necessidades: salas de aula para o 1º, 2º e 3º Ciclos de Formação. Sendo que, o 1º Ciclo de Formação atende os

Bacharelados e as Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências, Humanidades e Artes. O 2º Ciclo de Formação atende a formação profissional em:

- a) Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola e Ambiental (Centro de Formação em Ciências Agroflorestais - CFCA);
- b) Engenharia Ambiental da Sustentabilidade (Centro de Formação em Tecnociências e Inovação - CFTCI);
- c) **Bacharelado em Políticas Públicas**, Bacharelado em Mídias e Tecnologias e Bacharelado em Produção Cultural (Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais CFPPTS).

A edificação também atenderá o 3º Ciclo de Formação - cursos de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado).

A edificação possui um mini auditório para atividades acadêmicas e laboratórios multidisciplinares para os cursos de 1º Ciclo de Formação (Bis e Lis) e cursos de 2º Ciclo de Formação (componentes iniciais dos cursos que demandam atividades laboratoriais).

O Quadro 14 apresenta os ambientes e áreas do **Núcleo Pedagógico**:

Ambiente	Quantidade	Área unitária (m²)	Área total (m²)
Salas de Aula	24	76.00	1824.00
Mini auditório	1	310.00	310.00
Laboratório Ciências I	1	76.00	76.00
Laboratório Ciências II	1	76.00	76.00
Laboratório Ciências III	1	76.00	76.00
Laboratório de Artes cênicas e expressão corporal	1	152.00	152.00
Laboratório de Artes Gráficas	1	76.00	76.00
Laboratório de Matemática Computacional e Robótica	1	76.00	76.00
Laboratório de Propedêutica e Morfofuncional	1	76.00	76.00
Banheiro feminino/ banheiro para deficiente físico	3	82.00	246.00
Banheiro masculino/ banheiro para deficiente físico	3	82.00	246.00
Área técnica/ escada/ elevador	6	90.50	543.00
Rampa de acesso	1	150.00	150.00
Halls de circulação (corredores e varandas) e halls para exposição de trabalhos acadêmicos (1 por pavimento)	3	820	2460.00

Quadro 13: Ambientes e áreas do Bloco Pedagógico

Quanto ao **Núcleo de Gestão Acadêmica e de Vivência (NVGA)**, este possui cerca de 4.105m² (contando ambientes internos; halls de exposição para trabalhos acadêmicos, circulação e projeção da cobertura), é térreo com fundação para mais um pavimento futuro (Figuras 21, 22 e 23).

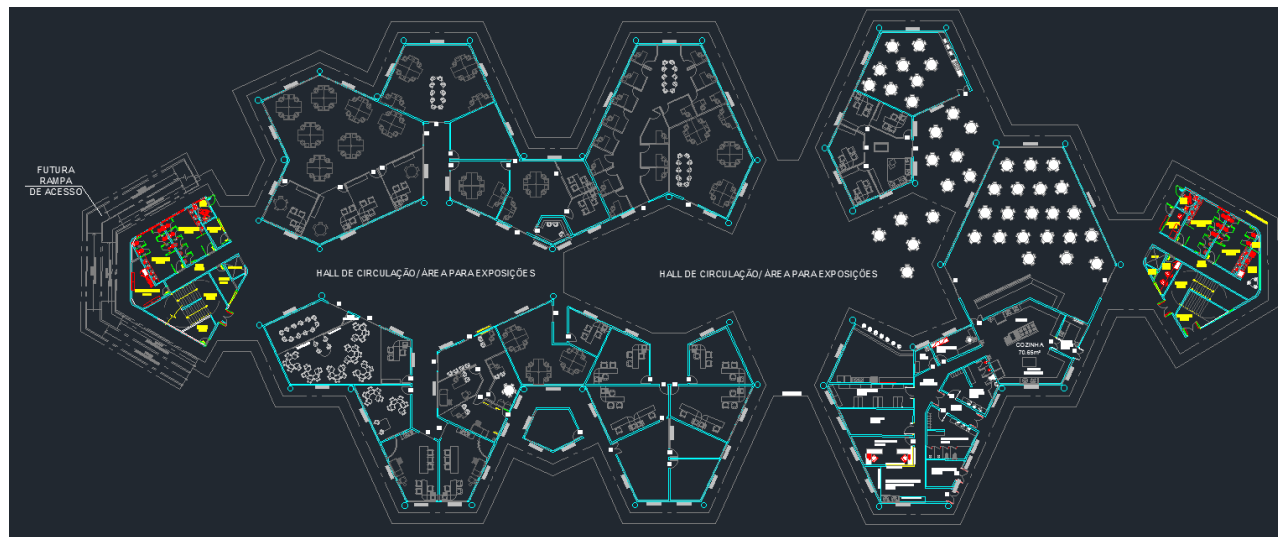


Figura 21: Planta Baixa do Núcleo de Gestão Acadêmica e Vivência CJA UFSB
Fonte: Setor de Projetos/ DINFRA/ PROPA UFSB, 2020.



Figura 22: Vista em 3D do Núcleo de Gestão Acadêmica e Vivência CJA UFSB
Fonte: Setor de Projetos/ DINFRA/ PROPA UFSB, 2020.



Figura 23: Vista em 3D do Núcleo de Gestão Acadêmica e Vivência CJA UFSB
 Fonte: Setor de Projetos/ DINFRA/ PROPA UFSB, 2020.

O Núcleo de Gestão Acadêmica atende o seguinte programa de necessidades:

- Núcleo Secretaria Executiva:** protocolo de atendimento ao discente; sala das/os Decanas/os e da Vice-Decanas/os; salas de reuniões; sala de apoio e depósito.
- Núcleo Coordenação de Cursos e espaço docente:** Coordenação dos cursos de 1º Ciclo de Formação; Coordenação dos cursos de 2º Ciclo de Formação; Coordenação dos cursos de 3º Ciclo de Formação (Pós-graduações); salas para docentes e laboratório multiusuário de multimídia.
- Núcleo saúde e bem-estar:** consultório do psicólogo; enfermaria; sala da assistente social; sala do intérprete de libras; sala de educação inclusiva.
- Núcleo exames admissionais:** 2 consultórios médicos.
- Núcleo Coordenação do Campus:** Coordenador de campo; gestão dos colégios universitários; recursos humanos; transporte; salas técnicas; sala dos TCIs; almoxarifados.

O Núcleo de Vivência atende o seguinte programa de necessidades: Restaurante; lanchonete; espaço para almoço de casa; sala dos Diretórios Estudantis; espaço interativo para exposição de artes, dança, performances e trabalhos acadêmicos.

O quadro 15 apresenta os ambientes e as respectivas áreas do NVGA:

Ambiente	Área (m²)
NÚCLEO DE GESTÃO ACADÊMICA	
Secretaria Executiva	
Secretaria	44.00
Decanas/os	16.00
Vice-decanas/os	12.00
Protocolo	9.00
Apoio do SECAD	34.00
Depósito do SECAD	34.50
Sala de reuniões 1	28.00
Sala de reuniões 2	62.00

Coordenação de Cursos e espaço docente	
Coordenação dos cursos de 1º Ciclo de Formação	87.20
Coordenação dos cursos de 2º Ciclo de Formação	100.00
Coordenação dos cursos de 3º Ciclo de Formação (Pós-graduações)	80.00
Espaço docente	310.00
Laboratório multiusuário de multimídia	20.00
Saúde e bem-estar	
Recepção e espera	22.00
Psicólogo	15.40
Enfermaria	21.45
Assistente Social	15.20
Intérprete de Libras	18.00
Sala educação inclusiva	28.00
Exames admissionais	
Médico 1	37.00
Médico 2	37.00
Coordenação do Campus	
Coordenador de campo	40.00
Gestão dos colégios universitários	
Recursos humanos	40.00
Transportes	33.00
TICs	34.00
Sala técnica	21.00
Almoxarifados	90.00
Módulo serviços (banheiros, escadas, apoios, elevador cadeirante)	150.00
NÚCLEO DE VIVÊNCIA	
Restaurante	562.00
Lanchonete	40.00
Espaço almoço de casa	82.00
Diretórios Acadêmicos	76.00
Halls centrais de exposição	950.00
Módulo serviços (banheiros, escadas, apoios, elevador cadeirante)	150.00

Quadro 14: Ambientes e áreas do NVGA

20.1.1 Recursos Tecnológicos

A instituição conta com o sistema de webconferência viabilizado pela conexão à Rede Nacional de Pesquisa RNP, à qual estão conectados os três campi. A UFSB conta ainda com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas SIGAA. As salas de aula contam com computadores, telas e conexão sem fio à internet, equipamentos que apoiam as atividades pedagógicas.

20.1.2 Acervo Bibliográfico

O curso deve contar com no mínimo três exemplares de cada um dos livros referenciados na bibliografia básica dos componentes curriculares obrigatórios e optativos.

20.1.3 Comitê de Ética em Pesquisa

A pesquisa desenvolvida pelos estudantes e professores do Bacharelado em Políticas Públicas deverá ser submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSB (CEP/UFSB), o qual está integrado ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), exceto nos casos considerados pela Resolução N° 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

21 CATÁLOGO DE EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

21.1 Componentes Curriculares de Formação Geral

21.1.1 Componentes Curriculares Obrigatórios da Formação Geral

Aguardando a criação dos Componentes Curriculares dos seguintes eixos:

Artes e Humanidades na Formação Cidadã

Ciências na Formação Cidadã

Matemática e Computação

Produções Textuais Acadêmicas

Línguas Estrangeiras

21.2 Componentes Curriculares de Formação Específica da Formação Específica do BI-Humanidades

21.2.1 Componentes Curriculares Obrigatórios da Formação Específica do BI-Humanidades

CHS0106 - Economia Política

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Noção e objeto da economia política. O pensamento econômico em perspectiva histórica. Microeconomia e Macroeconomia. Escassez. Mecanismos de coordenação da atividade econômica: hierarquia, mercado, cooperação. Cooperação e economia solidária. Eficiência, excedente total e bem-estar social. Setor público, economia e desenvolvimento. Economia, justiça e ética.

Bibliografia Básica:

ROSSETTI, J. P. Introdução à economia. São Paulo: Atlas. 2006.

SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

WEBER, Max. História geral da economia. Trad. Calógeras Pajuaba. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

Bibliografia Complementar:

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. Por que as nações fracassam: As Origens do Poder, Prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ARAUJO, Fernando. Introdução à economia. Coimbra: Livraria Almedina.

ATKINSON, Anthony. Desigualdade - o que pode ser feito? Trad. Elisa Câmara. São Paulo: Leya, 2015.

DRUMMOND, Arnaldo Fortes. Morte do mercado - ensaio do agir econômico. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 10 ed., São Paulo: Paz e Terra.

PTS0013 - Bases Filosóficas e Epistemológicas das Humanidades

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Apresentação, análise e discussão dos principais conceitos e doutrinas que moldaram a tradição filosófica e epistemológica das ciências humanas, numa perspectiva de diálogo crítico em que se cruzam influências e rompimentos.

Bibliografia Básica:

ALVES R. Filosofia da ciência. Introdução ao jogo e às suas regras. Editora Brasiliense. Brasília: 198.
Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=KWT9uta0FU8C&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

DESCARTES. "Discurso do método". In. Obras Escolhidas. São Paulo: Perspectiva, 2010. Disponível em: <http://www.fae.edu/pdf/biblioteca/O%20Discurso%20do%20metodo.pdf>

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins fontes, 2002.

Bibliografia Complementar:

DOMINGUES, Ivan. O grau zero do conhecimento. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JAPIASSU, Hilton. Nascimento e morte das ciências humanas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

POPPER, K. A lógica das ciências sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DERRIDA, Jacques. A diferença. São Paulo: Editora Perspectiva. 1995.

PTS0015 - Interdisciplinaridade: Teorias e práticas

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Introdução aos problemas e questões que compõem a interdisciplinaridade como possibilidade de construção e transmissão do conhecimento.

Bibliografia Básica:

MORIN, Edgar (org.). A religação dos saberes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade: ambições e limites. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>

Bibliografia Complementar:

BERTALANFFY, Ludwig Von. Teoria geral dos sistemas. Petrópolis: Vozes, 2006.

GUATARRI, F. Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade. In. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 108, Jan/Mar 1992, p. 19-25.

GUSDORF, Georges. Passado, presente, futuro da pesquisa interdisciplinar. In. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 121, Abr/Jun 1995, p. 7-27.

JANTSCH, Ari Paulo & BIANCHETTI, Lucídio (Org.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2008.

MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2011.

PTS0016 - Metodologias em Humanidades

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Bases teórico-metodológicas das pesquisas em Humanidades. A Possibilidade de Explicação das Ações Humanas. Abordagens quantitativa e qualitativa. Construção de problemas de pesquisa e técnicas de metodologia. Pesquisa e intervenção social. Teorias e correntes explicativas nas Humanidades.

Bibliografia Básica:

WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Cortez - Unicamp, 1992. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br/file.php/12824/Weber-Max-Das-Ciencias-Sociais-Vol-II.pdf>

ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Ed. Loyola, 2007.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo: HUCITEC, 1998.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; CUNHA, Suzana Ezequiel da. Os caminhos da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, R. (Org.) A Aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BECKER, H.S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: HUCITEC, 1993.

DESHAIES, Bruno. Metodologia da Investigação em Ciências Humanas. Lisboa: Edições Piaget. 1997.

LACEY, H. Valores e atividade científica II. São Paulo: Editora 34, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

THIOLENT, Michel. Metodologia da pesquisa ação. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2009

PTS0037 - Território, Políticas Públicas e Participação

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Declinações do conceito de território e abordagem territorial. Elementos de definição das políticas públicas: racionalidades, sujeitos e poderes; visão estadocêntrica ou sociocêntrica. Emergência das instâncias participativas no planejamento, políticas públicas, gestão do território. Princípios, conceitos, paradoxos e desafios.

Bibliografia Básica:

AVRITZER, L. Sociedade Civil e participação social no Brasil. Belo Horizonte: DCP/UFMG, 2006.

Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/10915_Cached.pdf

SAQUET, M. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPINK, M.J. (Org.). A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo. Cortez Editora, 1994.

Bibliografia Complementar:

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. et al (Org.). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ/Depto. de Geociências, PPG, 1983. p. 1-21.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. Rev. Adm. Pública, Jun 2011, vol.45, no.3, p.813-836.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. Rev. Adm. Pública v. 42, n. 3 (2008).

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea. O Território como categoria do Diálogo Interdisciplinar. EDUFBA, Salvador: 2009.

SAQUET, Marcos. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

PTS0041 - Teorias do Estado

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Ciência Política e Teoria do Estado. Formas de Estado. O Estado na ordem internacional. Separação de poderes. Função legislativa. Função executiva e função governamental. Soberania. Estado e Nação.

Atualização do Estado. Regimes Políticos. Partidos Políticos.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. A Constituição aberta. São Paulo: Malheiros, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 30ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar:

MALISKA, Marcos Augusto. Estado e Século XXI. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KRETSCHMANN, Ângela, História Crítica do Sistema Jurídico Rio de Janeiro: Renovar, 2006

ACKERMAN, Bruce. A Nova Separação dos Poderes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

APOSTOLOVA, Bistra Stefanova. Poder Judiciário: do moderno ao contemporâneo. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1998.

ARRUDA, Edmundo Lima Jr. Direito Moderno e Mudança Social. Belo Horizonte: Del Rey, 1988. Disponível em <http://edmundorruada.skyrock.com/1792878654-Livro-Direito-Moderno-e-Mudanca-Social-analise-gramsciana-do-direito.html>

PTS0049 - Relações Sociais e Políticas na Contemporaneidade

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Questões sociais, culturais e políticas do pensamento social contemporâneo. Relação indivíduo e sociedade. Igualdade e diferença. Identidades e alteridades. Marcadores sociais da diferença: gênero, classe, etnia e raça. Dominação, poder e violência simbólica. Modernidade e pós-modernidade. Democracia e pensamento pós-colonial. Genealogia do Poder e Biopolítica.

Bibliografia Básica:

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, n.º 60, São Paulo, 2006. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100007&script=sci_arttext

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Bibliografia Complementar:

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16 (2), jul-dez 1990, p. 5-22. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/169642/mod_resource/content/2/genero-scott.pdf

PTS0055 - Pensamento Social e Político na Formação do Brasil

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Estudo de textos e autores brasileiros, do sec. XIX à contemporaneidade, representativos da formação e desenvolvimento de um pensamento político voltado à narrativa e à compreensão dos vínculos entre, de um

lado, a formação social brasileira, em sua historicidade e, de outro, as instituições, valores e práticas políticas vigentes no momento de cada obra, sendo estas analisadas na sua dimensão metodológica e na articulação de seus conteúdos com questões controversas nas interpretações sociológicas sobre o Brasil e com temas e matrizes intelectuais da teoria política, clássica e contemporânea.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, R162001. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/FAORORaymundoOsDonosdoPoder.pdf>

VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

DAMATTA, Roberto, O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.

Bibliografia Complementar:

IANNI, Otávio. Pensamento social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

WEFFORT, F. C. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO, Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CARDOSO, F. H. Livros que inventaram o Brasil. In: Revista Novos Estudos CEBRAP. Nº 37. novembro de 1993. p. 21-36

SCHWARCZ, Liliam M.; BOTELHO, André (orgs.). Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PTS0058 - Noções de Direito Público

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Regulação jurídica do poder político. O Estado como sujeito de direito. Personalidade jurídica. Atividades do Estado. A dicotomia Direito Público vs. Direito Privado. Princípios gerais do Direito Público. Ramos do Direito Público. O Estado de Direito. Constituição e Constitucionalismo. Supremacia da Constituição. Poder Constituinte.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2014.

SOUZA NETO, Claudio Pereira de e SARMENTO, Daniel. Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de Direito Público. São Paulo: Malheiros, 2012.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luis Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. 8ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2014.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 6 ed. Coimbra: Almedina, 1993.

LASSALE, Ferdinand. A Essência da Constituição. São Paulo: Freitas Bastos, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos Fundamentais. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

PTS0065 - Gestão Pública e Social

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Administração pública, gestão pública e gestão social: evolução de um campo de práticas e dos conceitos que o sustentam. Crise e transformação do papel do Estado no final do século XX. Governo e governança. Co-produção do bem público, sujeitos públicos não estatais. Nexos com a virada paradigmática nas ciências sociais; necessidades de uma nova visão de ciência para uma prática de gestão emancipatória, inclusiva e sustentável.

Bibliografia Básica:

ANTERO, S. A.; SALGADO, V. A. B. (Orgs.). Democracia, Direito e Gestão Pública: textos para discussão. Editora IABS, Brasília-DF: 2012. Disponível em:

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/segep/modernizacao_gestao_bra_esp/vol_6_parti

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil. Cortez Editora, São Paulo: 2011.

KEINERT, Tânia M. Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. Anablume, 2007.

Bibliografia Complementar:

ABRUCIO, F. L. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, L.C. SPINK, P.K. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. FGV Editora, Rio de Janeiro

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa? In: Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda. Recife: UNIVASF, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TENÓRIO, G.G., Descentralização Político Administrativa, Gestão Social e Participação Cidadã. In DALLABRIDA, V. R. (org). Governança territorial e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2011.

PTS0089 - Cidadania e Novos Direitos

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

O direito como processo social, construído em meio a lutas e confrontos; Direito é norma? Foucault e a questão do poder; O acesso à justiça como uma condição da democracia. A justiça em movimento ou o direito achado na rua; Os movimentos sociais como força criadora de novos direitos.

Bibliografia Básica:

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOUZA JR. José Geraldo de. O direito como liberdade: o direito achado na rua experiências populares emancipatórias de criação do direito. 2008. 338f. Tese - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MORAES, Alexandre de; KIN, Richard Pae. Cidadania: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos individuais, fundamentais e coletivos. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar:

FERRAZ JR, Tercio Sampaio. A ciência do direito. São Paulo, Atlas, 2012.

LEITE, José Rubens Morato; WOLKMER, Antonio Carlos. Os "novos" Direitos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2012.

SIMÕES, Bruno Costa. A soberania revisitada: Carl Schmitt, Foucault e a questão do poder. In: RAMOS, Flamarion Caldeira; MELO, Rúion; FRATESCHI, Yara (org). Manual de filosofia política. São Paulo:

Saraiva, 2012.

SOUZA Júnior, José Geraldo de. Direito como liberdade: o direito achado na rua experiências emancipatórias populares de criação do direito. 2008. 338f. Tese. Unb, Brasília, 2008. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/juhsarmento/direito-como-liberdade-o-direito-achado-na-rua-experincias-populares-emancipatrias-de-criao-do-direito>

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERRAZ JR, Tercio Sampaio. A ciência do direito. São Paulo, Atlas, 2012.

PTS0097 - Noções de Direito Privado

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Dogmática jurídica: Direito Objetivo, Direito Subjetivo, Direito Potestativo. Divisão do Direito Objetivo: Direito Público e o Direito Privado. A Publicização do Direito Privado, a Constitucionalização do Direito Privado e a Privatização do Direito Público. Antecedentes Históricos, Sociológicos e Jurídicos do CC/16 e do CC/02. Os princípios da Teoria Geral do Direito Privado. O conceito de Relação Jurídica. Os sujeitos de direitos: pessoas naturais e jurídicas. A proteção das pessoas vulneráveis à luz do Direito Contemporâneo. Personalidade, Capacidade e direitos da personalidade das pessoas naturais e jurídicas. Início e fim da personalidade das pessoas naturais e jurídicas. Os objetos das relações jurídicas. Bens Jurídicos: conceitos e classificações. Existência, Validade e Eficácia dos Atos, Fatos e Negócios Jurídico. Negócio Jurídico: princípios, classificações, elementos estruturais, elementos acidentais e provas. Defeitos e Vícios dos Negócios Jurídicos. Vícios de Consentimento e Vícios Sociais. Inexistência, nulidade e anulabilidade dos Negócios Jurídicos. Conceito de atos ilícitos. Abuso de Direito. Responsabilidade Civil: Contratual e Extracontratual; Subjetiva e Objetiva. A Responsabilidade Civil e a Sociedade de Risco. Extinção dos direitos. Prescrição e Decadência: distinções, consequências, prazos e regulamentações.

Bibliografia Básica:

AMARAL, Francisco. Direito civil: introdução. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: Vol. 1. Parte Geral e LINDB. 16. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

LOBO, Paulo. Direito civil: Parte Geral. Vol.1. 7. ed. 2018. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: parte geral. Vol. 1. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. v. 1. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil. Parte Geral. Volume 1. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. Atualizadores: Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. 21.ed. Forense: Rio de Janeiro, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. Vol. 1. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

OLIVEIRA, J. M. Leoni Lopes de. Direito civil: parte geral. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Parte Geral. Revista e atualizada por Maria Celina Bodin de Moraes. Vol. 1. 30.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PERLIENGIERI, Pietro. O direito civil na legalidade constitucional. Tradução: Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008

RIZZARDO, Arnaldo. Introdução ao direito e parte geral do código civil. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: lei de introdução e parte geral. Vol. 1. 14.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

WALD, Arnaldo. PAESANI, Liliana Minard. CAVALCANTI, Ana Elizabeth. Direito civil: direito civil: introdução

e parte geral. Vol. 1. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PTS0126 - Política Nacional e Meio Ambiente

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

História do Movimento Ambientalista no Brasil e no Mundo. Relatório do Clube de Roma (The Limits to Growth). Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano das Nações Unidas. Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório Brundtland (Our Common Future) e o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21. Princípios do Direito Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Legislação ambiental nacional e internacional: controvérsias e soluções. Planos Nacionais voltados às questões ambientais. O Mito da Natureza Intocada, O Mito do Bom Selvagem e A Tragédia dos Comuns: reflexões sobre prevenção e conservação do ambiente. Desenvolvimento Sustentável e as crises do mundo moderno. Introdução a Educação Ambiental crítica. Política Estadual de Educação Ambiental/BA.

Bibliografia Básica:

BISHOP-SANCHEZ, Kathryn. Utopias desmascaradas: o mito do bom selvagem e a procura do homem natural na obra de Almeida Garrett. Lisboa, PT: Imprensa Nacional - Casa da Moeda 2008. 302 p. (Temas portugueses.)

BOTKIN DB & KELLER EA. Ciência Ambiental: Terra, um Planeta Vivo. 7ed. LTC: Rio de Janeiro. 2011. 681pp.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2001. 169 p.

MACHADO, P.A.L. Direito Ambiental Brasileiro. 18.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, José Afonso, "Direito Ambiental Constitucional", Ed. Malheiros, 3ª ed., 2002.

BAHIA. Política Estadual de Educação Ambiental - Lei 12.056/11. Salvador: SEMA, 2012

Bibliografia Complementar:

BAHIA. Programa Estadual de Educação Ambiental. Salvador: SEMA, 2013.

BENJAMIN, Antônio Herman. (Coord.) Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o Regime jurídico das Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária -Rio de Janeiro, 2001. 547p

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica IN: LAYRARGUES, P. P. Identidades da Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2004.

HOYOS, Juan. B. (Org.) Desenvolvimento Sustentável: Um Novo Caminho? Universidade do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, 1992.

LEFF, E. Racionalidade Ambiental - a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PTS0138 - Ciência Política

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Estados, direitos modernos e cidadanias, formas de organizações políticas e jurídicas, de aquisição e exercício do poder - evolução dos Estados e das representações políticas.

Bibliografia Básica:

LYRA FILHO, Roberto. O que é direito. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. Tradução: Julio Fisher. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade. Para uma Teoria geral da Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Bibliografia Complementar:

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. CAPELLA, Juan Ramón. Fruto Proibido: uma aproximação histórico-teórica ao

estudo do direito e do estado. Tradução: Gresiela Nunes da Rosa [et al]. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

FOUCALT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. São Paulo: Ed. Departamento da Letras, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa [et al]. Os tribunais na sociedade contemporânea. O caso português. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

Racismo Estrutural, Institucional, Cordial e Estrutura Pública Brasileira

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa: Conceito de raça e racismo no mundo moderno/colonial. Colonialismo e Colonialidade. Pós-colonialismo, anticolonialismo e decolonialidade. Racialismo no Brasil: origens. Racismo e racialismo. A invenção da África e dos africanos. A invenção do negro e da raça. Racismo estrutural. Racismo estrutural, institucional e sistema penal. Racismo cordial. Latinoamericanidade. Necropolítica e políticas da morte. Negritudes. Branquitude, branquidade e brancura como modernidade/colonialidade.

Bibliografia Básica:

APPIAH, K. A. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto; 1997.

DAVIS, A. Estarão as prisões obsoletas? São Paulo: Bertrand Brasil, 2018.

FANON, F. Pele Negra Máscaras Brancas. Salvador: EdUFBA, 2008.

FRANCISCO, M. S. Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade. Ensaios Filosóficos, v. 18, 2018.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GUERREIRO RAMOS, A. O problema do negro na sociologia brasileira. Cadernos do Nosso Tempo, 2, jan./jun, 1954.

GUIMARÃES, A. S. A. Depois da democracia racial. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 18, p. 269-290, 2006.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e Antirracismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2009.

MBEMBE, A. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MOREIRA, C. branquitude é branquidade? uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 6, n. 13, p. 73-87, 2014.

MUNANGA, K. . Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, K.. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN, v. 4, p. 6-14, 2012.

TURRA, C.; VENTURI, G. Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, C. M. M. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites- século XIX. Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, J. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018.

CARDOSO, L. O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

CESAIRE, A. Discurso sobre o colonialismo. Porto: Cadernos para o diálogo, 1971.

COX, O. Caste, Class and Race. Nova Iorque: The Country Life Press, 1948.

DAVIS, A. Women, race and class. Nova Iorque: First Vintage Books Edition, 1983.

DUSSEL, E. D. 1492: O encobrimento do outro: a origem do 'mito da modernidade'. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GATES JR., H.L. The Signifying Monkey: a Theory of African-American Literary Criticism, Oxford University Press, 1988.

GONZÁLEZ, L. Movimento negro ou movimentos negros? In: GONZÁLEZ, L.; HASENBALG, C. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GORENDER, J. O escravismo colonial. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MIGNOLO, W. Local Histories/Global Designs. Chichester: Princeton University Press, 2000.

MOURA, C. Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5ed. São Paulo, Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, G. Os brancos saberão resistir? Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 11, n. 28, p. 331-347, jun. 2019.

NASCIMENTO, G. Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte, MG: Letramento Editorial, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, J.R. O que é racismo. São Paulo; Editora Brasiliense, 1988.

SANTOS, M. C. R. C. F. Guiné-Bissau: da independência colonial à dependência da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

SANTOS, N. S. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SINGH, J. Unthinking mastery: dehumanism and decolonial entanglements. Durham: Duke University Press, 2018.

TELLES, E. Pigmentocracies: Ehtnicity, Race and Color in Latin America. The University of North Carolina Press, 2014.

ZANLORENZI, E. O Mito da Preguiça Baiana. Tese (doutorado em Antropologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

21.2.2 Componentes Curriculares Optativos da Formação Específica do BI-Humanidades

PTS0014 - Inglês Instrumental em Humanidades

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Trabalho com as competências de leitura, compreensão e produção de textos científicos de Humanidades, com enfoque nos gêneros resumo, resenha crítica, artigo e ensaio.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

PTS0017 - Práticas e Projetos em Humanidades

Carga Horária: 30 horas

Creditação: 2 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

O papel da pesquisa e intervenção em Humanidades. Aplicação de teorias e metodologias em humanidades à realidade social. Desenvolvimento de projeto, proposta de intervenção ou similar. Levantamento bibliográfico e observação de campo.

Bibliografia Básica:

ZALUAR, Alba G. "Teoria e Prática do Trabalho de Campo: Alguns Problemas". In: CARDOSO, Ruth (org.). A Aventura Antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

GONZALES, Maria Eunice Quilici (Org.). Ciências Humanas em Debate. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2013.

TOLEDO, Cezar de Alencar Arnault de & GONZAGA, Maria Tereza Claro (Org.). Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas. Maringá: EDUEM, 2011.

Bibliografia Complementar:

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 3 ed. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas. Petrópolis: Editora Vozes. 2006.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas. 2005.

PTS0018 - Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Saúde

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa: Leitura e escrita de textos acadêmicos. Princípios teóricos e metodológicos da escrita de textos acadêmicos. Planejamento e execução da produção de textos acadêmicos e técnicos no campo da saúde: resumo, resenha, artigo, paper, projeto de pesquisa e extensão, relatório, comunicação em saúde. Pesquisa bibliográfica (levantamento bibliográfico e fichamento de leitura). Uso de ferramentas de edição de texto e gerenciamento de referências bibliográficas. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica:

AMARAL, J. J. F. Como fazer uma pesquisa bibliográfica. Departamento de Saúde Materno Infantil, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, 2007.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de textos para estudantes Universitários. São Paulo: Editora Vozes Ltda., 2008.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1990.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, L.R., et. al. Manual para elaboração de projetos de pesquisa, teses e dissertações. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

BOOTH, W.C.; COLOMB, G.G.; WILLIAMS, J.M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANÇA, J. et al. Manual de normalização. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

HENRIQUES, C.; SIMÕES, D.M. A redação de trabalhos acadêmicos - teoria e prática. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2003.

MINAYO, M.C.S. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec; rio de Janeiro: ABRASCO, 1993.

PTS0019 - Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Humanidades

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa: Prática de leitura e produção de textos com enfoque nas funções da linguagem e nos gêneros discursivos praticados em Humanidades - entrevista, depoimento, resumo, ensaio, relatório de pesquisa. A linguagem verbal e outras linguagens. Conceitos de texto. Construção do texto: normas técnicas específicas para cada tipo de produto.

Bibliografia Básica:

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. Análise e produção de textos.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003b.

CAPES. Orientações Capes - combate ao plágio. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/informacoes-classificadas/72-salaimprensa/destaques/4445-orientacoes-capes-combate-ao-plagio>

RESENDE, V.; VIEIRA, V. Leitura e produção de texto na Universidade. Brasília: UNB, 2014.

PTS0020 - Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Educação

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Conhecer e compreender a estrutura e linguagem do texto acadêmico científico e suas especificidades para a elaboração de diversos gêneros acadêmicos.

Bibliografia Básica:

ALVARENGA, G. M.; ARAUJO, Z. R. Portfólio: conceitos básicos e indicações para utilização. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1281/1281.pdf>

MACHADO, A. R. (coordenação); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

XAVIER, A. C. dos S. Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos. 1. ed. Recife: Rêspel, 2010. v. 1. 177p. São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003b.

CAPES. Orientações Capes - combate ao plágio. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/informacoes-classificadas/72-salaimprensa/destaques/4445-orientacoes-capes-combate-ao-plagio>

RESENDE, V.; VIEIRA, V. Leitura e produção de texto na Universidade. Brasília: UNB, 2014.

PTS0021 - Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Ciências

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Estudo da linguagem e da estrutura empregadas em resumos, resumos expandidos, artigos científicos e relatórios técnicos na área de Ciências. Estudo de glossários científicos. Redação de resumo e artigo científico. Emprego das normas da ABNT e de periódicos científicos da área de Ciências. Reflexão sobre integridade em pesquisa e escrita científica.

Bibliografia Básica:

KOLLER, Silvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (Orgs.). Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.

VOLPATO, Gilson Luiz. Bases teóricas para redação científica: ... por que seu artigo foi rejeitado? São Paulo: Cultura Acadêmica. Vinhedo: Scripta, 2007.

VOLPATO, Gilson Luiz. Ciência: da filosofia à publicação. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

VOLPATO, Gilson Luiz. Curso método lógico para redação científica. Disponível em:

<http://www.igvec.com/home/>

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

CAPES. Orientações Capes - combate ao plágio. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/informacoes-classificadas/72-salaimprensa/destaques/4445-orientacoes-capes-combate-ao-plagio>

CHALMERS, Alan F. O que é ciência, afinal? Trad. Raul Filker. São Paulo: Brasiliense, 1993. 210 p. Disponível em: <<http://www.nelsonreyes.com.br...>>. Acesso em: 13.maio.2015.

CNPq. Documentos da comissão de integridade na atividade científica. Disponível em:

<http://cnpq.br/apresentacao-comissao-de-integridade/>

FAPESP. Boas práticas científicas. Disponível em: <http://www.fapesp.br/boaspraticas/>

GRAY, David E. Elaborando o relatório da pesquisa. In: GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 423-443.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ-COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. Metodologia da pesquisa. Trad. Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

PETROIANU, Andy. Critérios para autoria de um trabalho científico. DST - J. Bras. Doenças Sex. Transm., Niterói, v. 24, n. 2., p. 99-103, 2012. Disponível em:

<http://www.dst.uff.br/NORMAS%20DE%20PUBLICACAO.pdf>

REVISTA Geologia USP. Tutorial: colocando referências bibliográficas no Word. Disponível em:

<http://sites.igc.usp.br/geologiausp/tutorial-referencias-no-word/>

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez:

2007.

VOLPATO, Gilson Luiz; GONÇALVES-DE-FREITAS, Eliane; JORDÃO, Luciana Cardelíquio. A redação científica como instrumento de melhoria qualitativa da pesquisa. In: Reunião anual da sociedade brasileira de zootecnia, 43., 2006, João Pessoa. Anais de Simpósios... João Pessoa: UFPB/SBZ, 2006, p. 22-41.

PTS0022 - Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Artes

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

A palavra como agenciadora de sentidos em múltiplas linguagens: imagéticas, sonoras, espaciais, corporais. Aspectos da cultura gráfica incidentes no campo das artes. Operações específicas da língua portuguesa no campo das artes e fricções com línguas ameríndias e de matrizes africanas. Práticas expandidas de leitura/escrita.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília (Orgs). Escritos de Artistas - anos 60/70. Trad. Pedro Sussekind et al. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MORRIS, William. O livro ideal. In: BIERUT, Michael; HELFAND, Jessica; HELLER, Steven;

POYNOR, Rick. (Orgs.). Textos clássicos do design gráfico. Trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

MUSSA, Alberto. Meu destino é ser onça: mito tupinambá restaurado por Alberto Mussa. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SAENGER, Alexandre. A palavra na sabedoria banto. In: QUEIROZ, Sonia (Org). A tradição oral. Cadernos Viva Voz, Estudos Africanos. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

VENEROSO, Maria do Carmo de Freitas. Palavras e imagens em livros de artista. Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes da UFMG: Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 82 - 103, mai. 2012.

Bibliografia Complementar:

A noção de função Apostilas de Matemática; A função $y = ax + b$; O gráfico de uma função; Expoentes fracionários; Equações exponenciais. Disponível em: <http://fuvestibular.com.br/telecurso-2000/apostilas/ensino-medio/matematica/>

MORAES, I.H.S; GÓMEZ, M.N.G. Informação e informática em saúde: caleidoscópio contemporâneo da saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 12(3). P.553-565, 2007.

PTS0023 - Perspectivas Matemáticas e Computacionais em Artes

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Matemática como forma de pensar e entender o mundo. Pensamento matemático e aplicações computacionais no campo das Artes. Trabalho em projetos a partir de temas sugeridos, na forma de exemplos de manifestações artísticas que integrem perspectivas matemáticas e computacionais, complexos e multimodais, privilegiando um trabalho transversal às diferentes linguagens artísticas: artes corporais, visuais, sonoras e/ou em qualquer configuração a partir dos sentidos, do tempo e do espaço. Enfoque sugerido nos temas: geometrias, conjuntos, contínuo e discreto, aplicações matemáticas ligadas à digitalização de dados, matemática ou/e computação nas artes. Uso exclusivo de softwares e microprocessador de licenças copyleft, que lidem com áudio, imagem, vídeo, sensores, transdutores, atuadores e programação voltada às artes.

Bibliografia Básica:

GeoGebra (software). Materiais. Disponível em: <https://tube.geogebra.org/>

TAVARES, João Nuno. Arte e matemática. Centro de Matemática, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto. Disponível em: <http://cmup.fc.up.pt/cmup/arte/index.html>

TV Cultura. Arte e Matemática. Disponível em: <http://www2.tvcultura.com.br/artematematica/programas.html>

Bibliografia Complementar:

BATESON, Gregory. Mind and Nature: A Necessary Unity. Cresskill: Hampton Press, 2002.

DEMO, Pedro. Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Trad. Aurélio GuerraNeto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

GANSTERER, Nikolaus (Org.). Drawing a Hypothesis: Figures of Thought. Wien: Springer, 2011.

PTS0024 - Perspectivas Matemáticas e Computacionais em Ciências

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Conceito e importância da modelagem em problemas e situações concretas na área de Ciências. A descrição da Natureza como o estabelecimento de relações entre coisas, grandezas e fenômenos. Conceito de funções matemáticas e seu uso na modelagem de problemas do mundo natural e tecnológico. Construção e interpretação de gráficos que descrevam situações realistas. Utilização de softwares de apoio como facilitadores do aprendizado do comportamento de funções e da construção de gráficos. Apresentação de problemas concretos e do cotidiano modelados por funções elementares. Noção de limite e introdução elementar ao estudo das variações de funções em problemas específicos das várias Ciências: variações médias e instantâneas, noção simplificada do conceito de derivada.

Bibliografia Básica:

ANTON, Howard, BIVENS, Irl, e DAVIS, Stephen Cálculo - Volume I, 8a Ed., Bookman, 2007.

BATSCHLET, E. Introdução à Matemática para Biocientistas. São Paulo, Ed. Interciência/Ed. USP, 1978.

DEMANA, F. D., WAITS, K., FOLEY, G. D., KENNEDY, D. Pré-Cálculo, 2a Edição, São Paulo, Pearson, 2013.

Bibliografia Complementar:

FLERON, Julian F., HOTCHKISS, Philip K., ECKE, Volker, and RENESSE, Christine von, The Infinite, (e-book, da série Discovering the Art of Mathematics - Mathematical Inquiry in the Liberal Arts. Disponível em <http://www.artofmathematics.org/>

FLERON, Julian F., HOTCHKISS, Philip K., RENESSE, Christine von, and ECKE, Volker. Calculus (e-book, da série Discovering the Art of Mathematics - Mathematical Inquiry in the Liberal Arts. Disponível em <http://www.artofmathematics.org/>

HUGHES-HALLET et al. (Calculus Consortium) Cálculo de uma variável, 3ª Ed., LTC, 2004.

LIPPMAN, David and RASMUSSEN, Melonie. Precalculus: An Investigation of Functions. Disponível em <http://www.opentextbookstore.com/precalc/>.

McCALLUM et al. (Calculus Consortium) Álgebra - Forma e Função, LTC, 2011.

PTS0025 - Perspectivas Matemáticas e Computacionais em Educação

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Importância da Matemática para a prática docente e para a vida em sociedade. Equações e funções elementares e suas aplicações para a avaliação do desempenho estudantil e para a gestão escolar. Construção e interpretação de gráficos de interesse em Educação. Planejamento, coleta, interpretação e apresentação de dados aplicados à avaliação de escolas e de instituições de ensino. Métodos estatísticos aplicados à avaliação educacional: práticas pedagógicas e desempenho em testes e avaliações. Análise crítica da construção dos indicadores educacionais como o Ideb, o Saeb, a Prova Brasil, o IDHM da Educação. Computação aplicada à Educação. Utilização de softwares de apoio para facilitação do aprendizado e no suporte à análise de dados e criação de gráficos.

Bibliografia Básica:

IEZZI, G. e DOLCE, O., DEGENSZAJN, D., PÉRIGO, R. Fundamentos de Matemática Elementar - Volume único. 6a ed. São Paulo: Atual Editora, 2015.

BUSSAB e MORETTIN, P. A. 8a ed. Estatística Básica. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

DEMANA, F. D., WAITS, K., FOLEY, G. D., KENNEDY, D. Pré-Cálculo. 2a Edição, São Paulo: Pearson, 2013.

Bibliografia Complementar:

MUROLO, A. C.; BONETTO, G. Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade. 2a Edição, São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PAIVA, M. Matemática. 1a ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

MEDEIROS, C. A. Estatística aplicada à educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/estatistica.pdf>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>

Telecurso Ensino Médio - Matemática. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/TelecursoNovo>

PTS0026 - Perspectivas Matemáticas e Computacionais em Humanidades

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Sensibilização, por meio de exemplos e exercícios práticos, para a importância da quantificação e tratamento de dados na representação e compreensão de vários domínios das Humanidades. Desenvolvimento, também por meio de exemplos e exercícios práticos, de competências e capacidades de cálculo, quantificação e tratamento de dados, recorrendo a meios computacionais e considerando criticamente indicadores socioeconômicos habitualmente utilizados.

Bibliografia Básica:

HUFF, Darrel, Como mentir com estatísticas, Edições Financeiras S.A., Rio de Janeiro, 1968

Instituto Crescer para a Cidadania, Microsoft Excel, 2010

CORREA, Sonia, Probabilidade e Estatística, 2ª Edição, PUC Minas, Belo Horizonte, 2003

Bibliografia Complementar:

Santos, Marcos, Texto de apoio sobre indicadores sociais, (não publicado) 2012

Paiva, Carlos e André Moreira Cunha, Noções de economia, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008

Puccini, Ernesto Coutinho, Matemática financeira e análise de investimentos, Florianópolis, Departamento de Ciências da Administração / UFSC

PTS0027 - Perspectivas Matemáticas e Computacionais em Saúde

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Conceito e importância da Matemática, Computação e de Modelos aplicados à análise e solução de problemas na área da Saúde. Descrição, análise e interpretação de dados dos Sistemas de Informação em Saúde. Organização de dados em tabelas, gráficos e mapas, assistidos por software. Medidas de tendência central e de variabilidade. Principais distribuições de probabilidade. Estudo de funções elementares com aplicações à Saúde. Medidas de Morbidade e Mortalidade, Incidência e Prevalência. Introdução aos conceitos de limite, taxas de variação e derivada com aplicações aos bens e serviços em Saúde.

Bibliografia Básica:

MUROLO, A.C; GIÁCOMO A. B. Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CABRAL, Marco A. P. Curso de Cálculo de Uma Variável. Rio de Janeiro: Instituto de Matemática, UFRJ, 2010.

MARTINS, M. E. G. Introdução à Probabilidade e à Estatística. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estatística, 2005.

Bibliografia Complementar:

A noção de função Apostilas de Matemática; A função $y = ax + b$; O gráfico de uma função; Expoentes fracionários; Equações exponenciais. Disponível em: <http://fuvestibular.com.br/telecurso-2000/apostilas/ensino-medio/matematica/>

MORAES, I.H.S; GÓMEZ, M.N.G. Informação e informática em saúde: caleidoscópio contemporâneo da saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 12(3). P.553-565, 2007.

PTS0028 - Monografia I

Carga Horária: 30 horas

Creditação: 2 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Estímulo à produção científica, aprimoramento da capacidade de interpretação e elaboração de um trabalho crítico e reflexivo nas áreas das Humanidades.

Bibliografia Básica:

SANTOS, B. S. (Org.) Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011.p. 41-117

Bibliografia Complementar:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997. 216 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

PTS0029 - Práticas em Humanidades I

Carga Horária: 30 horas

Creditação: 2 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Consolidação de competência investigativa e científica pelo desenvolvimento de prática de pesquisa básica, através de: projeto, produto, proposta de intervenção ou similar, para aplicar conhecimentos relacionados à problemas e questões do campo das humanidades, privilegiando, preferencialmente, alguma das Áreas de Concentração.

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez. 2000.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas. 2002.

RICHARDSON. Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 2005.

Bibliografia Complementar:

BARBETTA, P.A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 5.ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica para Alunos dos Cursos de Graduação e Pós-graduação. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

MEKSENAS. Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola. 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Editora VOZES, 2012.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Meda. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 2001.

PTS0030 - Monografia II

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Desenvolvimento da pesquisa. Estrutura da monografia. Redação da monografia. Apresentação da monografia.

Bibliografia Básica:

SANTOS, B. S. (Org.) Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011.p. 41-117

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 38. maio/agosto. 2008. p. 357-414

PTS0029 - Práticas em Humanidades II

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Consolidação de competência investigativa e científica pelo desenvolvimento de prática de pesquisa intermediária, através de: projeto, produto, proposta de intervenção ou similar, para aplicar conhecimentos relacionados à problemas e questões do campo das humanidades, privilegiando preferencialmente, alguma das Áreas de Concentração.

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez. 2000.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas. 2002.

RICHARDSON. Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 2005.

Bibliografia Complementar:

BARBETTA, P.A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 5.ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica para Alunos dos Cursos de Graduação e Pós-graduação. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

MEKSENAS. Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola. 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Editora VOZES, 2012.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Meda. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 2001.

PTS0123 - Fundamentos da Perspectiva Histórica

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

O estudo da construção do saber historiográfico a partir de conceitos fundamentais - Tempo e história, perspectivas historiográficas. Objetividade e subjetividade, História e Memória.

Bibliografia Básica:

CARR, Edward Hallet. Que é História? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

WEHLING, Arno. A invenção da História: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Editora Central da

Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da UFF, 1994.

REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. São Paulo: 1996.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP/SP, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. Sobre a história. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

DUBY, G. et al. História e Nova História. Lisboa: Teorema, 1986.

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

PTS0150 - Introdução à Língua Francesa

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Introdução ao estudo da língua francesa com conteúdos comunicativos, gramaticais, lexicais, fonéticos e culturais. Temas abordados: apresentar e descrever pessoas e objetos; justificar uma escolha; pedir e fornecer informações; questionar e se situar no espaço.

Bibliografia Básica:

BESCHERELLE. L'art de conjuguer: 12 000 verbes. Paris: Hatier, 1990.

FLUMIAN, Catherine; LABASCOULE, Josiane; LIRIA, Philippe. Nouveau Rond Point 1. Barcelona: Difusion, 2012.

GREGOIRE, Maïa. Grammaire progressive du français, niveau débutant. Paris : Clé International, 2002.

Bibliografia Complementar:

GREVISSE, Maurice; GOOSSE, André. Le Bon usage. Paris: De boeck, 1993.

ROUAIX, Paul. Trouver le mot juste: dictionnaire des idées suggérées par les mots. Paris: Armand Colin, 2006.

PTS0152 - Língua Francesa: se inscrever no tempo e no espaço

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Ensino da língua francesa baseado em conteúdos comunicativos, gramaticais, lexicais, fonéticos e culturais. Temas abordados: expressar suas preferências; expressar suas intenções; se localizar no tempo e espaço; falar de seus hábitos cotidianos; estabelecer comparações.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

PTS0153 - Oficina de Textos em Língua Inglesa - Básico

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Oficina de leitura e produção de textos em língua inglesa de acordo com as normas técnicas e acadêmicas internacionais. Técnicas e estratégias de leitura e produção de textos em língua inglesa. Aprimoramento de estruturas gramaticais básicas em língua inglesa.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

PTS0155 - Língua Francesa: ver, ouvir e descrever

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Estudo da língua francesa em nível básico com o desenvolvimento de capacidades de compreensão e expressão oral e escrita. Temas abordados: Expressar e confrontar opiniões; pedir informações e explicar como preparar um prato; descrever e comparar lugares.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

PTS0158 - Oficina de Textos em Língua Inglesa - Intermediário

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Oficina de leitura e produção de textos em língua inglesa de acordo com as normas técnicas e acadêmicas internacionais. Técnicas e estratégias de leitura e produção de textos em língua inglesa. Aprimoramento de estruturas gramaticais básicas em língua inglesa. Nível intermediário.

Bibliografia Básica:

MURPHY, R. English Grammar in Use. 4 ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press; 2012. 399p.

MORLEY, J. Academic Phrasebank. PDF Download Version. 2014b ed. The University of Manchester; 2014. 73p.

TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10. ed. (reform). São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar:

ANDRADES, J.A. Regenerative Medicine and Tissue Engineering. ISBN 978-953-51-1108-5, 866 pages, Publisher: InTech, Chapters published May 22, 2013 under CC BY 3.0 license DOI: 10.5772/46192. Edited Volume.

BOUAYED, J.; BOHN, T. Nutrition, Well-Being and Health. ISBN 978-953-51 0125-3, 234 pages, Publisher: InTech, Chapters published February 23, 2012 under CC BY 3.0 license DOI: 10.5772/1864. Edited Volume

GHOLAMREZANEZHAD, A. Stem Cells in Clinic and Research, ISBN 978 953-307-797-0, 816 Pages, Publisher: InTech, Chapters published August 23, 2011 under CC BY-NC-SA 3.0 license DOI: 10.5772/740, Edited Volume.

MADDOCK, J. Public Health - Social and Behavioral Health. ISBN 978-953 51-0620-3, 582 pages, Publisher: InTech, Chapters published May 16, 2012 under CC BY 3.0 license DOI: 10.5772/2242, Edited Volume.

RODRIGUEZ-MORALES, A.J. Current Topics in Tropical Medicine. ISBN 978-953-51-0274-8, 576 pages, Publisher: InTech, Chapters published March 16, 2012 under CC BY 3.0 license DOI: 10.5772/1335. Edited Volume.

PTS0159 - Língua Francesa: caracterizar e explicar

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Estudo da língua francesa em nível básico com o desenvolvimento de capacidades de compreensão e expressão oral e escrita. Temas abordados: falar do seu percurso de vida; pedir informações e explicar como preparar uma receita; caracterizar e explicar o funcionamento de um objeto; situar um fato no passado e no futuro.

Bibliografia Básica:

MURPHY, R. English Grammar in Use. 4 ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press; 2012. 399p.

MORLEY, J. Academic Phrasebank. PDF Download Version. 2014b ed. The University of Manchester; 2014. 73p.

TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10. ed. (reform). São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar:

ANDRADES, J.A. Regenerative Medicine and Tissue Engineering. ISBN 978-953-51-1108-5, 866 pages, Publisher: InTech, Chapters published May 22, 2013 under CC BY 3.0 license DOI: 10.5772/46192. Edited Volume.

BOUAYED, J.; BOHN, T. Nutrition, Well-Being and Health. ISBN 978-953-51 0125-3, 234 pages, Publisher: InTech, Chapters published February 23, 2012 under CC BY 3.0 license DOI: 10.5772/1864. Edited Volume

GHOLAMREZANEZHAD, A. Stem Cells in Clinic and Research, ISBN 978 953-307-797-0, 816 Pages, Publisher: InTech, Chapters published August 23, 2011 under CC BY-NC-SA 3.0 license DOI: 10.5772/740, Edited Volume.

MADDOCK, J. Public Health - Social and Behavioral Health. ISBN 978-953 51-0620-3, 582 pages, Publisher: InTech, Chapters published May 16, 2012 under CC BY 3.0 license DOI: 10.5772/2242, Edited Volume.

RODRIGUEZ-MORALES, A.J. Current Topics in Tropical Medicine. ISBN 978-953-51-0274-8, 576 pages, Publisher: InTech, Chapters published March 16, 2012 under CC BY 3.0 license DOI: 10.5772/1335. Edited Volume.

PTS0162 - Oficina de Textos em Língua Inglesa - Avançado

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Oficina de leitura e produção de textos em língua inglesa de acordo com as normas técnicas e acadêmicas internacionais. Técnicas e estratégias de leitura e produção de textos em língua inglesa. Aprimoramento de estruturas gramaticais básicas em língua inglesa. Nível avançado.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

PTS0168 - Introdução à Linguística

Carga Horária: 60 horas

Creditação: 4 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

As teorias linguísticas e as áreas da linguística. As relações entre a linguística e outros campos do conhecimento. Abordagens de Linguagem e linguística, língua e comunicação. Conceito de língua em perspectiva histórica. A importância do conceito de língua para o ensino do português na educação básica. Língua, identidade e poder. Linguística e texto.

Bibliografia Básica:

FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística I: objetivos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

MARTELOTA, Mário Eduardo (org.). Manual de linguística. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MUSSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística: domínios e fronteiras, volume 1. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

Bibliografia Complementar:

FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística II: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LYONS, John. Linguagem e linguística: uma introdução. São Paulo: LTC, 2011.

MAGALHÃES, Maria Cecília C.; FIDALGO, Sueli Salles. Questões de método e de linguagem na formação docente. Campinas, SP: Mercado de letras: 2011.

WEEDWOOD, Barbara. História concisa da linguística. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

PTS0265 - LIBRAS

Ementa:

Introdução aos aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Processos cognitivos e linguísticos. O cérebro e a língua de sinais. Apresentar o ouvinte à Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Ampliação de habilidades expressivas e receptivas em LIBRAS. Vivência comunicativa dos aspectos socioeducacionais do indivíduo surdo. Conceito de surdez, deficiência auditiva (DA), surdo-mudo, mitos, SignWriting (escrita de sinais). Legislação específica. Prática em Libras – vocabulário.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Lourdes. Língua de Sinais e Aquisição da Linguagem. In: Fonoaudiologia: no sentido da linguagem. São Paulo: Cortez, 1994.

CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W. D. (no prelo). Sinais da LIBRAS e o universo da Educação. In: CAPOVILLA, F.C. (Org.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS. (Vol. 1, de 19 volumes, 340 pp.). São Paulo, SP: Edusp, Vitae, Brasil Telecom, Feneis.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Editora Parábola: 2009.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua Brasileira de Sinais: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

ANDRADES, J.A. Regenerative Medicine and Tissue Engineering. ISBN 978-953-51-1108-5, 866 pages, Publisher: InTech, Chapters published May 22, 2013 under CC BY 3.0 license DOI: 10.5772/46192. Edited Volume.

BOUAYED, J; BOHN, T. Nutrition, Well-Being and Health. ISBN 978-953-51 0125-3, 234 pages, Publisher: InTech, Chapters published February 23, 2012 under CC BY 3.0 license DOI: 10.5772/1864. Edited Volume

GHOLAMREZANEZHAD, A. Stem Cells in Clinic and Research, ISBN 978 953-307-797-0, 816 Pages, Publisher: InTech, Chapters published August 23, 2011 under CC BY-NC-SA 3.0 license DOI: 10.5772/740, Edited Volume.

21.2.2 Componentes Curriculares de Livre Escolha

São considerados Componentes Curriculares (CCs) de Livre Escolha quaisquer CCs ofertados na Universidade Federal do Sul da Bahia.

21.3 Componentes Curriculares do Segundo Ciclo do Bacharelado em Políticas Públicas

21.3.1 Componentes Curriculares Obrigatórios do Bacharelado em Políticas Públicas

Os Componentes Curriculares obrigatórios do Curso de Segundo Ciclo Bacharelado em Políticas Públicas serão apresentados por quadrimestre de acordo com um percurso formativo ideal.

10º Quadrimestre

Instituições Políticas do Brasil

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Mecanismos da representação política na institucionalidade contemporânea. A relação representação-representante no plano micro- macro: os sistemas eleitorais e partidários. Constituição, efetividade e mudança das instituições políticas. A lógica e os constrangimentos institucionais.

Bibliografia Básica:

AVELAR, L. e CINTRA, A. O.. Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

DAHL, R. A. Poliarquia: participação e oposição . São Paulo: EDUSP, 2005.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R.. Partidos políticos e consolidação democrática. SP: Brasiliense, 1986.

Bibliografia Complementar:

AVRITZER, L., ANASTASIA, F.. Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

LIMONGI, F. Presidencialismo e governo de coalizão. In: L. Avritzer e F. Anastásia (orgs.), Reforma política no Brasil, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006, p. 237-257.

SARTORI, G.. Teoria da democracia revisitada(a). São Paulo: Ática, 1994. SOUZA, C.. Federalismo e gasto social no Brasil. Lua Nova, n. 52, 2001.

Teoria das Políticas Públicas

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Da lei dos pobres ao Estado de bem estar: a formação dos sistemas de proteção social. Modelos de proteção social e teorias explicativas. Teorias do surgimento dos estados de bem estar social. Tipologia do Estado de bem estar. Papel das políticas públicas como propulsoras ou inibidoras do avanço social. A discussão sobre a crise do Estado e bem estar social. Impactos do estado de bem estar no combate à pobreza e desigualdades. Estado de Bem-Estar Social e Neoliberalismo na América Latina

Bibliografia Básica:

DELGADO, M.; PORTO, L. (Org.). O Estado de Bem-Estar Social no século XX. São Paulo: LTR, 2007.

POLANYI, K. A grande transformação. As origens da nossa época. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Campus. 1980.

COELHO, V. S. (Org.). A reforma da previdência social na América Latina. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2003.

Bibliografia Complementar:

CASTEL, R.. As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

VANDERBORGHT, Y.; PARIJS, P.. Renda Básica de Cidadania: Argumentos Éticos e Econômicos. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

VIANNA, M. L. T. W. A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil: Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

LO VUOLO, R. Et alli. La pobreza... de la política contra la pobreza. Buenos Aires: Ciepp. Miño y Dávila Editores, 1999.

MESA-LAGO, C. La seguridad social en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 1985.

Federalismo e Políticas Públicas

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Origens e desenvolvimento da questão federativa no Brasil: o pêndulo centralização/descentralização; o federalismo na República Velha; a centralização autoritária: Vargas e o regime militar; a dinâmica estadual na Democracia Populista; o federalismo na Assembleia Constituinte; a moldura federativa na CF 88; competências na federação: a competências legislativas; as competências normativas; receitas e encargos entre União, estados e municípios; as elites estaduais e as políticas públicas; o federalismo brasileiro: uma questão em aberto.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, G. Federalismo - uma introdução. Editora FGV, 2009.

ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Revan, Fapesp, 2000.

REGIS, A. O novo federalismo brasileiro. Editora Forense, 2008.

Bibliografia Complementar:

BURGESS, M. Comparative Federalism: theory and practice. Routledge, 2006.

ELAZAR, D. Exploring Federalism. Alabama University Press, 1987.

FEREJOHN, J.; WEINGAST, B. The new federalism: can the states be trusted? Hoover Institution Press, 1997.

LIPJHART, A. "Divisão de poder: os contrastes federal-unitário e centralizado-descentralizado" (cap.10). Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOUGHLIN, John. Routledge Handbook of Regionalism & Federalism. Taylor & Francis USA, 2011.

SOUZA, C. "Federalismo". In: MARTINS, C.B. & LESSA, R. (coords.) Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Ciência Política. São Paulo: ANPOCS, 2010.

Métodos Estatísticos para Ciências Sociais

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Inferência causal. Limites e possibilidades da inferência estatística. População, amostra, parâmetros e estatísticas. Amostragem. Introdução às variáveis aleatórias contínuas: conceitos, modelos probabilísticos e parâmetros. Distribuição amostral da média e da variância. Teorema do Limite Central. Estimação por ponto e intervalo. Propriedades dos estimadores. Testes de hipótese para proporções, média e comparação de duas médias (com variância conhecida e desconhecida). Tipos de erros. Poder do teste e nível descritivo (P-valor). Regressão linear simples: pressupostos, estimação e análise de resíduos. Testes qui-quadrado (aderência, homogeneidade e independência). Análise de variância (ANOVA).

Bibliografia Básica:

BUSSAB, Wilton. de O., MORETTIN, Pedro. A. Estatística Básica. 6ª edição. Editora Saraiva, 2010.

FARBER, Betsy; LARSON, Ron, Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009;

LEVIN, Jack; FOX, James Alan, Estatística para ciências humanas, São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, D. R., SWEENEY, D. J., WILLIAMS, T. A. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 2ª ed., CENGAGE Learning. 2011.

ASQUITH, David. Learning to live with statistics: From concept to practice. Colorado, EUA: Lynne Rieder Publishers, 2008;

MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: Probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010;

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de dados qualitativos: Estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Edusp, 3 edição, 2001.

Conflitos Sociais e Políticas Públicas

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Interpretações dos conflitos sociais: algumas perspectivas teóricas antropológicas, filosóficas, históricas, sociológicas; concepções contemporâneas de sujeitos, identidades e comunidades em conflito; as interpretações dos conflitos sociais e a crítica das noções universais de poder, democracia e cidadania; conflitos sociais, consenso e dissenso; conflitos sociais, performances e culturas políticas; conflitos sociais, globalizações, multiculturalismos e sociedades em rede; conflitos sociais, ciência, tecnologia e informação; críticas às teorias dos conflitos e seus usos nas ciências sociais aplicadas: limites das concepções de gerenciamento, controle, eliminação e mediação de conflitos;

Bibliografia Básica:

CANCLINI, Nestor Garcia. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SLOTTERDIJK, Peter. O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. Ed. Estação Liberdade, 2002.

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HALL, Peter. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

11º Quadrimestre

Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Uma Economia em Transição (1930-1950): A crise do modelo agroexportador; os mecanismos de defesa do setor cafeeiro; o processo de industrialização nacional por substituição de importações - (periodização: anos 30 a meados dos anos 50). 2. A Era JK - o Plano de Metas e a Industrialização Pesada (1956-1960): O plano de metas: seus objetivos e instrumentos; as transformações estruturais decorrentes do plano; 3. A Crise dos Anos 60 - (1960-1972): A desaceleração do crescimento; a inflação; as políticas de estabilização, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG); as reformas institucionais; 4. O "Milagre Econômico": A recuperação do crescimento econômico: as políticas expansivas; 5. A desaceleração e as inflexões na política econômica (1974 a 1984): Os determinantes da desaceleração; o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico; 6. Os Planos Recentes de Estabilização nos anos 80 e 90 e (1985 - 1990): Resumo dos Planos Cruzado (1986), Bresser (1987) Verão (1989) e Collor (1990); os Planos Plurianuais; 7. O Governo FHC (1994-2002): O Plano Real e a Estabilização da Economia (1994 e 1999); as Políticas de Enfrentamento das Crises Externas (1999); os Programas Sociais; a Reforma do Estado; os PPAs. 8. O Governo Lula: Continuidade e Mudanças nos Rumos da Economia - (2003-2010): Os PPAs; os Programas Sociais; o PAC.

Bibliografia Básica:

IGLECIAS, W.; LEOPOLDI, M. A. P.; MANCUSO, W. P. (eds.). Estado, e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Atlas, 2010.

GREMAUD, Amaury P.; Vasconcellos, Marco A. S.; Toneto Júnior, Rudinei. "Economia Brasileira Contemporânea". 7ª Edição, Ed. Atlas, São Paulo, 2007.

ARAÚJO DE SOUZA, Nilson. "Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula". 2ª Edição, Ed. Atlas, São Paulo, 2008.

Bibliografia Complementar:

BAUMANN, Renato (Org.). O Brasil e a economia mundial. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: 34, 1996.

CASTRO, Antonio Barros; PIRES DE SOUZA, Francisco E. A economia brasileira em marcha forçada. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição ; FIORI, José Luís. (Des)Ajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1993.

VELOSO, João Paulo dos Reis (Coordenador). Brasil em mudança. São Paulo: Nobel, 1991.

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Políticas Públicas

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Indicações teóricas metodológicas para elaboração da monografia. Estruturação e desenvolvimento da monografia

Bibliografia Básica:

BEZZON, L.C. Guia prático de monografias, dissertações e teses. Campinas: Alínea, 2004.

MARTINS, G.A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas. 2002.

Bibliografia Complementar:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997. 216 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez. 2000.

RICHARDSON. Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 2005.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica para Alunos dos Cursos de Graduação e Pós-graduação. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

Direito do Estado: Estudos Constitucionais

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Teoria da Constituição. Constituição: natureza e tipos. Poder Constituinte. Normas Constitucionais: tipologias. Formação constitucional do Brasil. Preâmbulo da Constituição do Brasil. Princípios Fundamentais da República Brasileira. Organização do Estado. Organização dos Poderes dos Estados da Federação.

Bibliografia Básica:

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

BARROSO, Luiz Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 3ª .ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CUNHA Jr. Dirley. Curso de Direito Constitucional. 6ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2012.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luis Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 27.^a ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993.

LASSALE, Ferdinand. A essência da constituição. São Paulo: Freitas Bastos, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Pré-Requisito:

Métodos Estatísticos para Ciências Sociais

Observação:

A Carga Horária deste Componente Curricular deve ser contabilizada como Atividade de Extensão

Ementa:

Conceitos: monitoramento, avaliação, formulação, ciclo de políticas públicas, impacto, eficiência-eficácia-efetividade. Metodologias de monitoramento e avaliação: visão geral, focos de análise (objetivos, administração, consumidores, especialistas, participantes). Instrumentos e ferramentas de avaliação: marco lógico, árvore de problemas, etc. Indicadores e políticas públicas. Análise custo-benefício; Análise de impacto. Visão geral sobre análise de impacto regulatório. O contexto e as implicações políticas da avaliação.

Bibliografia Básica:

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Editora Alinea, 2009.

OTERO, Martina Rillo. Contexto e prática da avaliação de iniciativas sociais no Brasil. Editora Peiropolis, 2012.

GESTOSO, José Ignácio. Introdução a avaliação de programas sociais. Editora FGV, 2009.

Bibliografia Complementar:

BARRETO, Alexandre S. Análises estatísticas multivariadas e indicadores. LGE Editora, 2010.

CANDACE M. Baird. Social Indicators: Statistics, Trends and Policy Development (Social Justice, Equality and Empowerment), Nova Science Publishers, Incorporated, 2011.

DUNCAN Macrae Jr. Policy Indicators: Links Between Social Science and Public Debate (Urban and Regional Policy and Development Studies), NORTH CAROLINA UNIVE, 1985.

PEREIRA, Julio César R. Análise de dados qualitativos. Edusp, 2004.

VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Editora FGV, 2011.

Movimentos Sociais e Terceiro Setor

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Relações e conceitos sobre Estado e Sociedade Civil; Conflitos entre Estado e Sociedade civil - movimentos sociais; Mudança do perfil e dos modelos de atuação dos Movimentos Sociais; Crise do Sindicalismo; Emergência do terceiro setor; Democracia e participação política; Reforma do Estado; Mecanismos de participação da Sociedade Civil; Participação social e políticas públicas; Iniciativas de participação social.

Bibliografia Básica:

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 2008, 14.1: 43-64.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Vozes, 2003.

Bibliografia Complementar:

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander; MARQUETTI, Adalmir. A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo. Cortez Editora, 2003.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista brasileira de ciências sociais*, 1998, 13.37: 5-31.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, 2009, 76.49-86.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; CHAIA, Vera. Gestão municipal: descentralização e participação popular. Cortez, 2002.

LUBAMBO, Cátia Wanderley, et al. Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Vozes, 2005.

MAIA, Rousiley CM. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*. ISSN 1982-6672, 2008, 2: 110-134.

MARQUETTI, Adalmir. Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo. Xamã, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública. FGV Editora, 2009.

12º Quadrimestre

Teorias e Gestão de Organizações Públicas

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Conceitos básicos de administração. Organizações e administração. Organizações como fenômeno social, cultural e político. Panorama das abordagens teóricas e visões sobre a administração: clássica, sistêmica, estruturalista, humanística, cultural-comportamental, psíquica. Administração pública e privada. O campo disciplinar da administração pública. A governança das organizações públicas: processos decisórios e processos de controle. Desenho organizacional no setor público: modelos, princípios e técnicas. Modelos de gestão: por desempenho, por competências, etc. Cultura e mudança organizacional. Tendências e inovações na gestão pública.

Bibliografia Básica:

BERGUE, Sandro T. Modelos de Gestão e Organizações Públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. RS, Educ. 2011

DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública. Cengage Learning. 2011

PETERS, G. e PIERRE, J (orgs). Administração pública - Coletânea. ENAP, Brasília, 2010.

Bibliografia Complementar:

ENAP. Prática Indicada: Transformação do Atendimento da Previdência Social Brasileira. Indicação para o Prêmio Boas Práticas das Nações Unidas. Brasília, 2009.

MOORE, M. H. Criando valor público: gestão estratégica no governo. Brasília, ENAP, 2002.

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, F. Teoria das Organizações: Evolução e Crítica. Pioneira Thomson Learning. São Paulo: 2001.

MOTTA, Fernando. P. e VASCONCELOS, Isabella. F. G. Teoria geral da administração. São Paulo: Thomson Learning Pioneira, 2006.

Direito do Estado: Estudos da Administração Pública

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

O Direito e o regime Jurídico-Administrativo. Princípios constitucionais da administração pública e princípios legais regedores de sua atividade. A organização Administrativa direta, indireta, e entidades paralelas. Atos Administrativos. Procedimento Administrativo. Poder de Polícia.

Bibliografia Básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 12ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

PIETRO, Maria Sylvia Zanela de. Direito Administrativo. 12ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2003

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. Belo Horizonte: Forum, 2016

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 25ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

Observatório de Políticas Públicas I

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Pré-Requisito:

Planejamento e Projetos

Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas

Observação:

A Carga Horária deste Componente Curricular deve ser contabilizada como Atividade de Extensão

Ementa:

Estudos de caso desenvolvidos em laboratório voltados à aplicação de ferramental de análise de políticas públicas. Áreas temáticas: políticas sociais, desenvolvimento local e regional, infraestrutura, cultura e comunicação, participação e controle social, gestão pública, transparência e acesso à informação. Ampliar o conhecimento crítico e analítico das políticas públicas ao longo de seu ciclo (definição de agenda, formulação, implementação, avaliação e monitoramento), assim como dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que permeiam essas etapas.

Bibliografia Básica:

HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., & MARQUES, E. (Eds.). (2007). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas - Coletânea Volume 1 e 2. Brasília: ENAP.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4a ed. Tradução Ana Thorell. São Paulo: Bookman, 2010

Bibliografia Complementar:

HEIDEMANN, F. C., & SALM, J. F. (Eds.). (2009). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Universidade de Brasília.

MARCHETTI, V (org). (2013). Políticas Públicas em Debate. São Bernardo do Campo: ABCD Maior e

UFABC.

MORAN, M., REIN, M., & GOODIN, R. E. (Eds.). (2008). The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford: Oxford University Press.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de dados qualitativos: Estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Edusp, 3ª edição, 2001.

SECCHI, L. (2010). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAG Learning.

Políticas Públicas e Setor Privado

Ementa:

Separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos. Discussão do público e o privado na Gestão Pública; os elementos presentes na Esfera Pública e Esfera Privada e suas possíveis relações na sociedade brasileira contemporânea; princípios da Administração Pública e suas relações com o Setor Privado.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", p. 13-31.

COELHO, Ricardo Corrêa. O Público e o Privado na Gestão Pública. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 76p.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: Revista Dialogo Jurídico, n. 16, Salvador, 2007.

Bibliografia Complementar:

MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, "Estado, poder e governo", p. 53-133.

DINIZ, Paulo. Responsabilidade social empresarial e sociedade política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2.

OLIVEIRA, Alysson André Régis de. A COMPATIBILIDADE ENTRE AS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E AS COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS: um estudo de caso das organizações não governamentais na cidade de João Pessoa-PB. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: RAE, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.

13º Quadrimestre

Burocracia, Administração Pública e Orçamento

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

A evolução histórica da burocracia nas democracias modernas; Tensões e interações entre burocracia e política; Burocracia, Estado e sociedade em regimes democráticos; Formas de organização da burocracia e da administração pública moderna; Burocracia e administração pública no contexto brasileiro: perspectivas históricas e formatação atual; Reforma do Estado. Receitas e despesas: as bases materiais do Estado; as Contas Públicas no Brasil: o Código de Contabilidade Pública; a Lei 4.320/64; o Orçamento Público na CF 88; Executivo, Legislativo e o processo legislativo-orçamentário; políticas públicas e política orçamentária; o controle interno e o controle externo; o SIAFI; o papel dos Tribunais de Contas. Transferências constitucionais. Processos orçamentários nos diferentes níveis federativos

Bibliografia Básica:

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2009). Construindo o Estado republicano. Democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV.

COSTIN, Claudia. (2010). Administração Pública. Rio de Janeiro, Elsevier.

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. Política orçamentária no presidencialismo de coalizão. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GIACOMINI, J. Orçamento público. Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

PISCITELLI, R. B. e TIMPO, M. Z. F. Contabilidade Pública. São Paulo: Atlas, 2009.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando; Pacheco, Regina. Burocracia e Política no Brasil Contemporâneo, Ed. FGV, 2010.

PETERS, G. & PIERRE, J. (Eds.) Administração pública. Coletânea. São Paulo, Brasília: UNESP, ENAP.

CASTARDO, H. F. Tribunal de Contas. Millenium Editora, 2007.

MOREIRA, B. R. Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público. Juruá, 2008.

RESENDE, F. e CUNHA, A. O orçamento público e a transição do poder. São Paulo: FGV, 2003.

Elaboração de Projetos e Captação de Recursos

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Optativo

Ementa:

Conceitos básicos: plano, programa, projeto e atividade. Alocação dos recursos governamentais. Modelos de elaboração de projetos. Formulação da função-objetivo e mensuração de benefícios e custos; Transversalidades dos programas. Metodologias para elaboração de programas, projetos e planos de ação. Editais de fundos e programas de financiamento de projetos. Análise de fontes de financiamento e captação de recursos. Assessorias

Bibliografia Básica:

ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento social. Veras Editora: São Paulo, 2002.

KISIL, R. Elaboração de Projetos e Propostas para Organizações da Sociedade Civil. 3ª. Ed. São Paulo: Global, 2004.

Bibliografia Complementar:

SAMSÃO, V., MATHIAS, W.F. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 1996.

TENÓRIO, F. G. (coord). Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática. São Paulo: Loyola, 1995.

Observatório de Políticas Públicas II

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Pré-Requisito:

Observatório de Políticas Públicas I

Observação:

A Carga Horária deste Componente Curricular deve ser contabilizada como Atividade de Extensão

Ementa:

Estudos de caso desenvolvidos em laboratório voltados à aplicação de ferramental de análise de políticas públicas. Áreas temáticas: políticas sociais, desenvolvimento local e regional, infraestrutura, cultura e

comunicação, participação e controle social, gestão pública, transparência e acesso à informação. Contribuir com o conhecimento sobre as políticas públicas do ponto de vista teórico e empírico e proporcionar maior interação com outras instituições acadêmicas, com a sociedade civil e com o poder público em seus temas de pesquisa, apoiando esses atores nos processos de políticas públicas.

Bibliografia Básica:

HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., & MARQUES, E. (Eds.). (2007). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas - Coletânea Volume 1 e 2. Brasília: ENAP.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4a ed. Tradução Ana Thorell. São Paulo: Bookman, 2010

Bibliografia Complementar:

HEIDEMANN, F. C., & SALM, J. F. (Eds.). (2009). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Universidade de Brasília.

MARCHETTI, V (org). (2013). Políticas Públicas em Debate. São Bernardo do Campo: ABCD Maior e UFABC.

MORAN, M., REIN, M., & GOODIN, R. E. (Eds.). (2008). The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford: Oxford University Press.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de dados qualitativos: Estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Edusp, 3ª edição, 2001.

SECCHI, L. (2010). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAG Learning.

Democracia Digital e Governo Eletrônico

Carga Horária: 45 horas

Creditação: 3 créditos

Natureza: Obrigatório

Ementa:

Teorias da Sociedade da Informação. Implicações das Tecnologias da Informação e Comunicação nos Estados e Mercados. Políticas da Internet e na Internet. Inclusão digital, Conectividade e Infraestrutura Informacional. Implantação de governos digitais em rede. e-Democracia e Cidadania Digital. Participação Online e Esfera Pública Interconectada. Governos abertos e e-Transparência. Tecnologias de Informação e Comunicação Para a Gestão Pública. Políticas de Governança e Regulamentação da Comunicação em Rede. Tecnologias Livres, Abertas e Proprietárias. Neutralidade de rede. Protocolos, Códigos, Controle e Privacidade.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CETIC. Pesquisa TIC Governo Eletrônico. São Paulo CETIC, 2013.

EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002,

Bibliografia Complementar:

BONILLA, M.H.S.; PRETTO, N. (Org.). Inclusão digital polêmica contemporânea. Salvador: Editora da UFBA, 2011.

GOMES, Wilson et all. Internet e participação política no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LEMOS, André (Org.). Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: editora 34, 2003.

SILVEIRA, S.A.(Org.). Cidadania e redes digitais = Citizenship and digital networks. / São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá - Educação e Tecnologias, 2010.

21.3.2 Componentes Curriculares de Livre Escolha

São considerados Componentes Curriculares (CCs) de Livre Escolha quaisquer CCs ofertados na Universidade Federal do Sul da Bahia.

22 REFERÊNCIAS

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Parecer nº 4 de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192

FIRJAN - Sistema da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. **IFDM 2018: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 30. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PIRES, Valdemir, SILVA, Suylan de A. Midlej, FONSECA, Sérgio Azevedo, VENDRAMINI, Patrícia & COELHO, Fernando de Souza. *Campo de Públicas no Brasil: definições, movimento constitutivo e desafios atuais*. In: VENDRAMINI, Patrícia & ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento (Orgs.). **Pioneirismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil**. Florianópolis: UDESC, 2017.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**. 2010

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, FJP - Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia: dos coronéis à vassoura de bruxa**. 2.ed. Editus: Ilhéus, 2014.

UFABC - Universidade Federal do ABC. **Projeto Pedagógico do Bacharelado em Políticas Públicas**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2015.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Projeto Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública**. Cachoeira: Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2010.

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública e Social**. Porto Alegre: Escola de Administração, 2017.

UnB - Universidade de Brasília. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas**. Brasília: Departamento de Gestão de Políticas Públicas, 2018.

24 ANEXOS

ANEXO 1 - REGIMENTO DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Art. 1º - O curso de graduação noturno de Bacharelado em Políticas Públicas (BPP) destina-se à formação de pessoas de nível superior aptas a atuar nas etapas de análise de alternativas, definição de opções, monitoramento e acompanhamento de ações no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento social.

Art. 2º - O curso será ministrado em duração plena, abrangendo um total mínimo de 200 créditos (3.000 horas).

§ 1º - Os componentes curriculares (CCs) Obrigatórios perfazem um total de 136 créditos (2.040 horas).

§ 2º - Os CCs Optativos perfazem um total de 12 créditos (180 horas).

§ 3º - Os CCs de Livre Escolha perfazem um total de 16 créditos (240 horas).

§ 4º - As Atividades Extensionistas perfazem um total de 22 créditos (330 horas).

§ 5º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se dará na modalidade Monografia, com cumprimento de 6 créditos (90 horas).

§ 6º - As atividades complementares (ACs) equivalem a no máximo 8 créditos (120 horas).

Art. 3º - O curso incluirá os seguintes componentes curriculares obrigatórios:

Componente Curricular
Artes e Humanidades na Formação Cidadã (Eixo)
Ciências na Formação Cidadã (Eixo)
Matemática e Computação (Eixo)
Produções Textuais Acadêmicas (Eixo)
Línguas Estrangeiras (Eixo)
PTS0013 - Bases Filosóficas e Epistemológicas das Humanidades
PTS0015 - Interdisciplinaridade: Teorias e Práticas
PTS0016 - Metodologias em Humanidades
CHS0106 - Economia Política
PTS0037 - Território, Políticas Públicas e Participação
PTS0041 - Teorias do Estado
PTS0049 - Relações Sociais e Políticas na Contemporaneidade
PTS0055 - Pensamento Social e Político na Formação do Brasil
PTS0058 - Noções de Direito Público
PTS0065 - Gestão Pública e Social

PTS0089 - Cidadania e Novos Direitos
PTS0097 - Noções de Direito Privado
PTS0126 - Política Nacional e Meio Ambiente
PTS0138 - Ciência Política
Racismo Estrutural, Institucional, Cordial e Estrutura Pública
Instituições Políticas no Brasil
Teoria das Políticas Públicas
Federalismo e Políticas Públicas
Métodos Estatísticos para Ciências Sociais
Conflitos Sociais e Políticas Públicas
Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Políticas Públicas
Direito do Estado: Estudos Constitucionais
Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas
Movimentos Sociais e Terceiro Setor
Teorias e Gestão de Organizações Públicas
Direito do Estado: Estudos da Administração Pública
Políticas Públicas e Setor Privado
Burocracia, Administração Pública e Orçamento
Elaboração de Projetos e Captação de Recursos
Democracia Digital e Governo Eletrônico

§ 1º - Os Componentes Curriculares optativos para o Bacharelado em Políticas Públicas são definidos no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 2º - Serão considerados como componentes curriculares livres para o Bacharelado em Políticas Públicas todos os CCs ofertados na Universidade Federal do Sul da Bahia.

Art. 4º - A/O estudante deve ser aprovada/o nos CCs listados no Artigo anterior como obrigatórios, em tantos CCs Optativos e de Livre Escolha e em tantas Atividades Extensionistas e Complementares quantas sejam necessárias para integralizar o total de créditos referido no Art. 2º.

Art. 5º - O número máximo de créditos cursados em um quadrimestre letivo não poderá ultrapassar a 24 créditos (360 horas) e o número mínimo previsto é de 4 créditos (60 horas).

Parágrafo único - Estes limites não serão considerados quando os CCs pleiteados forem os últimos necessários à conclusão do curso.

Art. 6º - O limite de permanência no curso, incluindo o período utilizado no primeiro ciclo, é de, no mínimo, 14 quadrimestres e de 28 no máximo.

Art. 7º - A Coordenação didática do curso cabe ao Colegiado do Bacharelado em Políticas Públicas, vinculado ao Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais (CFPPTS).

Art. 8º - O presente Regimento passa a vigorar a partir da data de sua aprovação, cabendo ao Decanato do CFPPTS dar publicidade ao mesmo.

ANEXO 2 - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

DO CONCEITO DO NÚCLEO ESTRUTURANTE DOCENTE

Art.1º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes do Bacharelado em Políticas Públicas (BPP), que possui atribuições acadêmicas de acompanhamento do curso, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização de seu projeto pedagógico.

Parágrafo Único - O funcionamento do NDE deste curso será regido pela Resolução 04/2018 da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e demais legislações vigentes.

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 2º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE) será constituído por 05 (cinco) docentes atuantes no curso, devendo preencher os seguintes requisitos:

- I - contratação em regime de trabalho de 40 horas semanais ou em Dedicação Exclusiva;
- II - titulação acadêmica de doutor;
- III - experiência em docência no Ensino Superior;
- IV - produção acadêmica na grande área de conhecimento e acerca do caráter interdisciplinar das áreas.

Art. 3º - O NDE deverá ser constituído a partir de Ato de nomeação dos membros do NDE pelo Decanato do Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais (CFPPTS), após aprovação em reunião do Colegiado do BPP.

- I - O/A coordenador/a do BPP é membro nato do NDE, devendo ou outros 4 (quatro) membros serem eleitos em reunião de Colegiado de Curso, em acordo com o disposto no Art. 2º.
- II - O NDE terá uma coordenação composta por 2 (dois) membros (coordenador/a e vice-coordenador/a eleitos/as na primeira reunião de trabalho do NDE).

DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 4º - O objetivo geral do NDE é acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e atualização contínua do projeto pedagógico do BPP.

Art. 5º - São atribuições do NDE:

- I - acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do BPP, no intuito de manter uma constante reflexão sobre a sua atualidade, recomendando mudança, quando necessário, que contribuam para o seu aperfeiçoamento;
- II - promover a integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino-aprendizagem constantes na arquitetura curricular do curso, tendo em vista a flexibilização curricular dos cursos da UFSB;
- III - assessorar o Colegiado do BPP sobre mudanças estruturais ou transitórias, sempre que demandado;
- IV - propor políticas e estratégias que visem à manutenção de atributos como qualidade, criatividade e criticidade do BPP;
- V - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do BPP, considerando as especificidades do sistema de ciclos da UFSB, bem como a necessidade de incremento do desenvolvimento de competências, visando à adequada intervenção social do profissional em seu campo de atuação;
- VI - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Bacharelado em Políticas Públicas, no contexto da construção do Campo de Públicas.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º - São atribuições da Coordenação:

- I - representar o NDE nas instâncias internas e externas à UFSB;
- II - convocar as reuniões do NDE.

Art. 7º - Cabe aos membros:

- I - executar as deliberações;
- II - elaborar, aprovar e divulgar o planejamento de trabalho anual;
- III - avaliar as demandas de inclusão de atividades ao planejamento anual do NDE, oriundas do Colegiado.

DA RENOVAÇÃO DO NDE

Art. 8º - A composição do NDE será renovada a cada 3 (três) anos, na proporção de 40% de seus membros.

Parágrafo único - Para a substituição de seus membros, na proporção de 40% a cada 3 (três) anos, as/os docentes a continuarem exercendo suas funções no NDE devem ater-se aos seguintes critérios:

- a) decisão própria;
- b) maior qualificação;
- c) maior experiência docente;
- d) maior produção científica;
- e) havendo empate nos critérios anteriores, por decisão entre os membros do NDE.

DO DESLIGAMENTO DOS MEMBROS

Art. 9º - Perder-se-á a condição de membro do NDE nas seguintes hipóteses:

- I - quando do pedido de desligamento, por escrito, voluntário e espontâneo por parte do próprio membro e dirigido ao Colegiado;
- II - deixar de participar das atividades do NDE, e se ausentar da participação de 3 (três) reuniões de trabalho consecutivas não justificadas.

Art. 10º - Admissão de novos membros do NDE após desligamento de algum de seus membros deverá respeitar as mesmas regras de ocupação geral do Art. 2º.

Parágrafo único - É preferível que a escolha para suprir esta nova vacância se dê em até 60 dias da data do desligamento.

Art. 11º - O presente Regimento passa a vigorar a partir da data de sua aprovação, cabendo ao Decanato do Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais.

ANEXO 3 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Políticas Públicas (BPP) deve ser realizado na modalidade Monografia e é requisito indispensável para a conclusão do curso, tendo em vista a Resolução 01/2014 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, com respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais, em seus artigos 6º e 9º.

Art. 2º - O TCC corresponde à produção de monografia que deve referir-se a temas e/ou problemas de políticas públicas, de modo a exprimir a capacidade discente de pesquisa, de utilização de métodos científicos e conceitos teóricos capazes de gerar análises significativas a respeito de questões contemporâneas do campo de públicas, contribuindo para o processo de produção de conhecimento científico do campo.

Art. 3º - São objetivos do TCC:

- I - desenvolver o espírito científico e o interesse pela pesquisa acadêmica referente à criação, implementação, gestão, acompanhamento ou avaliação de Políticas Públicas;
- II - capacitar a/o estudante para coletar, analisar e discutir dados de pesquisa;
- III - estimular análises que relacionem experiências, iniciativas e ações do campo de públicas aos conhecimentos teóricos adquiridos, possibilitando maior assimilação dos conteúdos curriculares.

Art. 4º - O componente curricular (CC) obrigatório “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Políticas Públicas”, de 45 horas (3 créditos) é pré-requisito para o curso dos CCs “Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Trabalho de Conclusão de Curso II”.

Art. 5º - O TCC é realizado no âmbito de CCs obrigatórios homônimos com o cumprimento de 90 horas, compreendendo 6 créditos.

§ 1º - O Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais deve designar professor/a dos CC de “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Políticas Públicas”.

§ 2º - O/A professor/a orientador/a responsável pelo acompanhamento da/o estudante desde a elaboração do Projeto de Pesquisa até a entrega da Monografia deve ser de escolha da/o estudante, em concordância com o professor do CC “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Políticas Públicas”.

Art. 6º - O TCC é apresentado e defendido no âmbito de Banca de Defesa de Monografia em Políticas Públicas, da qual fazem parte o professor orientador do trabalho e, ao menos, um membro examinador do corpo docente da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Art. 7º - São atribuições do professor do CC “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Políticas Públicas”:

- I - Apresentar Plano de Ensino e Aprendizagem contendo o cronograma do CC;
- II - Apoiar a articulação entre estudantes e orientadores;

Art. 8º - São atribuições do Colegiado do Curso:

- I - disponibilizar Termos de Orientação a serem firmados por orientadores e estudantes;
- II - mediar com orientadores, estudantes e Secretaria Acadêmica do campus a organização e o agendamento das Bancas de Defesa de Monografia;
- III - registrar as menções e notas aferidas na banca de defesa de monografia.

Art. 9º - É atribuição da Secretaria do Acadêmica do Campus assessorar os/as orientadores/as para eventuais avisos e processos referente às defesas de monografia e marcação das bancas.

Art. 10º - São atribuições das/os estudantes:

- I - desenvolver a monografia a partir do Projeto de Pesquisa elaborado previamente;
- II - cumprir o cronograma do CC “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Políticas Públicas”, apresentado em Plano de Ensino e Aprendizagem;
- III. elaborar, apresentar e defender a Monografia.

Art. 11º - São atribuições dos/as orientadores/as:

- I - realizar encontros periódicos de orientação com as/os estudantes;
- II - definir professores/as examinadores/as para participar da Banca de Defesa de

Monografia;

III - presidir a Banca de Defesa de Monografia;

IV - atribuir nota à Monografia e sua apresentação, em conjunto com os demais membros da banca;

V - encaminhar nota final da Monografia à Coordenação do Colegiado do curso para inserção no sistema;

VI - acompanhar eventual reformulação do texto, no caso de aprovação condicionada à reformulação;

VII - acompanhar a entrega da versão final de monografia para a Biblioteca Universitária, em forma eletrônica e/ou física.

Art. 12º - Situações não previstas neste regulamento serão analisadas e decididas pelo/a professor/a responsável pelo CC “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Políticas Públicas” e, caso necessário, pelo Colegiado do Bacharelado em Políticas Públicas.

Art. 13º - O presente Regulamento passa a vigorar a partir da data de sua aprovação, cabendo ao Decanato do Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais dar publicidade ao mesmo.

ANEXO 4 - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Art. 1º - Regulamenta a disposição do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Bacharelado em Políticas Públicas (BPP) que prevê a integralização de créditos do curso na modalidade de Atividades Complementares (ACs).

Parágrafo único - A aferição de carga horária em ACs neste curso será regida pela Resolução 16/2015 da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e demais legislações vigentes.

Art. 2º - Para fins de integralização de créditos correspondentes, são consideradas ACs aquelas atividades que propiciam a aquisição de habilidades, conhecimentos e atitudes, seguindo o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais a que se submete o BPP.

§ 1º - As referidas atividades devem possibilitar à/ao estudante reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão.

§ 2º - São ACs aquelas realizadas por estudante no BPP durante o período em que estiver matriculado no curso ou no curso de origem em caso de transferência ou migração do 1º ciclo.

Art. 3º - ACs compreendem participação da/o estudante em atividades artísticas, culturais, esportivas, científicas e de representação estudantil seja na Universidade, na comunidade, em instituições, organizações ou outros espaços, visando à aquisição e/ou produção de conhecimentos e habilidades importantes para o exercício profissional, o voluntariado e a cidadania, e que contribuam para a complementação da sua formação pessoal, social, cultural e acadêmica.

Art. 4º - As Atividades Complementares contemplam as seguintes dimensões:

- I. humana: atividades que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e pessoal da/o estudante, ampliando sua consciência reflexiva e cidadã;
- II. social: atividades que favoreçam o empreendedorismo socialmente referenciado, atividades comunitárias, trabalho voluntário na comunidade, em associações de bairros e na Universidade;
- III. profissional: atividades que enriqueçam a formação técnico-profissional requeridas pelo curso, área de formação ou área complementar;
- IV. acadêmica: atividades científicas, filosóficas, artísticas, culturais ou esportivas que consolidem a formação integral universitária em complemento à formação específica do curso.

- V. política estudantil: atividades que envolvam a/o estudante em temáticas de interesse coletivo relacionadas a representação formal em entidades estudantis e em conselhos, comissões ou congêneres da Universidade.

§ 1º - Não são consideradas, para fins de integralização de créditos correspondentes, como complementares as atividades que integrem:

I - cursos de graduação ou de pós-graduação realizados em concomitância com o Bacharelado em Políticas Públicas; e

II - cursos preparatórios para concursos públicos ou seleções de natureza similar.

§ 2º - O máximo a ser integralizado como atividades complementares ao longo do curso é de 8 créditos (120 horas).

§ 3º - Componentes Curriculares extras à matriz curricular do BPP, oferecidos pela UFSB, além do mínimo de optativos exigidos no Projeto Pedagógico de Curso do BPP poderão ser utilizados com carga horária de AC.

§ 4º - Às atividades relacionadas no Caput deste Artigo serão atribuídos créditos conforme as regras de pontuação definidas para cada um dos grupos de atividades constantes do anexo a este regulamento.

Art. 5º - As Atividades Complementares validadas e creditadas pela Universidade devem observar os seguintes critérios:

- I. diversidade, atualidade e compromisso social, em conformidade com os referenciais orientadores do Projeto Pedagógico do BPP;
- II. serão realizadas, preferencialmente, aos sábados ou em turnos contrários às atividades curriculares regulares do curso.

Parágrafo Único - A participação em Atividades Complementares não justifica a ausência em atividades curriculares do curso.

Art. 6º - Compete ao Colegiado do BPP a validação das Atividades Complementares, realizadas dentro ou fora do ambiente acadêmico e de acordo com o PPC.

Parágrafo Único - Após a validação de uma Atividade Complementar o Colegiado de Curso deve informar a Pró-Reitoria de Gestão Acadêmica (Progeac) quantas horas foram validadas para fins de integralização.

Art. 7º - Cabe ao Colegiado do Curso:

- I. monitorar a realização das Atividades Complementares ao longo do curso, em termos qualitativos e de carga horária;
- II. examinar e deliberar pela aprovação de atividades formais, não-formais ou

informais apresentadas pela/o estudante e validadas por seu/sua orientador/a;

- III. informar à/ao estudante o quantitativo de horas validado, visando à integralização das Atividades Complementares.

Art. 8º - Compete à/ao estudante:

- I. encaminhar a documentação comprobatória da Atividade Complementar à Coordenação do Colegiado do BPP;
- II. integralizar a carga horária destinada às Atividades Complementares, definida na matriz curricular do PPC, bem como acompanhar as orientações do Colegiado de Curso.

Art. 9º - A validação de Atividades Complementares apresentadas pela/o estudante ao Colegiado ficará condicionada aos seguintes critérios:

- I. apresentação de atestado, certificado ou relatório descritivo de participação efetiva em atividade não-formal ou informal, validada por seu/sua orientador/a;
- II. atividades que se enquadrem em mais de um item serão validadas naquele que apresentar maior carga horária, a depender do montante necessário à integralização;
- III. a/o estudante deverá participar de atividades variadas, de acordo com o PPC, não podendo, sob nenhuma hipótese, preencher toda a carga horária/creditação com um único tipo de atividade.

Art. 10º - Os casos omissos e de adaptação curricular serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

Art. 11º - O presente Regulamento passa a vigorar a partir da data de sua aprovação, cabendo ao Decanato do Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais dar publicidade ao mesmo.

ANEXO 4.1 - ANEXO AO REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

As Atividades Complementares serão validadas em horas conforme o descrito a seguir:

I - Monitoria de componentes curriculares que integram o Projeto Pedagógico de curso da graduação, incluindo Bacharelados Interdisciplinares (BIs), Licenciaturas Interdisciplinares (LIs) e no Bacharelado em Políticas Públicas (BPP).

- 20 h para cada quadrimestre de trabalho

II - Atuação em grupos de estudos, e de pesquisa, com orientação de um servidor.

- 20 h para cada quadrimestre de trabalho.

III - Atividades de pesquisa, com orientação de um servidor.

- 20 h para cada quadrimestre de trabalho

IV - Participação em projetos de pesquisa de Iniciação Científica, com orientação de um servidor.

- 20 h para cada quadrimestre de trabalho

V - Bolsa de Iniciação Científica

- 100 h para cada quadrimestre de trabalho

VI - Componentes Curriculares extras à matriz curricular do BPP, oferecidos pela UFSB, além do mínimo de optativos exigidos no Projeto Pedagógico de Curso do BPP.

- Será computada a carga horária do componente curricular

VIII - Cursos pertinentes a área de Políticas Públicas e afins

- Os eventos necessitam ter vínculos com uma instituição pública ou privada, ficando a critério do colegiado a definição da pertinência em relação ao curso.

- Será computada a carga horária do curso

IX - Atividades extracurriculares desenvolvidas no âmbito do Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional ou Internacional.

- Será computada a carga horária do curso

X - Participação na organização de eventos

- Os eventos necessitam ter vínculos com uma instituição pública ou privada, ficando a critério do colegiado a definição da pertinência em relação ao curso.
- Será computada a carga horária que constar no certificado do evento

XI - Participação em eventos (seminários, simpósios, congressos e conferências)

- Por cada dia de participação serão computadas 8 h por dia ou a carga horária que constar no certificado, valendo a maior.
- A participação em cursos internos aos eventos será computada em separado.
- Os eventos necessitam ter vínculos com uma instituição de pesquisa ou de ensino superior.

XII - Apresentação de trabalhos em eventos

- 10 horas por apresentação

XIII - Publicação de trabalhos em eventos

- 20 horas por publicação

XIV - Publicações em Periódicos

- 10 horas por publicação

XIV - Atividades Virtuais

- Cada caso deverá ser analisado pelo Colegiado do curso.

XV - Participação em Conselhos Superiores e Câmaras, Conselho Setoriais e Colegiados de Curso e demais órgãos de representação estudantil.

- 20 h por quadrimestre

XVI - Estágio extracurricular profissional na área de formação e afins (remunerado ou voluntário)

- Será computada a carga horária que constar no certificado do estágio

XVII - Participar de ações que promovam o exercício da cidadania e defesa do meio ambiente e ficando a critério do colegiado a definição da pertinência em relação ao curso.

- 20 h por quadrimestre

XVIII - Outras atividades a critério do Colegiado.